

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC – SP

MONALISA DOS REIS AGUIAR

Ortografia brasileira oitocentista nos livros didáticos e na Constituição de 1891:
norma ou anarquia?

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

MONALISA DOS REIS AGUIAR

Ortografia brasileira oitocentista nos livros didáticos e na Constituição de 1891:
norma ou anarquia?

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa sob a orientação da Prof.^a Doutora Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter-me iluminado no percurso da pesquisa.

À professora Doutora Leonor Lopes Fávero por sua dedicação, seu carinho e incentivo durante todas as etapas do curso de doutorado.

Às professoras Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Márcia Antônia Guedes Molina pela leitura, discussão crítica e sugestões propostas na etapa da qualificação.

Ao meu querido Julio pelo companheirismo, pelo carinho, pelas longas conversas, pelo apoio incondicional e por me fazer continuar sempre, minha eterna gratidão.

Aos meus pais, Ismael e Dalvinha, que desde cedo despertaram em mim o desejo pelo conhecimento e, com dedicação e afeto, estiveram ao meu lado na realização desse sonho.

À Mônica, minha irmã querida, companheira incansável, pela amizade, pela força e pelas palavras de incentivo.

Ao Ricardo pela amizade e presteza em todo percurso, em especial, na finalização do trabalho.

Ao Vinícius pelo sorriso que tanto encanto trouxe aos meus dias e tanto conforto me proporcionou nos momentos difíceis.

À Elisa amiga de todas as horas.

Ao José Ricardo e a Sílvia pela ajuda de última hora.

Aos familiares que sempre torceram por mim.

À CAPES pelo financiamento que permitiu a realização da pesquisa

RESUMO

Neste trabalho, cujo tema é a ortografia da língua portuguesa do século XIX, investigamos qual sistema ortográfico era usado em livros didáticos direcionados ao ensino primário dos anos oitocentos. Além de vocábulos retirados de três livros didáticos, constituiu o *corpus* da pesquisa palavras retiradas da Constituição de 1891, a fim de comprovar a hipótese de que havia uma norma ortográfica no período. Embasamo-nos teoricamente nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas, procurando atingir os seguintes objetivos: (1) analisar a grafia dos vocábulos, verificando a existência de normas ortográficas propostas em gramáticas brasileiras consagradas no período; (2) examinar a ocorrência de estabilidade ortográfica nos documentos analisados; (3) verificar em que medida a ortografia da época pode ser considerada “pseudo-etimológica”. Constatamos que, embora não houvesse uma lei ortográfica no final do século XIX, havia uma norma em vigor, dado comprovado pela estabilidade gráfica dos vocábulos analisados e pela consonância com as propostas ortográficas das gramáticas do período examinadas. Além disso, os resultados demonstraram haver uma atitude etimologizante por parte dos ortógrafos, o que levou a desconsideração de que a ortografia oitocentista é pseudoetimológica.

Palavras-chave: ortografia, etimologia, pseudoetimologia, etimologizante, variação grafo-fonética, variação gráfica livre

ABSTRACT

This paper focusing on the orthography of 19th-Century Portuguese language seeks to investigate what orthographic system was used in elementary school textbooks then. Research corpus consisted of words taken from the 1891 Brazilian Constitution as well as words taken from three textbooks with a view to proving the hypothesis that orthographic rules were in effect at the time. Theoretical support was sought in the assumptions made by the *História das Ideias Linguísticas* (The History of Linguistic Ideas) in order to achieve the following goals: (1) to analyze spelling by checking the existence of any orthographic rules put forward by authoritative grammar books in those days; (2) to examine the occurrence of orthographic stability; (3) to verify to what extent orthography then can be regarded as “pseudo-etymological”. It was found that even though there was no orthographic norm in the late 19th Century there were rules in effect. Not only can this be proved by the orthographic stability of the words analyzed but also by their compliance with the orthographic proposals presented by the grammar books of that period. Moreover, the results have shown that there was an etymologizing attitude on the part of orthographers, which led to the dismissal of 19th-Century Portuguese orthography as being pseudo-etymological.

Keywords: orthography, etymology, pseudo-etymology, etymologizing, grapho-phonetic variation, free graphic variation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Constituição brasileira de 1891	124
Figura 2 – Cartilha da Infância	127
Figura 3 – Cartilha Nacional	129
Figura 4 – Primeiro Livro de Leitura e Segundo Livro de leitura	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – ORTOGRAFIA PORTUGUESA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: PERCURSOS E IMPLICAÇÕES.....	17
Considerações Iniciais	17
1.1 Percurso teórico: entre fatores externos e internos.....	18
1.2 Ortografia: algumas considerações	24
1.3 A ortografia portuguesa em perspectiva histórica	27
1.3.1 A ortografia no século XVI: as primeiras tentativas de normatização	27
1.3.2 A questão ortográfica no século XVII.....	33
1.3.3 A ortografia portuguesa no século XVIII	36
1.3.4 As propostas de reforma ortográfica do século XIX	39
1.3.5 A ortografia no século XX: reforma e acordo ortográfico	45
CAPÍTULO II – A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS E OS SISTEMA ORTOGRÁFICO NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS	56
Considerações Iniciais	56
2.1 A questão ortográfica no século XIX.....	57
2.2 A ortografia nas gramáticas brasileiras	62
2.2.1 A gramatização brasileira.....	63
2.2.2 As normas ortográficas	73
2.2.2.1 <i>Grammatica Portugueza</i> – Júlio Ribeiro	74
2.2.2.2 <i>Grammatica Descriptiva</i> – Maximino Araújo Maciel	80
2.2.2.3 <i>Grammatica Portugueza</i> – Alfredo Gomes.....	83
2.2.2.4 <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> – Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira Andrade	84

CAPÍTULO III – LIVROS, CENSURA, PADRONIZAÇÃO DO ENSINO – CONTEXTUALIZAÇÃO	87
Considerações Iniciais	87
3.1 A impressão e a reprodução dos livros.....	88
3.2 Os livros escolares.....	92
3.3 A inspeção Geral da Instrução: adoção ou proibição de livros escolares.....	98
3.4 O livro didático no ensino primário: cartilhas e primeiros livros de leitura.....	106
 CAPÍTULO IV – A ORTOGRAFIA DOS LIVROS DIDÁTICOS E DA CONSTITUIÇÃO DE 1891: ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	115
Considerações Iniciais	115
4.1 Das categorias: variação etimologizante, variação grafo-fonética e variação gráfica livre	116
4.2 Do objeto de análise: contextualização	122
4.2.1 A Constituição	123
4.2.2 Os livros didáticos	126
4.3 A análise dos Vocábulo.....	132
 CONCLUSÃO.....	169
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
 ANEXOS.....	185

INTRODUÇÃO

Em uma pesquisa realizada no curso de mestrado, quando tínhamos por finalidades historiar e analisar como foi constituída a ortografia da língua portuguesa, surgiram algumas perguntas, cujas respostas fugiam aos objetivos propostos naquele estudo. As óbvias limitações ditadas pela confecção daquele trabalho e pela tentativa em atender aos objetivos ali traçados impediram o avanço da investigação em sentido às questões surgidas.

Deixamos à margem da discussão, entre outras questões, qual ortografia era usada nos livros escolares e qual ortografia era ensinada nas escolas nos anos oitocentos.

Os resultados obtidos naquele trabalho evidenciaram que, antes da ortografia tornar-se legislada, uma série de propostas que visavam à uniformização e à fixação ortográfica foi apresentada tanto no Brasil quanto em Portugal, especialmente no século XIX, sem esclarecer, entretanto, qual era vigente em cada período da história da língua portuguesa. O que inferíamos diante de tantas propostas era a existência de total irregularidade antes que o padrão ortográfico fosse assegurado pela lei e o primeiro Acordo fosse firmado, em 1931, entre Brasil e Portugal.

Embora as propostas portuguesas tenham surgido a partir do século XVI, as que tiveram maior impacto foram aquelas que vieram à luz no século XIX, destacando, particularmente, a proposta de Gonçalves Viana. No Brasil, as discussões sobre a ortografia ganharam relevo no período pós-independência, época em que o nacionalismo linguístico atraía cada vez mais adeptos.

A segunda metade do século XIX brasileira foi marcada por significativas modificações em vários setores, inclusive na Educação. A tentativa de se consolidar a identidade linguística fez emergir também a necessidade de se moldar a identidade escolar por meio de novas metodologias e organização bem estabelecidas e padronizadas.

Nesse contexto, o livro didático passa a ser considerado um instrumento capaz de auxiliar o professor na tarefa de ensinar, levando a um progressivo aumento de publicações.

O ensino da língua portuguesa ganha maior espaço nos currículos. As produções de dicionários e gramáticas também proliferam. Diante desse contexto, partindo do fato de que os livros didáticos tiveram suas publicações ampliadas e passaram a compor o arsenal de material de apoio a ser utilizado pelos professores de escolas oficiais, cabe a pergunta: qual sistema ortográfico foi adotado pelos autores dos livros didáticos daquele período, visto se tratar de uma época em que a ortografia da língua portuguesa ainda não era legislada e, conforme as palavras de José Pereira da Silva (2009: 11), *o cidadão escolhia o autor de sua simpatia ou conveniência, sem qualquer obrigação de seguir à risca as normas indicadas pelo escolhido?*

Essa indagação ganhou mais força quando do levantamento bibliográfico do trabalho em que observamos que na Constituição de 1934 havia recomendação expressa para que se voltasse a usar a ortografia vigente na Constituição de 1891. A partir dessa observação, inferimos que existia uma ortografia no século XIX, uma possível norma vigente, pelo menos nos textos oficiais, o que contraria as palavras de Silva (ibid.) anteriormente mencionadas,

assim como as de muitos autores que discutem a ortografia usada no período anterior à legislação posicionando-se de modo semelhante.

Assim, buscamos, nesse trabalho, responder à questão formulada, alcançando os seguintes objetivos: (1) analisar se a grafia dos vocábulos selecionados nos livros didáticos e na Constituição segue normas ortográficas propostas em gramáticas brasileiras consagradas no período; (2) examinar se existe estabilidade ortográfica nos documentos analisados; (3) verificar em que medida pode-se considerar realmente “pseudoetimológica” a ortografia da época.

Para atender a esse intento, apoiamo-nos nos pressupostos teóricos da História da Ideias Linguísticas, a fim de subsidiar as análises externa e interna das obras selecionadas, seguindo de perto as ideias de Sylvan Aurox (1987, 1992), as quais são retomadas por Eni Orlandi (2001, 2002) e Fávero e Molina (2004, 2006). No que concerne ao livro didático, as referências que alicerçaram o trabalho foram basicamente Bittencourt (1993) e Hallewell (1985).

O *corpus* é composto de vocábulos retirados de três livros didáticos e da Constituição de 1891. Selecionamos a Constituição por ter sido considerada exemplar no tocante a sua ortografia, a qual deveria ser, de acordo com Constituição de 1934, adotada no país.

Em relação aos livros didáticos, fizemos o levantamento daqueles livros direcionados ao ensino primário com maior representatividade, explicitada, *grosso modo*, pelo número de edições e pela recomendação para adoção por parte do governo. Os três livros didáticos selecionados são: **Cartilha da Infância**, de Thomaz Galhardo; **Cartilha Nacional**, escrita por Hilário Ribeiro; e **Primeiro Livro de Leitura**, de Felisberto de Carvalho.

A respeito da metodologia, seguimos os três princípios propostos por Auroux (1992:13): *a definição puramente fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado.*

Sendo assim, não vimos a ortografia usada nos livros didáticos e na Constituição como um objeto de natureza estável, ao contrário, foi vista levando-se em conta a diversidade e os saberes sobre ela constituídos, pois, por ser um produto histórico, a ortografia é resultante da interação entre as tradições e contexto. Desse modo, neste trabalho, foram considerados os antecessores que trataram desse objeto, destacando-se o processo continuado de desenvolvimento sobre os saberes ortográficos ao longo do tempo, visto que tais conhecimentos nos foram apresentados já nas primeiras tentativas de sistematização ortográfica, no século XVI.

O reconhecimento desses saberes leva-nos, naturalmente, à adoção de uma neutralidade epistemológica. Desse modo, no percurso analítico, não tivemos a intenção de julgar se os conhecimentos ortográficos do século XIX eram mais ou menos científicos do que os conhecimentos de outros períodos, anteriores ou posteriores. Ao contrário, procuramos olhar para o passado reconhecendo que sujeitos diferentes, inseridos em práticas sociais diferentes, situados diferentemente em relação ao espaço e ao tempo não organizam e concebem os mesmos saberes. É justamente o reconhecimento de que saberes ortográficos foram organizados de modos diferentes ao longo da história, que modera o historicismo adotado aqui.

Nesse sentido, na análise, o saber ortográfico é visto como consistente, e os fenômenos, em relação a ele, independentes. A partir desse ponto de vista, o valor de um saber, no caso o saber ortográfico, é considerado, ele

mesmo, uma causa em sua história, porque não deriva das mesmas causas, quaisquer que sejam seus valores. A relação entre o saber linguístico e sua representação numa metalinguagem possibilita diferentes abordagens analíticas desse mesmo saber, e é aí que se encontra o seu valor, ou seja, seu grau de adequação a um dado fim, seu efeito de verdade. Esse princípio permite, neste trabalho, discutirmos também se realmente a grafia das palavras era de origem “pseudoetimológica” ou resultante de um raciocínio *etimologizante*, conforme o sentido dado por Kemmler (2001)

Para a realização da investigação, é necessário, por conseguinte, remissão à questão da internalização e da externalização, uma vez que desconsiderar a possibilidade de concomitância entre a história interna e a história externa, isto é, entre língua e contexto, pode levar o historiador à pura descrição do objeto de estudo. Na mesma medida, levá-lo a apreender do documento apenas uma relação de dados e de datas, tornando o estudo meramente cronológico, e, conseqüentemente, à limitação da investigação do fato histórico. Por isso, analisamos a ortografia no seu contexto de produção.

Sendo assim, dividimos este trabalho em quatro capítulos:

1º- Ortografia portuguesa em perspectiva histórica: percursos e implicações. Aqui, inicialmente, discutimos os pressupostos teóricos da História das ideias, norteadores da pesquisa. Expomos, a seguir, algumas considerações sobre a definição de ortografia. Por fim, apresentamos o percurso histórico da normatização ortográfica, e destacamos as propostas mais importantes em cada época, período que compreende desde o século XVI, quando surgem as primeiras tentativas de fixação, até o século XX, quando se consolidou o primeiro Acordo Ortográfico.

2º- A gramatização do português e o sistema ortográfico nas gramáticas brasileiras. Averiguamos, nesse capítulo, as propostas ortográficas apresentadas nas primeiras gramáticas brasileiras, examinando as obras mais importantes na gramatização do Brasil. A análise pretende a verificação da existência ou não de convergência entre os sistemas ortográficos expostos pelos gramáticos. Os resultados obtidos são importantes na medida em que a existência de conformidade entre a ortografia usada na Constituição e nas cartilhas e a ortografia proposta pelos gramáticos faz com que se torne questionável a ideia de não haver qualquer tipo de padrão ortográfico no século XIX brasileiro.

3º- Livros, censura, padronização do ensino – contextualização. Tratamos, aqui, a impressão e a reprodução dos livros no Brasil, e focalizamos os livros didáticos direcionados ao ensino primário. A discussão prioriza as produções que surgiram a partir da década de 60 do século XIX, pois é nessa época que a produção de livros didáticos aumentou de modo significativo. Devido às mudanças em relação à metodologia e à organização escolar, o livro didático passou a ser visto como forte aliado do professor na tarefa de ensinar.

Essa nova organização escolar buscava a padronização e, nesse contexto, os livros também deveriam ser padronizados. Para tanto, deveriam passar por uma inspeção do governo que os recomendava ou os proibia, antes de chegarem às escolas. É justamente a discussão sobre a fiscalização dos livros e a busca pela padronização que justificam a produção deste capítulo, pois, provavelmente, nessa padronização incluía-se também a estabilidade da ortografia.

4º- A ortografia dos livros didáticos e da constituição de 1891: análise e discussão. Neste quarto capítulo, nosso objetivo é apresentar a análise da ortografia e seus resultados. Nele averiguamos a existência ou não de estabilidade ortográfica, observando se os textos analisados eram regidos por normas prescritas pelos gramáticos da época que trataram da questão ortográfica: Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade e Alfredo Gomes.

No desenvolvimento da análise, além de buscarmos explicação para o uso dos grafemas nas gramáticas, examinamos também se há registro dos vocábulos no dicionário etimológico de Antonio Moraes Silva, que circulava na época, e as respectivas informações quanto à etimologia da palavra. Desse modo, no primeiro momento, discutimos em que medida a ortografia do português do Brasil do século XIX pode ser considerada “pseudoetimológica”. Em seguida, apresentamos a análise e a discussão das ocorrências, tendo como categorias grafemáticas, a variação grafo-fonética, a variação gráfica livre e a variação etimologizante.

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos neste estudo, seguidas da bibliografia.

CAPÍTULO I - ORTOGRAFIA PORTUGUESA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: PERCURSOS E IMPLICAÇÕES

Considerações iniciais

Neste capítulo, explanamos sobre a constituição da ortografia portuguesa desde as primeiras tentativas de normatização até o momento em que se criam leis nacionais para assegurar a fixação e uniformização ortográfica. Como foi dito antes, neste trabalho, a investigação foi desenvolvida em perspectiva histórica, daí a importância de historiar a ortografia e recuperar os saberes sobre ela constituídos.

Conforme foi salientado na introdução, este estudo fundamenta-se teoricamente pela História das Ideias Linguísticas, por isso, antes de mapearmos a história da ortografia, apresentamos os pressupostos teóricos que nortearam essa investigação histórica.

A seguir, expomos algumas considerações sobre o conceito de ortografia e quais princípios são usados para se ordenar um sistema ortográfico.

Por fim, examinamos as propostas ortográficas apresentadas por ortógrafos e gramáticos brasileiros e portugueses que tiveram maior representatividade em cada momento histórico até a efetiva fixação.

1.1 Percurso teórico: entre fatores externos e internos

A história, diferentemente das ciências denominadas duras (ciências exatas e da natureza), é, efetivamente, uma ciência que está voltada para os estudos das sociedades humanas, uma vez que, como apregoa Mendes (1993), analisa personalidades e indivíduos, em um processo contínuo de integração entre passado e presente.

Essa ciência, sob a égide do positivismo, que, no começo do século passado contribuía para o culto dos fatos, seguia o modelo dominante de narrativa histórica em que, analiticamente, privilegiava apenas os fatos episódicos importantes para a sociedade e biografias, reduzindo, dessa forma, o papel do homem para um mero coletor de informações. A essa visão histórica, Carr (1982) chama *senso comum* da história.

Todavia, com várias transformações ocorrendo nos últimos cem anos, a História tende a ser uma ciência interdisciplinar porque passa a se indagar sobre sua abrangência e relação com outras disciplinas. Com isso, houve por parte dos historiadores, o abandono de seus objetivos anteriores de investigação. Consequentemente, outros elementos da sociedade começaram a fazer parte de suas preocupações. Assim, passaram a se preocupar com as atividades econômicas, com a organização social e com a psicologia coletiva, o que, necessariamente, implicou a incorporação de outros objetos para estudo, bem como de nova metodologia de trabalho.

Desse modo, tornaram-se importantes fontes documentais como testamentos, inventários, cartas manuscritas ou impressas, salários, entre outros. A análise de tais documentos acarretava novas interpretações do fenômeno social, porque analisados em estreita relação com seus contextos históricos, obtinham-se resultados mais consistentes.

Um bom exemplo dessa mudança paradigmática foi a da escola ou o movimento dos *Annales*, surgido na França a partir de 1929, paralelamente à criação da revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*, cujos principais mentores foram Lucien Febvre e Marc Block. Ela se opôs radicalmente ao tipo de história tradicional do final do século XIX e do início do século XX.

Segundo Falcon (2002), existem três fases ou gerações do movimento dos *Annales*: a fase inicial, de Bloch e Febvre; a intermediária, de Fernand Braudel e seus contemporâneos; e a final, da *Nouvelle Histoire*.

Com as novas tendências metodológicas e a prática historiográfica – fruto da *Nova História* –, rompe-se o espírito de especialidade nos estudos históricos, incorporando disciplinas como sociologia, filosofia, linguística, entre outras. A base filosófica dessa *Nova História*, segundo Peter Burke (1992:11), é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa ideia, ou sua suposição (...) o ajuda a explicar a recente convergência entre essas disciplinas.

Como podemos observar, a reflexão dos historiadores tanto em relação à sua área de estudos, como em relação a suas formas de trabalho, é uma das características iniciais dos *Annales*. Sua preocupação é a de tirar a História de seu isolamento disciplinar, de modo que as formas de pensá-la estejam abertas às problemáticas e às metodologias existentes em outras ciências sociais.

A História das Mentalidades, que incorpora novos objetos de estudos interdisciplinares, segundo apregoam Fávero e Molina (2004), teve seu início na época da Primeira Guerra Mundial, com as obras de Febvre e Bloch. A História, mediante novos objetivos, busca, cada vez mais, identificar de que

maneira, circunstâncias e épocas uma realidade social é *construída, interpretada e deixada para a posteridade*. (op. cit: 138). É uma ciência comprometida com a análise de grandes grupos coletivos ou de psicologias individuais. Seu alicerce encontra-se em conceitos sobre formas de pensamento associadas às questões de linguagem, cultura e de filosofia. O que significa afirmar que seus pressupostos teóricos passam a ser contribuição para outras ciências.

Por consequência, houve a aproximação entre Linguística e História, a partir do século XIX, embora, com exceção, obviamente, dos estudos histórico-comparativos, não dialogassem em seus pressupostos.

O desenvolvimento dessas duas áreas de conhecimento implicou o aumento de trabalhos a elas dedicados, como a história dos conhecimentos linguísticos, inscritos por Auroux (1992). Para o autor, os conhecimentos linguísticos que norteiam as pesquisas podem ser agrupados em três categorias: (1) conhecimentos como fontes para uma pesquisa empírica; (2) conhecimentos que se assemelham à prática cognitiva da qual se originam; (3) conhecimentos que executam papel fundador, isto é, os que são voltados para o passado para legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Assinala Baldini (2000: 23) que, no Brasil, no final da década de 80, do século passado, surge um grupo de trabalho destinado a refletir sobre os pressupostos e métodos a respeito da história dos estudos de linguagem e busca tomar uma posição histórica para o tratamento do conhecimento, cujo resultado é de ocupação dos processos de sua produção e daquilo que resulta como produto, ou seja, (...) *não se toma a questão do conhecimento como*

lógica, nem em uma relação de causa e efeito, mas como uma prática que deixou e deixa resultados no homem.

O saber linguístico é um produto histórico resultante da interação das tradições. Toda manifestação de ideias em torno de um saber sofre influência, não só de acontecimentos políticos, culturais e sociais, como também de tipos de mentalidades herdadas do passado, pois “sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir” (Auroux. 1989: 14)¹.

A História das Ideias Linguísticas possui como objeto de estudo o resgate dessas ideias, cuja descrição não se opera apartada dos fatos externos, mas, pelo contrário, opera face sua relação com os dados históricos dos quais resultaram. A partir disso, temos que, da História, obtemos informações sobre a sociedade, a economia, a política, a filosofia e a cultura de um período; da Linguística, por outro lado, os caminhos para análise de determinada língua numa determinada época.

Nessa perspectiva, entendemos que a História das Ideias Linguísticas trata tanto do contexto de produção quanto das marcas linguísticas do objeto de estudo, porque se compreendem os fatos de língua, a partir de sua articulação com fatores externos.

Afirmamos, assim, que os resultados são obtidos da análise relacional entre aspectos contextuais e linguísticos, porque as ideias não se esgotam, quando reconhecemos seu significado e porque há a necessidade de conhecermos o sujeito que maneja tal significado, e suas intenções. Isso só é possível com o estudo de vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico.

¹ Tradução livre: “... sem memória e sem projeto simplesmente não há saber”.

A exigência de contextualizações no trato das ideias é, por consequência, necessária a fim de que seja possível situar, com precisão, os textos no seu campo específico de ação para a devida articulação entre conteúdo e contexto, como observa Skinner (apud FALCON, 1997).

Segundo Aurox (1989), a projeção dos fatos em um hiperespaço que comporta uma dimensão cronológica, uma geografia e um conjunto de temas é uma tarefa do historiador, pois a reconstrução do passado, a descrição e a explicação estão intimamente ligadas. A descrição da história do pensamento linguístico, como quer Swiggers (1997), é a reconstrução de seu conteúdo mental mais ou menos no seu estado explicitado situado num contexto social e cultural.

O pesquisador deve também como tarefa sua minimizar o problema que representa a distância entre ele e as fontes que deseja examinar, frente à abrangência e a complexidade que envolve o estudo da História das Ideias Linguísticas. Por isso, deve haver maior levantamento de número possível de fontes para sua análise, principal tarefa do historiador. Nesse sentido, Fávero (1996:16) explica que existe uma intransponível distância entre o espaço-tempo e o cenário em que os atores atuavam, produzindo suas obras, que são, na verdade, o objeto de estudo.

Muitas dificuldades são encontradas pelo pesquisador, das quais se destacam: a exaustividade e a busca das fontes, como assinalam Fávero e Molina (op. cit: 140). Além disso, ele deve considerar também o risco que atualmente corre o linguista arraigado em seu meio social, com sua maneira própria de ver e pensar o mundo, ao examinar o passado com os olhos do

presente, deixando assim de verificar o objeto de estudo no contexto em que foi criado.

Em conformidade com Coseriu (1979: 55), consideramos o estudo linguístico numa perspectiva em que na língua real coincidem: o que é sistemático, o que é cultural e o que é histórico. Por ser uma atividade humana, a mudança linguística é decorrente das transformações históricas e das influências que recebe do exterior.

A importância do estudo da mudança linguística do ponto de vista histórico consiste, desse modo, em saber como um dado linguístico é constituído na tradição, ou seja, de que forma e em quais condições isso ocorre.

Diante dessa estreita relação entre Língua e História, nesta pesquisa, fazemos uma abordagem histórica da ortografia, cujo intento está justificado no fato de a ortografia ser uma convenção que, mesmo antes de ser fixada ou ainda legislada, no século XX, já era marcada por influências sociais, políticas e econômicas. O advento da imprensa e de seu público leitor, o período das grandes conquistas portuguesas e o consequente patriotismo no século XVI, e a busca pela identidade nacional no Brasil do século XIX são fatos sociais que influenciaram as escolhas.

1.2 Ortografia: algumas considerações

Na Antiguidade Clássica e nos primeiros séculos medievais, a página de um texto era muito diferente do que estamos habituados na atualidade. Tratava-se de uma página em que se fazia necessária a habilidade de intérprete do leitor, pois não havia distinção de palavras nem havia pontuação. O avanço da tipografia e a substituição das práticas de leitura em voz alta pela leitura silenciosa foram determinantes para o desaparecimento da *scripto continua*. Diante de tais mudanças, a necessidade de se ter uma ortografia tornava-se evidente.

Entretanto, o fato de todas as línguas possuírem dialetos que apresentam variações de pronúncia, poderia gerar problemas de comunicação porque se cada pessoa escrevesse em seu dialeto, haveria grande variedade de formas gráficas para a mesma palavra, o que dificultaria sobretudo a leitura. Isso não aconteceu com o sistema ideográfico, como o chinês, pois o desafio dos que o adotaram era o de conter a variação semântica, visto que a escrita parte da representação das ideias para definir o valor dos caracteres.

Sendo assim, diante da evidência da necessidade de padronização, a solução para o problema da variação foi a de conseguir controlar o excesso de formas escritas da mesma palavra com o *congelamento* de sua forma gráfica por meio da ortografia (cf. Cagliari, 2009a), adiesse ela do sistema alfabético ou do fonético.

A ortografia representa, nesse sentido, uma forma fixa de escrever as palavras, sem variar os caracteres que a compõem e a ordem que eles assumem na composição da palavra. Segundo Nina Catach (1973), a ortografia tem a pretensão de fixar e transmitir mais que sons, visto que tenta atingir um grau de complexidade que ultrapassa as capacidades e as necessidades dos

usuários. É um tipo de saber resultante de uma convenção, de uma negociação social para unificar a escrita das palavras; por isso assume caráter normativo e prescritivo.

Tradicionalmente, há poucas variações sobre o conceito de ortografia entre os estudiosos que tratam do assunto. De modo geral, mantém-se a explicação histórica, proveniente da etimologia grega, segundo a qual “ortho” significa *reto*, *direito* e “graphia” significa *escrita*. Para Cagliari (2009b), porém, essa definição é falha, pois não havia entre os gregos antigos a palavra “ortografia”. Sua criação é decorrente da necessidade de se ter um termo técnico para ser usado ao se tratar da “escrita correta”. Dessa forma, “escrever corretamente” significa escrever um vocábulo de acordo com as letras a ele atribuídas pela tradição histórica, pela pronúncia ou por leis específicas.

De acordo com Buescu (1984), a partir do século XVI, devido à imposição das línguas românicas, o pensamento linguístico organizava-se em dois vetores: por um lado, o problema da normatização ortográfica, por outro, o problema da dignificação linguística. No que diz respeito à normatização, não podemos esquecer que, antes de ser um recurso linguístico unificado e pacífico, é um modelo ideal que se impõe aos falantes por força de suas propriedades intrínsecas e, ainda, antes de se constituir um conceito meramente técnico, ela é a construção social, obtida por meio de seleção, exclusão e avaliação do uso da língua (BEZERRA, 1984).

Já o problema da dignificação linguística envolve aspectos culturais. Consequentemente, é importante descobrir por quais vias o latim passa a ser assumido e vai funcionar como um instrumento posto a serviço do português. A busca de identidade ergue-se como um estímulo, um desafio.

Os princípios pelos quais desde cedo se procurou ordenar o sistema ortográfico dos idiomas como o português, segundo Bechara (2009), são quatro: a pronúncia, a etimologia, o uso e o traço de distinção.

Na ordenação do sistema pelo princípio da *pronúncia*, a ortografia corresponde à maneira como se diz e se ouve uma palavra. Na ordenação pela *etimologia*, a forma gráfica relaciona-se com a sua origem, admitindo letras que já não representam os sons portugueses. Em relação ao critério de *uso*, entende tratar-se do uso dos “doutos”, não do “vulgo”, basea-se, nesse sentido, na prática daqueles que eram considerados bons escritores. Por fim, pelo quarto critério, o dos *traços de distinção*, procura-se apoiar o quanto possível nos elementos oferecidos pela pronúncia e pela etimologia, buscando-se também uma diferenciação gráfica entre palavras homófonas.

Cabia às Academias de Letras ou às Ciências proporem, ou melhor, imporem regras determinadoras do uso da ortografia na sociedade (como ocorreu com o italiano, o espanhol e o francês) a partir de um desses caminhos.

As propostas e as discussões sobre os princípios que deveriam ordenar o sistema ortográfico da língua portuguesa começaram de modo sistemático em Portugal desde pelo menos o século XVI. Com o passar do tempo, tais discussões foram adquirindo consistência também no Brasil, de modo que, no século XIX, é grande o número de produção de textos metaortográficos. Além disso, surgem, tanto em Portugal como no Brasil, propostas reformistas e tentativas de acordo ortográfico, o qual só foi edificado no século posterior.

Antes de se chegar a um padrão ortográfico assegurado pela lei², um longo período de tentativas de normatização³ foi trilhado.

1.3 A ortografia portuguesa em perspectiva histórica

Embora o cerne desta pesquisa seja a ortografia do final do século XIX e início do século XX, particularmente, aquela usada nos manuais escolares, acreditamos ser necessária, a fim de contextualizar o período, uma explanação do que consistia a ortografia portuguesa a partir das primeiras tentativas de normatização. Para tanto, retomando Aguiar (2005), abordamos, a seguir, os aspectos mais relevantes dessa história, além de destacarmos os ortógrafos e gramáticos que produziram as obras mais representativas na história da grafia portuguesa.

1.3.1 A ortografia no século XVI: as primeiras tentativas de normatização

Em Portugal, os séculos XV e XVI foram marcados por grandes descobertas marítimas que aumentaram o prestígio dos portugueses. Nessa

² “A língua portuguesa é a única língua, que eu conheço, que tem leis nacionais obrigando os cidadãos a seguir rigorosamente a grafia das palavras” (...) (CAGLIARI, 2009: 47).

³ Em relação à diferença entre lei e norma, usou-se como referência para este trabalho a definição apresentada por Houaiss (2009):

Lei - regra categórica. Regra, prescrição escrita que emana da autoridade soberana de uma dada sociedade e impõe a todos os indivíduos a obrigação de submeter-se a ela sob pena de sanções.

Norma - aquilo que regula procedimentos ou atos; regra, princípio, padrão. Conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.).

ocasião, havia grande sentimento patriótico e busca de autonomia nacional em relação a outras nações europeias. No período áureo dos descobrimentos, os portugueses tiveram um papel central entre os europeus, especialmente, no que diz respeito às inovações técnicas ligadas à navegação e aos conhecimentos geográficos.

Devido ao aumento do prestígio das línguas nacionais, aliado ao desenvolvimento dos estudos linguísticos do Renascimento, desponta a necessidade de se regularizar a ortografia dessas línguas, ainda mais urgente após o advento da imprensa e o consequente aumento das publicações e do público leitor. Como explica Ferreira Netto (2001: 20),

A diversidade linguística se mostrava um elemento essencialmente distintivo e impunha a necessidade de uma divulgação de formas nacionalmente padronizadas. É justamente nesse aspecto que a escrita assume o papel que desempenharia nos séculos seguintes. Mas se a escrita, por si só, não tinha esse alcance, seria necessário reproduzi-la pela nova tecnologia que recém despontava: a imprensa.

Nessa época, ocorre o que Teyssier (1987:154) designa como *um movimento de renovação ortográfica*. A língua passa a ser vista pelos portugueses como uma das mais importantes entre as línguas românicas. Desse modo, conforme aponta Bastos (1981), um dos interesses das nações europeias emergentes era a demonstração de existência de um sistema linguístico autônomo e coeso, a caracterizar uma nação e seu povo como únicos e independentes. É a escrita que vai assegurar às línguas o grande poder de unificação, protegendo-as contra fragmentações dialetais e promovendo a união entre as nações.

Verificamos que, a partir do Renascimento, os estudos linguísticos avançam e a língua escrita adquire uma fisionomia uniforme e, mesmo passando por diferentes propostas ortográficas, as quais ainda serão discutidas neste tópico, projeta-se o estabelecimento de uma norma. Trata-se do período das *grandes criações gramaticais em geral e ortográficas em especial*. (BUESCU, id: 22)

As bases do sistema ortográfico português estiveram submetidas a uma tensão entre duas forças de difícil conciliação: de um lado, a preocupação com uma escrita que correspondesse às exigências e características fonológicas da língua; de outro, o intuito de respeitar a tradição greco-latina, mediante a adoção do princípio etimológico. Nesse século, destacam-se as obras de Fernão de Oliveira, João de Barros, Pero Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão.

Os primeiros gramáticos portugueses, Fernão de Oliveira com sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada em 1536, e João de Barros, com sua *Grammatica da lingua portuguesa*, apresentada em 1540, optaram pela tradição da ortografia fonética, enquanto que Pero Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão defendem em seus tratados ortográficos a tradição histórica.

Para sustentar o ponto de vista favorável à ortografia de base fonética, Oliveira (1536) propõe o aumento do alfabeto mediante a adoção de letras do alfabeto grego para representar as vogais grandes⁴, evidenciando a distinção entre letra e som, que fica patente quando o autor apresenta seu alfabeto, constando como letras alguns dígrafos:

⁴ Oliveira chama de vogais grandes aquelas que hoje chamamos de abertas

α a b c ç d e ε f g h i j l m n o ω p q r r r s s s t v u x z y ch lh nh

Da mesma maneira, João de Barros (1540: 373) acredita que *a primeira e principal régra na nóssa ortografia é escrever todas las dições com tantas lêteras com quantas â[s] pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas, como uemos na escritura italiana e françesa*. Desse modo, atribui a cada fonema um grafema, fato que o leva a propor um alfabeto com 33 grafemas:

á a b c ç d e f g h i y l m n ó o p q R r j s t V u x z ch lh n

É evidente que uma escrita assim rigorosamente fonética, minuciosamente fiel às realizações variadas de fonemas – individuais, com traços regionais, sociais, contextuais, estilísticos, entre outros – é impraticável. Apenas de um ponto de vista ideal, um sistema alfabético deveria ter correspondência de termo a termo entre fonemas e grafemas; isto é, cada grafema deveria representar um fonema e cada fonema deveria ser representado por grafema. (cf. GLEASON, 1970: 579).

Como a necessidade de uniformização da ortografia era premente, assim como a urgência de conferir estabilidade e alguma permanência ao signo gráfico, a língua latina, que não mais se modificava⁵, impusera-se como um modelo de escolha que favorecia a garantia de estabilidade dos signos e a vantagem da filiação das palavras.

Assim, a perspectiva sincrônica e a busca da simplificação que caracterizavam os trabalhos dos gramáticos citados acima dão lugar a

⁵ Acerca desta questão, o latim ser uma língua morta, há os que, contrariamente, defendem ser ele uma língua viva, pois que se conserva nas línguas românicas no vocabulário, na morfologia e na sintaxe.

uma perspectiva diacrônica e a uma, cada vez maior, exibição de erudição por parte dos gramáticos subsequentes.

É nesse âmbito que, no último quartel do século XVI, foram publicados os primeiros tratados ortográficos que tinham preocupação histórica com a língua. Desse modo, o critério adotado pelos autores passa a ser a escrita etimológica.

O primeiro tratado ortográfico propriamente dito é decorrente de *As Regras que ensinam a maneira de escrever a Orthographia da língua portuguesa*, de Pero Magalhães de Gândavo, 1574. Em consonância com o critério de grafia etimológica, apresenta seu alfabeto constituído por seis vogais e dezoito consoantes:

a b c d e f g i k l m n o p q r s t u v x z y

Comparado às propostas anteriormente citadas, constatamos que se trata de uma redução, que Buescu (1984b: 119) chama de *recessão alfabética*.

Com os livros de Duarte Nunes de Leão: *Orthographia da língua portuguesa*, de 1576, e *Origens da língua portuguesa*, de 1606, tem-se o marco da vitória da ortografia etimológica que, a partir daí, só tenderá a ampliar seus domínios. O ortógrafo Duarte Nunes de Leão adota, do mesmo modo que seu antecessor, o alfabeto latino, mas inclui também os dígrafos *ph*, *ch*, *th*, *lh* e *nh*:

a b p ph c ch d t th e f g h i k l lh m n nh o q r s v x y z

As regras gerais são apresentadas de forma extensa com abundante exemplificação. É notória, em Leão, a tentativa de atender às necessidades do português, mas, ao mesmo tempo, de manter-se fiel aos gramáticos latinos.

A partir do Renascimento, os estudos linguísticos avançam e a língua escrita adquire uma fisionomia uniforme e, mesmo passando por diferentes propostas ortográficas, projeta-se o estabelecimento de uma norma. Trata-se do período das *grandes criações gramaticais em geral e ortográficas em especial* (BUESCU, id: 22).

Importa destacar, porém, que a tentativa de fixação ortográfica foi mais política e ideológica do que linguística, e os gramáticos estudados objetivaram, mesmo que por estratégias e óticas diferentes, a dignificação do português como língua independente.

Nos escritos dos gramáticos renascentistas, observamos a importância dada à comparação entre o castelhano e o português, e a defesa deste em detrimento daquele. Em alguns casos, uma reação clara contra a invasão do castelhano faz-se sentir. É o que vemos na obra de Pero Magalhães de Gândavo, que, segundo Buescu (1984), é marcada pela oposição entre o português e o castelhano. A confirmação de uma consciência nacional contrária ao castelhano é crescente, visto que se apresentava a iminência de um risco pressentido pelos humanistas: o predomínio da língua competitiva de uma nação, de certo modo, rival e mais poderosa no plano político interno e externo.

1.3.2 A questão ortográfica no século XVII

A tendência para um modelo de base fonética iniciada na obra de Fernão de Oliveira foi aos poucos cedendo espaço para a incorporação do modelo etimológico, sobretudo em decorrência do trabalho de Gândavo e Leão como se assinalou anteriormente.

Apesar de ser muito difícil a situação político-cultural em Portugal, no século XVII, até 1640 sob o domínio espanhol, foram produzidas significativas obras voltadas para o estudo da língua portuguesa e da ortografia. Durante o período em que o castelhano é a língua de cultura entre os portugueses, a língua materna não deixa de ser valorizada e defendida. Depois das guerras da independência, surgiu um maior número de tratados ortográficos.

Vale frisar que, como o espanhol possuía uma ortografia de base fonética, para alguns portugueses a adoção de tal padrão gráfico significaria a continuação da submissão espanhola. Esse fato justifica também a estreita relação cultural que se firmava entre Portugal e França, a qual usava uma ortografia de *etimologismo exagerado* (CAVALIERE, 2000).

Álvaro Ferreira de Vera em sua obra *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*, produzida em 1631, apresenta uma proposta que não se distancia muito do que havia sido exposto na obra de Leão. Há trechos em que as ideias são praticamente idênticas. O sistema adotado representa um avanço em relação à proposta de Leão, sobretudo pela tentativa de incluir os grafemas *j* e *v* no grupo das consoantes. Como afirma Kemmler (2001: 193) “*ele pode não ser o primeiro a incluir no alfabeto os*

grafemas j e v, mas é decerto o primeiro ortógrafo a usar os dois grafemas com coerência”.

De modo geral, essa ortografia tenta conciliar o respeito à herança latina com as peculiaridades fonéticas do português. No entanto, como é praticamente impossível uma orientação puramente fonética por não ser possível descobrir em que consiste a verdadeira pronúncia, podemos identificar, em consonância com Kemmler (id), justamente aí, o ponto fraco na ortografia do autor, visto que os estudos fonéticos de base científica surgiram pouco antes do século XX.

A proposta ortográfica do jesuíta Bento Pereira, intitulada *Regras Gerays breves da melhor Orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, e Portuguesa*, publicada em 1666, dá seguimento à tendência moderada em relação à ortografia etimológica, como observamos em suas próprias palavras

(...) pelo que não condenareyaos que faltarem no pôr da tal aspiraçãõ nos nomes que já os latinos tomãram dos Gregos, como sam Philosophia, Theologia, escrevendo Filosofia, Teologia conforme ao que advertimos na regra 3. (PEREIRA 1666: 42)

Bento Pereira, como afirma Gonçalves (2003), não concebe o sistema gráfico restrito apenas ao aspecto grafemático, mas abrangendo também os campos sintático, semântico e rítmico, visto tratar da pontuação em suas várias dimensões. A estrutura de sua obra compreende três partes: a primeira sobre as regras comuns à língua latina e a portuguesa, a segunda referente às regras específicas da língua latina e a terceira referente apenas à língua portuguesa.

É uma obra de caráter prático, tanto que dispensa, ao contrário de seus antecessores, o uso de definições, apontando apenas algumas soluções ortográficas. Em conformidade com os autores da época, apresenta no final da obra uma lista com erratas e palavras homógrafas.

De outro modo, o ortógrafo João Franco Barreto, ao publicar sua obra, em 1671, assume uma posição mais favorável à ortografia fonética do que os seus antecessores. Assim, embora aí se verifiquem as ideias de Vera, Pereira e Leão, é a doutrina deste último que recebe maior destaque e algumas críticas por parte deste ortógrafo.

Um dos aspectos relevantes da discordância de Franco Barreto em relação a Nunes de Leão reside, segundo Gonçalves (2003), sobretudo, na reposição artificial de grupos consonânticos latinos, repetidas vezes, condenada (*studo~estudo*, *statua~estatua*, *scrivã~escrivã*, Regra Vi, p. 243; *somno~sono*, *damno~dano*, Regra XI, p.250), numa evidente filiação à perspectiva sincrônica, da qual decorre a afirmação da autonomia do modelo ortográfico da língua portuguesa com respeito à matriz latina.

Essa proposta ortográfica representa uma evolução da ortografia vigente até então. Desta forma, não se trata de uma reforma total do que foi proposto por Leão, mas de um aperfeiçoamento do que havia até aquele período, como bem assinala Kemmler (2001). O prosseguimento às ideias de Leão dado por Barreto é considerado um importante ponto de partida para os estudos subsequentes.

1.3.3 A ortografia portuguesa no século XVIII

João de Moraes Madureira Feijó e Luís António Verney são os autores de maior destaque quanto às ideias a respeito da ortografia no século XVIII. O primeiro, por apresentar a proposta ortográfica de maior êxito do período, as quais perduraram até o século XIX; o segundo, por representar um marco entre a ortografia antiga e a ortografia simplificada. Reconhecemos, no entanto, que outras obras tenham considerável valor como a de Frei Luís do Monte Carmelo (1767) e de Francisco Félix Carneiro Sotomaior (1783), ambos posteriores a Feijó e, desse modo, influenciados por suas ideias.

Logo no início de sua obra, Madureira Feijó (1734) contesta a corrente ortográfica que busca por um sistema de base fonética:

Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos. Quem não sabe, que toda causa de innumeraveis erros na Orthografia, he a multidão dos erros, que andão introduzidos na pronunciaçaõ? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; porque a Orthografia poderiamos imitar aos melhores Authores, que escreveraõ na nossa lingua; porque vemos como elles escreviaõ. Esta queixa faziaõ já os antigos Grammaticos no seu tempo, dizendo: que tinhaõ as oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que não tiveraõ a fortuna de o ouvirem orar, para saberem como elle pronunciava a lingua latina (p.2)

Em conformidade com a tendência geral da obra de se guiar pela etimologia, Feijó admite o ç em posição inicial como “çafar, çujar, çumo, çapato”. Em sua proposta, o grafema *h* serve para diferenciar a forma verbal da conjunção (he = é, diferenciando da conjunção “e”) e para os dígrafos (*ch, lh, nh, ph, rh, th*). O autor propõe ainda a duplicação de algumas consoantes (*b, c,*

d, f, g, l, m, n, p, t), como podemos verificar por meio dos seguintes casos: *abbreviado, diccionario additamento, efficaz, suggestaõ, amarello, commissario, depennar, suppôr, atençaõ*. Além disso, sugere: *acçaõ, acto, facto, amygdalas, assignalado, sumptuoso*, mesmo se tratando de sequências que nem sempre são pronunciadas.

Kemmler (2001) destaca que Feijó ao propor sua normatização ortográfica utilizava-se de tanto da etimologia quanto da analogia, que se aplica em inúmeros casos em que não há recomendação a um dado étimo, mas são resultados de processos morfológicos.

Para Feijó (1734), é impraticável uma corrente normativa das variantes, com alguma justificação, pois não seria possível abarcar em um único modelo ortográfico todas as variantes, inclusive, de indivíduo para indivíduo. Para uma proposta ortografia fonética, optar-se-ia, forçosamente, pelo registro da fala de uma ou outra região e privilegiar-se-ia a pronúncia dos chamados homens de cultura. Desse modo, conclui que só se pode pronunciar a favor da ortografia etimológica. Em relação à impossibilidade de se basear a ortografia na pronúncia, comenta:

E eu tomara saber qual he o uso universal na pronunciaçaõ da nossa lingua, para me não desviar delle: se consultarmos o vulgo não acharemos senaõ abusos de palavras, e erros da pronunciaçaõ. Se consultarmos os sabios, estes saõ os que mais duvidaõ da pronunciaçaõ, e escripta de inumeraveis palavras, como elles confessaõ, porque a mesma sabedoria os faz prudentemente duvidar. Se consultarmos as Provincias acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovaõ huns aos outros, ou seja no escrever, ou no fallar. (...) Como póde haver uso universal de fallar com acerto, se os idiomas cada dia se vão mudando, emendando, e aperfeiçando tanto, que se compararmos não só a nossa lingua, mas a Castelhana, e outras no auge, em que hoje estaõ, com o que eraõ antigamente, e ainda há poucos annos, veremos que não se parecem humas com as outras (...) (FEIJÓ, 1734:5)

As ideias de Feijó influenciaram a produção de outros autores. Para Gonçalves (2003), há dois tipos de influências do sistema de Madureira Feijó nas obras posteriores: a que se refere ao conteúdo, isto é, das soluções gráficas defendidas pelo autor; e a que se refere à organização interna da obra, ou seja, da disposição das matérias ou partes da obra.

Referindo-se ao último caso, a autora cita como exemplo o *Compendio de Ortografia* (1767), de Frei Luís Monte Carmelo que, até pela tentativa de avantajá-lo o modelo, imita Madureira, em particular, na inclusão de listas de erros ou “vícios da plebe”, contendo informações de outra ordem que não a ortográfica e apresentando um sistema gráfico não divergente ao madureirense. Em síntese verificamos apenas, de um lado, o aumento do volume da obra (setecentas e setenta e duas contra as quinhentas e cinquenta e três páginas de Feijó) e, de outro, a variedade e natureza da informação contida nas obras.

Com um olhar divergente sobre a questão ortográfica, Verney (1746:14) causou polêmica ao expor suas idéias, defendendo que os portugueses deviam *escrever sua língua, da mesma sorte que a pronunciam*. A maior importância de sua obra reside, como afirma Fávero (1996: 67), *no espírito que a rege e na ruptura que representa*, pois se trata de um rompimento com as tendências cartesianas vigentes entre os estrangeiros e uma ruptura da mentalidade barroca: o declínio da metafísica, a ascensão da lógica e da física.

Essa obra mostra-se também polêmica na área da pedagogia: é composta por dezesseis cartas, abrangendo áreas como: ensino de português, latim, grego e hebraico, estudos de retórica, poesia, filosofia, matemática, medicina e

teologia. Para o trabalho que ora se apresenta, interessa apenas a “Carta primeira”, pois nela o autor dedica-se às questões referentes à ortografia.

Devido ao fato de Verney defender uma ortografia fonética, sugere que seja eliminado o grafema que não corresponder a um som, como é o caso das letras geminadas. Acredita que (...) *devem desterrar da lingua Portuguesa, aquelas letras dobradas, que de nada servem: os dois SS, dois LL. Na pronuncia da lingua, nam se ouve coiza alguma, que fasa dobrar, as ditas consoantes.* (VERNEY, 1746: 14)

Embora faltasse ao autor os conhecimentos relativos à linguística histórico-comparativa e, desse modo, a constatação da dificuldade de unificar grafema e fonema, observamos, em conformidade com Kemmler (2001), que se trata de uma ortografia simplificada. Assim, embora sua obra não seja um tratado ortográfico propriamente dito, mas *anotações sobre o que o autor acha serem desejáveis de uma ortografia simplificada* (KEMMLER id. 248), representa um passo significativo rumo à simplificação ortográfica que será consolidada no século XX.

1.3.4 As propostas de reforma ortográfica do século XIX

Como pontuamos anteriormente, o sistema ortográfico apresentado por Madureira Feijó no século XVIII logrou êxito até o século posterior. Porém, nos anos oitocentos, além das obras que seguiam fielmente as ideias feijoenses, vieram à luz um significativo número de publicações que apresentavam

propostas de reforma ortográfica, não apenas tratados, como ocorria nos séculos anteriores.

O primeiro autor que merece destaque devido ao empenho dedicado à tentativa de promover uma reforma na ortografia portuguesa é José Barbosa Leão. No final de 1875, Barbosa Leão torna públicas suas ideias por meio de uma obra não assinada, intitulada *Considerções Sobre a Orthographia Portuguesa*. Com a intenção de tornar amplamente conhecida e aceita sua proposta, distribui sua obra entre aqueles que poderiam encaminhar a reforma ortográfica por ele idealizada. O primeiro passo estratégico dado pelo ortógrafo rumo à sua busca foi entregar um exemplar de seu livro ao Senhor Conselheiro António Rodrigues Sampaio, ministro dos negócios do reino. O segundo, foi oferecer cópias pelas repartições públicas e também pela Academia Real das Ciências.

No entanto, seu livro não teve o impacto que esperava. Ainda assim, Barboda Leão prosseguiu com seu intento, publicando, em 1878, a *Coleção de Estudos e Documentos a favor da Reforma Ortográfica em Sentido Sônico*, na qual consta a representação da Academia Real das Ciências e o Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica.

Conforme está indacado no próprio título, para o autor, a base do sistema ortográfico deveria ser sônico, pois

a razão e a lógica dizem que, se a linguagem escripta é a representação da linguagem fallada, o modo de fallar não póde deixar de ser levado muito em conta ao escrever.(1878:3)

Ao expor sua proposta de reforma, Barbosa de Leão apresenta o alfabeto contendo nove vogais e vinte consoantes. Trata-se, no dizer do autor, da representação, na linguagem escrita, dos sons elementares:

Vogais: á a é e i ó ô u-Consoantes: m p b f v c z d t s j x l h n nh r r' q g

Não é de se estranhar que o autor seja contrário ao uso de letras mudas, uso de mais de um grafema para o mesmo fonema e de letras geminadas, inclusive o *ss* e o *rr*, visto que era um defensor de uma ortografia consonante à fala.

O empenho de Barbosa Leão em promover uma reforma no sistema ortográfico acabou por alavancar um movimento em favor da reforma. Para avaliar o projeto foi eleita uma comissão denominada: *Comissão da Cidade do Porto*, cuja principal função era encaminhar um *Parecer* à Academia de Ciências de Lisboa. No entanto, o assunto nunca foi amplamente discutido pela comissão. Diante da falta de análise sistemática por parte dessa comissão e principalmente pela evidente utopia que representava a proposta de reforma ortográfica naqueles moldes, os acadêmicos foram contrários a sua implantação.

Embora o projeto de Barbosa de Leão não tenha alcançado o sucesso que ele esperava, a repercussão foi grande tanto em Portugal como aqui no Brasil, onde foi recebida com contestação. Júlio Ribeiro, ao discutir sobre a falta de fixação ortográfica, faz referência à falta de êxito de mais uma proposta de base exclusivamente fonética

Não está ainda fixa a orthographia da lingua portugueza: prevelece comtudo nella o elemento etymologico. Varias

tentativas se têm feito para estabelecer em Potuguez a orthographia exclusivamente phonetica; todas têm abortado. Ainda ultimamente subiu em Portugal a consideração da Academia Real das Sciencias o parecer de uma Commissão que advogava e punha em prática tal systema: nada produziu (1881: 22)

No final do século XIX, os filólogos Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu e Zófimo Consuigliere Pedroso editaram uma coleção científica de grande divulgação chamada *Enciclopédia de ciência, arte e literatura – Biblioteca de Portugal e Brasil*. O primeiro volume dessa coleção, cujo título é *A literatura e a Religião dos Árias na Índia*, escrito por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, publicado em 1885, teve particular destaque graças, particularmente, à ortografia adotada.

Devido ao sucesso dessa publicação, os dois autores julgaram ser necessário criar, em 1885, o opúsculo *Bases da Ortografia Portuguesa*, que tinha por objetivo explicar quais princípios ortográficos adotaram para escrever o primeiro volume da coleção, visto que se tratava de uma grafia diferente daquela que vinha sendo usada até o momento.

Nessa obra, ao contrário do que fizeram os ortógrafos anteriores, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu optaram por não denominar sua proposta ortográfica nem fonética, nem etimológica, mas simplesmente “Ortografia Portuguesa”. Por influência da linguística histórico-comparativa, os autores reconhecem que na língua, por ser um fato social, não se pode introduzir, individualmente, mudanças linguísticas, em particular mudanças ortográficas. Para eles, a ortografia portuguesa é o *sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado; a sua base é*

a história da linguagem portuguesa como língua e como dialecto.
(VIANA/ABREU, 1885: 6)

Devido à tentativa de equilíbrio entre os dois sistemas, os autores, ao se nortear pela grafia fonética, afirmam que é indispensável uma acentuação gráfica *subordinada às leis de acentuação de língua falada* (VIANA/ABREU, 1885: 5). Para não se afastarem da história, no que diz respeito ao som de *s*, por exemplo, propuseram que o representem por *s*, *ç*, *c* no início das palavras (saber, çapato, ciência) e *ss*, *ç*, *c* no meio (sossego, çarça, concelho). Para som de *z*, usam como representação *z*, *s* de acordo com a determinação histórica (preso). Pelo mesmo motivo, Viana e Abreu optam por manter o uso da chiada surda, representada por *ch*, *x* (chave, xadrez). A esse respeito asseveram os autores:

A etimologia e as línguas conéjenes determinam que sigamos o exemplo dos nossos clássicos e de vários monumentos escritos usando-se da grafia *ch* e, mais adiante, conservamos a grafia *x* para representar os diferentes fonemas que de facto representa na língua portuguesa, porque não temos direito, nem Congresso nenhum, de impor pronúncia pela ortografia (op.cit. p.10-11).

Para os grafemas *ph*, *th*, *ch*, *y* decidem pela simplificação, com a respectiva substituição por *f*, *t*, *c*, *i*. Optam também por eliminar as consoantes dobradas e grupos de consoantes (agglomerar/aglomerar; prometter/prometer; commum/comum; phthisica/tísica; schola/escola). Entretanto, admitem exceção quando se trata do uso do *m*, *n* compostas das preposições *in*, *em* (immigrar, ennobrecer).

Fato curioso é a decisão dos dois ortógrafos em relação à letra *h*. Diante da problemática questão do uso do grafema, optam por deixá-lo de lado,

adiando a discussão para um futuro Congresso que pretendiam convocar. O mesmo ocorre com o grafema x quando usado sem o valor de chiante.

Apesar de não terem conseguido convocar o Congresso e embora houvesse pouca aceitação e interesse do público geral pelo opúsculo, logo após o início da publicação, Gonçalves Viana não desistiu de sua busca; acabou por escrever várias obras relacionadas ao assunto. O merecido reconhecimento de suas ideias, entretanto, deu-se somente depois da publicação da *Ortografia Nacional*, em 1904.

Embora o trabalho de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu tenha tido significativa repercussão no Brasil, os autores daqui não deixaram de apresentar suas propostas ortográficas que também objetivavam reformar e unificar a ortografia. A divergência, que ocorria entre os portugueses, também estava presente entre os brasileiros, que divergiam sobre qual deveria ser o sistema ideal: o fonético ou o etimológico. Os estudiosos cujas propostas mais se destacaram aqui no Brasil foram José Jorge Paranhos da Silva, Miguel Lemos – ambos adeptos de um sistema ortográfico norteado pela fonética –, José Feliciano de Castilho e José Ventura Bôscoli – adeptos da ortografia etimológica.

Nenhum dos projetos apresentados pelos autores brasileiros oitocentistas teve o impacto de que eles gostariam, principalmente em Portugal. As propostas ortográficas de base fonética representavam um ideal ortográfico, pois eram sistemas baseados na busca pela grafia que representasse a imagem perfeita da fala, esquecendo-se que, ao se fixar normas, é deixado de lado um sem número de variações referentes aos fatores externos ou aos propriamente linguísticos. O que parecia importar para esses

autores era a demonstração de que a linguagem usada no Brasil era melhor que a de Portugal.

A questão ortográfica no Brasil vem associada à Independência e à busca pela identidade nacional e, com o passar do tempo, torna-se o cerne das discussões entre alguns estudiosos da época, demonstrando, embora em graus variáveis, o desejo e a intenção de se adquirir a autonomia linguística no país. Desse fato decorre, já no século XX, a tentativa de se estabelecerem regras na Academia Brasileira de Letras, levando-a a organizar, em 1907⁶, a primeira proposta consistente de reforma ortográfica da língua portuguesa no Brasil.

1.3.5 A ortografia portuguesa no século XX: reforma e acordo ortográfico

Por proposta de José Medeiros e Albuquerque, a Academia Brasileira de Letras tenta estabelecer a primeira Reforma Ortográfica de repercussão geral, votada em 25 de abril de 1907. Essa proposta foi motivada também pela discussão realizada em 29 de abril de 1898, na Academia Real das Ciências, na qual se estudou a possibilidade de as duas academias elaborarem conjuntamente um projeto de simplificação e uniformização da ortografia da língua portuguesa.

⁶É importante frisar que 1907 é o ano em que a primeira proposta de reforma ortográfica elaborada no Brasil ganha destaque e é reconhecida inclusive em Portugal. No entanto, a participação da Academia Brasileira de Letras nas discussões sobre o assunto começou em 13 de junho de 1901. Embora não haja registro em ata dessa reunião, uma matéria publicada no *Jornal do Commercio* de 15 de junho informa que o assunto foi discutido ali. (cf. HENRIQUES, 2001)

Gonçalves Viana, uma das maiores autoridades portuguesas, rejeita a reforma brasileira por não dizer respeito às realidades fonéticas do português de Portugal, além de submeter os portugueses ao português do Brasil. Nas palavras do autor:

Não convém pois generalizar-se a Portugal a reforma brasileira, quando contradiga, como deste modo contradirá, factos glóticos próprios do reino, e que pertencem à história da língua portuguesa, nele desenvolvida: e nenhuma das considerações que na imprensa da grande e próspera República teem aparecido, com o intento de colocar o português de Portugal na dependência do português do Brasil, é plausível e aceitável, mesmo no ponto de vista filológico, único que deve ser tido em consideração para o caso sujeito (1909: VIII)

Um dos mais veementes defensores da proposta de Medeiros e Albuquerque é José Veríssimo (1907). Para ele, o aspecto mais relevante da reforma é o social, e, por isso, ela se faz necessária e útil. Além disso, *a língua portuguesa não tem ortografia, o que é um mal no ponto de vista da educação pública, e uma inferioridade para uma língua de gente civilizada.* (p. 108)

A Reforma assinada por Medeiros e Albuquerque vem ao encontro das ideias defendidas por Veríssimo, pois o principal objetivo da proposta é contribuir para a simplificação imediata da ortografia, já que sugere a redução do número de grafemas utilizados e a uniformização dialetal. Além disso, a base do projeto é de uma ortografia sônica que tenta atribuir a cada letra um som, visando ao ideal de pronúncia brasileira.

A esse respeito Medeiros e Albuquerque (1910: 87) nos diz:

O ideal em materia de orthographia é que cada som seja sempre representado pelas mesmas letras e cada letra

represente o mesmo som; Que, entretanto, para não chegar aos exageros da graphia rigorosamente sónica, que teria de attender até mesmo ás variações dialectaes, é necessario partir se uma dada pronuncia e essa deve ser para o Brasil a das suas classes cultas. (In: Revista da Academia Brasileira de Letras)

A solução encontrada pelo reformista foi a adoção de um padrão de pronúncia estabelecido por aqueles que fazem uso da norma culta. No entanto, como ressalta Cavaliere (2000), o caráter insatisfatório dessa solução se deu devido ao conceito de norma no início do século XX, que considerava desejável o padrão linguístico da região sudeste do país, em especial do Rio de Janeiro, o que dava um *aspecto artificial* à grafia de muitas palavras em outras regiões.

Importa ressaltar que a importância política do Rio de Janeiro naquela época foi determinante para que o dialeto carioca fosse considerado o padrão linguístico a ser adotado no país. A partir de 1808, com a chegada da família Real, a população do Rio, que era de 14 mil habitantes, recebeu com D. João VI e sua Corte, cerca de 16 mil portugueses que faziam parte Corte. Naturalmente o modo de falar do carioca se modificou, asselhando-se ao modo de falar dos portugueses.

O fato de o Rio de Janeiro se tornar a capital do país foi determinante para que seus espaços públicos, seus serviços e também a forma de viver de seus habitantes fossem alterados. Ocorre uma significativa efervescência cultural proveniente dos modelos europeus. A cidade foi reformulada para atender aos anseios políticos da época que determinavam uma reorganização estética, arquitetônica e urbanística. Foram criados diversos prédios e instituições, destacando-se o Banco do Brasil, o Real Teatro São João, a Real

Biblioteca (hoje, Biblioteca Nacional), Jardim de Aclimação (depois chamado de Real Horto e, hoje, Jardim Botânico).

Ao lado dessa reorganização, o decorrer do século XIX carioca foi cenário de importantes fatos históricos, destancando-se, principalmente, a Proclamação da República. Diante de tanta importância cultural, social, política, econômica é natural que o padrão linguístico usado pelos habitantes do Rio tenha se tornado modelar naquele período.

Em relação à ortografia, vinculando-a com a ideia de “nação civilizada”, logo nas palavras iniciais do projeto, Medeiros e Albuquerque evidencia a busca e a defesa da modernidade ao tratar da urgência da reforma ortográfica da língua portuguesa no Brasil

(...) essa reforma, reclamada e executada em outras línguas, mais necessária é ainda na portugueza, onde não ha auctoridade nem tradição que regule o assumpto; que a Academia Brasileira de Letras dá bem a noção de quanto o problema é urgente, porquanto só no seu titulo ha duas palavras de orthographia duvidosa e não se encontram dous dos seus membros que graphem as palavras do mesmo modo;que até a palavra Brasil figura mesmo em moedas, sellos, notas do Thesouro e documentos officiaes, ora com s, ora com z, podendo-se dizer que o Brasil é a unica nação civilisada que não sabe escrever o proprio nome.(ibid, p. 85)

Tratava-se de uma reforma que implicava consideráveis mudanças no sistema gráfico português. Portanto, embora houvesse adeptos incondicionais, como João Ribeiro, Heráclito Graça e Veríssimo, havia também radicais opositores ao projeto, como Salvador de Mendonça, Sylvio Romero, Afonso Costa, Silvio de Almeida e Carlos de Laet.

O grupo de opositores não era contra a Reforma por estarem de acordo com o sistema vigente, o etimológico; o que eles criticavam eram as incoerências existentes na obra de Medeiros e Albuquerque. Laet é o maior adversário da simplificação ortográfica, e também maior contestador da Reforma votada pela Academia Brasileira. Tem a seu favor o grande prestígio de seu nome e sua vasta cultura intelectual, mas o seu principal predicado, como assevera Candido Figueiredo (1929), é a *convicção*. Assim, suas observações dificilmente admitem réplicas.

Laet (apud. CÂNDIDO FIGUEIREDO, 1929: 122) questiona, por exemplo, a resolução por parte do reformador de eliminar da escrita a letra y, mas que seja mantida em palavras de origem indígenas, como *Catumby*, *Javary*.

De todo modo, a despeito dos problemas originados das tentativas do aperfeiçoamento ortográfico, sua existência, sem sombra de dúvida colaborou em muito para ações futuras rumo à eficácia e regularidade, pois, no dizer de Veríssimo (apud CANDIDO FIGUEIREDO, op. cit: 132), *embora a reforma ortográfica votada pela Academia Brasileira seja incompleta e defeituosa, é um grande e útil passo para a simplificação e regularização da nossa ortografia*. O que, evidentemente, implica avanço na democratização do sistema.

Sob a discussão da aprovação da Reforma proposta, Ruy Barbosa, Salvador de Mendonça e Sylvio Romero apresentam um projeto substitutivo ao que foi sugerido por Medeiros e Albuquerque com a finalidade de manter a *pureza do vernáculo* e sistematizar a ortografia.

Sendo assim, na ata da sessão de 4 de julho de 1907, vem relatada a discussão geral dos projetos de reforma ortográfica. Encontram-se presentes Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Sousa Bandeira, Silva Ramos,

João Ribeiro, Lúcio de Mendonça, Euclides da Cunha, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima e Mário de Alencar. Conforme havia sido decidido, a cotação seria feita em primeiro lugar para cada proposição de um e do outro projeto e depois para as proposições gerais.

A Academia Brasileira opta por contemplar os dois projetos apresentados, ou seja, o Substitutivo de Salvador Mendonça, em vez de ocupar o lugar do projeto de Medeiros e Albuquerque, na realidade o completou. Salientamos, porém, que se tratava de uma reforma limitada apenas à redação de livros e revistas da própria Academia.

Verificamos que, conquanto a Reforma de 1907 não tivesse ultrapassado os limites da Academia, representou um marco bastante significativo na história da ortografia brasileira, pois, além da questão ser tratada com seriedade e rigor por diversas autoridades no assunto, foi amplamente discutida. Desse modo, apresentou-se mais coerente que aquelas que a antecederam. Embora, em certo sentido, ainda se mostrasse complexa e pouco abrangente, desta vez estava respaldada e aprovada pela Academia Brasileira de Letras, além de ser reconhecida em Portugal.

Enquanto no Brasil as discussões sinalizavam para a simplificação ortográfica, em Portugal a falta de sistematização evidenciava-se cada vez mais, refletindo, inclusive, nas publicações oficiais, em especial no Diário das Câmaras Legislativas, em que cada deputado e cada senador exigiam que os respectivos discursos mantivessem o sistema ortográfico por eles adotado. Em tal situação, a Imprensa Nacional solicitou providências do Governo, no sentido de se uniformizar a ortografia das publicações oficiais. Na medida em que cabia ao Governo a função de solucionar a questão para as escolas e outros

estabelecimentos que dele dependiam, foram contatadas as personalidades que teriam competência e autoridade sobre o assunto.

Por consequência, formou-se em Portugal uma Comissão Oficial, nomeada para esse fim sob indicação do Conselho Superior de Instrução Pública, da qual fizeram parte alguns cientistas que, dentro e fora do país, eram considerados especialistas na ciência da linguagem. Dentre eles, Gonçalves Viana, a maior autoridade portuguesa em filologia românica no conceito dos mais entendidos, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos como autores incumbidos de fixar as bases da ortografia portuguesa, as quais deveriam ser adotadas nas escolas, nos documentos e nas publicações oficiais.

As bases ortográficas apresentadas na proposta de reforma encontradas no *Formulário Ortográfico conforme o Plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portugueses* foram aprovadas oficialmente pela portaria de 15/02/1911. Embora aprovadas, as regras não eram impostas a ninguém fora dos meios oficiais, como assinala Figueiredo (1923). Porém, a proposta era tão fundamentada que em pouco tempo difundiu-se e passou a ser adotada pela maioria dos escritores e jornalistas portugueses. Faltava, no entanto, o estreitamento das relações luso-brasileiras, porque as vantagens de se evitarem discordâncias entre as duas nações eram reconhecidas, e porque não fazia sentido numa mesma língua haver maneiras diferentes de grafar, dependendo da nacionalidade de quem escrevia.

Em virtude disso, embora a Academia de Ciências de Lisboa não tivesse a responsabilidade no referido plano de uniformização ortográfica aprovado pelo governo, estando apenas envolvida na produção do futuro *Diccionario da*

Academia, empenhou-se para que a Academia Brasileira se inteirasse do assunto, inclusive posicionando-se sobre o sistema gráfico a ser adotado na obra. Para tanto, em uma das sessões realizadas em 1911⁷, estiveram presentes os brasileiros João Lúcio de Azevedo e Assis Brasil.

Entretanto, o tão esperado acordo ortográfico não se firmou nesse momento. Por motivos que fogem da responsabilidade das duas Academias, apenas a Academia de Ciências de Lisboa, de acordo com o Parecer da Comissão Ortográfica de 11 de setembro de 1911, aderiu ao sistema proposto. Como bem podemos notar, a referida reforma pouco se distanciou da adotada pelo Brasil, em 1907, pelo menos na essência, pois, esta última, aproximava-se mais do sentido fonético.

A ortografia simplificada, oficializada em Portugal em 1911, foi elaborada por Vasconcelos Abreu e Gonçalves Viana a partir da conciliação do *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, publicado em 1909, com a *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, publicada em 1904.

Gonçalves Viana (1909) apresenta as alterações introduzidas pela reforma no sistema da *Ortografia Nacional e do Vocabulário*:

A Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro deste ano não se conformou no seu parecer com todos os preceitos formulados na Ortografia Nacional a que obedeceu este Vocabulário. Essas divergências, de pequena importância e que pouco ou nada influem no sistema geral da Reforma ortográfica intentada pelo autor, e não diminuem a utilidade do Vocabulário como livro de consulta, são as seguintes, que é necessário ter em consideração, principalmente para a busca de qualquer vocábulo ou forma.

⁷ De acordo com Cândido Figueiredo (1929) a Academia de Ciências de Lisboa entendia que convinha para Portugal e Brasil um acordo. Por isso, em várias sessões realizadas naquele ano de 1911 estiveram presentes consócios brasileiros.

- a) Conservou o h inicial etimológico, e portanto é por essa letra, e não pela vogal seguinte, como os vocábulos estão inscritos no Vocabulário, que eles terão de ser ortografados.
- b) Manteve o x os seus valores actuais, ao passo que no Vocabulário, como na Ortografia Nacional, ele é substituído por cs, ss, s, conforme a sua pronúncia no dialecto brasileiro, e apenas é empregado com o seu valor de inicial, e o de (s)is, no prefixo ex.
- c) Conservou ge, gi etimológicos, mesmo no meio das palavras, onde o Vocabulário empregou je, ji.
- d) Substitui por s o z final etimológico dos vocábulos e nomes próprios em que a sílaba predominante não é a última; ex. alferes, Rodrigues, e não alférez, Rodríguez, eliminando, portanto, o acento gráfico; mas conserva o z quando a sílaba final é predominante, como em vez, altivez. Substituiu também por s o z final da sílaba, como em mezquita, que se escreverá mesquita.
- e) Substitui pelo acento circunflexo o agudo, nas vogais nasais; ex. ânsia, ausência, vergôntea, ou antes de consoante nasal, com ânimo, quando fechadas. Semelhantemente, acentua com o circunflexo, e não com o agudo, como se faz no Vocabulário, o ditongo final em, ens, dos polissílabos em que é predominante, como em armazém, armazéns, vintém, vintêns, contêm, conténs, do verbo conter.

A estas pequenas alterações terá, portanto de atender quem quiser seguir pontualmente a ortografia oficial, ao utilizar-se do Vocabulário, no qual sempre é acusada a etimologia de cada palavra ou forma, quando dela dependa a sua correcta escrita. (p. 31-32)

Fica-nos evidente que, tanto na Reforma ortográfica brasileira quanto na portuguesa, ocorre a manifestação do mesmo ideal linguístico. Nesse sentido, ambas dão nova feição à ortografia dos dois países, pois marcaram a definitiva sistematização da grafia. Assim inferimos que, embora apresentassem divergências como a opção brasileira, em 1907, por eliminar as consoantes geminadas e, a portuguesa, em 1911, de mantê-las, como elemento indicador de boa pronúncia, apontam para o fim do desacordo ortográfico.

Após quatro anos de existência da Reforma Ortográfica Brasileira, a ABL julga ser necessário empreender alguns ajustes no sistema vigente. Desse modo, após algumas discussões, Silva Ramos é nomeado responsável por

direcionar a questão. A partir da nomeação, recorre à Reforma portuguesa para fazer as devidas adequações na grafia usada no Brasil, a qual só se consolida em 1915.

O objetivo de Ramos era harmonizar as duas reformas, fazendo com que desaparecessem as diferenças insignificantes que separavam as duas Academias. Para tanto, apresentou à Academia Brasileira de Letras, em 31 de julho de 1915, proposta de pequenas mudanças na grafia em vigor, cabendo a redação definitiva a João Ribeiro. Desse modo, com a finalidade de resumir a marcha da questão no seio da Academia, Ramos (1926:12) escreve:

Como quer que, a 1 de setembro de 1911, o governo português tivesse decretado a grafia oficial da língua portuguesa, e fossem mínimas as divergências entre aquela maneira de grafar e a da Academia, o mais obscuro dos seus membros, catedrático de português em colégio oficial, depois de verificar, com máximo escrúpulo, que nem um só dos vocábulos ordenados pelo Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa contrariava no seu ditame a pronúncia normal brasileira, propôs ao nosso grêmio fossem eliminadas as pouquíssimas discrepâncias que ainda restavam entre as duas grafias.

Na sessão, estiveram presentes dez membros, dos quais apenas um rejeitou o parecer. O encarregado de levar a notícia à Academia de Ciências de Lisboa foi Cândido Figueiredo. Fica, em seguida, estabelecido que o Colégio Pedro II deveria recomendar aos alunos aquela grafia, sem, todavia, torná-la obrigatória, pois os candidatos à admissão já vinham com conhecimentos definidos sobre a ortografia desde aulas primárias.

A resolução de 1915 provocou grandes discussões. O grupo nacionalista, com a aprovação de uma proposta do então obscuro Osório Duque Estrada, reagiu à decisão tomada, revogando a adoção do modelo luso

na ortografia brasileira. No entanto, a implantação do modelo luso era questão de tempo, pois os que detinham o poder de formar os novos usuários da língua escrita já haviam adotado o sistema simplificado. Essa tese se confirma nas palavras de Agostinho de Campos (apud CAVALIERE, 2000: 232)

Meditem agora os meus confrades. Se reunirmos ás alumnas de todos os cursos concluídos na Escola Normal (Rio de Janeiro) em dezoito annos as dos cursos por ellas formados; os que frequentaram as escolas primarias de ha dez annos a esta parte: os estudantes do Collegio de Pedroll (o melhor instituto official de ensino secundario do Brasil), os do Collegio Militar instuidos naquella graphia (a portugueza, actual) pelo professor Mario Barreto; os dos collegios particulares onde leccionam os professores dos institutos officiaes que a adoptaram; os das escolas profissonais que se estão iniciando; se nos lembrarmos que outra não era a graphia da Revista Philologia Portugueza (...); se abstrairmos dos indifferentes, que não acceitam nenhuma norma de escrever, ou as acceitam todas, chegaremos á penosissima conclusão de (*sic*) só a Academia Brasileira de Letras a desconhece, só a Academia a desacata, só a Academia a despreza.

Assim, em 30 de abril de 1931, por meio do Decreto nº 20 108, firma-se o primeiro Acordo Ortográfico luso-brasileiro sobre o uso da ortografia nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino, com isso, oficializa-se, no Brasil e em Portugal, a ortografia simplificada. Temos a partir disso uma ortografia legislada.

CAPÍTULO II – A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS E O SISTEMA ORTOGRÁFICO NAS GRAMATICAS BRASILEIRAS

Considerações Iniciais

Procuramos analisar neste capítulo os sistemas ortográficos apresentados nas gramáticas nacionais produzidas no período da gramatização brasileira a fim de examinarmos qual sistema ortográfico propunham os autores. Devido aos propósitos deste trabalho, optamos por estudar apenas as obras que trataram da questão ortográfica com maior riqueza de detalhes, são elas: *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Riberio, *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel, *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade e *Grammatica Portuguesa*, de Alfredo Gomes.

A finalidade desta análise é averiguar se havia entre as gramáticas brasileiras do final do século XIX divergência ou convergência quanto às propostas ortográficas, visto que, entre o século XVI e início do XX, o sistema ortográfico da língua portuguesa foi marcado por uma série de tentativas de normatização e fixação, como visto no capítulo anterior.

Pretendemos, dessa maneira, responder à questão: a exigência do retorno à ortografia da Constituição de 1891, referida no artigo 26 da constituição de 1934, implica afirmar que havia um sistema ortográfico estabilizado contrariando a ideia de que nessa época imperava um certo “caos”, mesmo nos textos oficiais que circulavam na sociedade? Na realização do intento, primeiramente procuramos contextualizar a questão ortográfica

oitocentista. A seguir, expomos o processo de gramatização brasileira do português para, por fim, analisar as propostas ortográficas das gramáticas brasileiras selecionadas.

2.1 A *questão ortográfica* no século XIX

Na segunda metade do século XIX, eram correntes as discussões sobre a identidade nacional. Por consequência, proliferou também a busca pela identidade linguística evidenciada pelo grande número de produções de cunho nacionalista: textos literários, livros didáticos, textos metaortográficos e gramáticas.

Ortógrafos, gramáticos e outros estudiosos da língua buscavam propor o modo “correto” de se escrever em português. É no decorrer dos anos oitocentos que os debates acerca da normalização da ortografia tornam-se mais acirrados, impulsionando um grande número de publicações metaortográficas em Portugal.

No Brasil, é somente na segunda metade do século que tais produções tiveram maior incidência, motivadas principalmente por questões sociais e políticas como a Independência. Em virtude disso, têm-se embates em torno da afirmação de um nacionalismo linguístico propiciando numerosas discussões acerca da fixação e nacionalização da ortografia.

Nesse cenário, as divergências aumentaram. Havia, de um lado, como dito no capítulo anterior, a defesa dos modelos clássicos da língua que, para alguns, era uma forma de serem mantidos os laços entre Brasil e Portugal, pois atribuiriam ao nosso país um traço de europeidade; de outro, a defesa das

características linguísticas que diferenciavam a língua portuguesa nos dois países era um dos elementos a ser considerado para a edificação da identidade nacional.

Estabeleceu-se no país uma *verdadeira questão ortográfica*. Para Veríssimo (1977), na língua portuguesa desse período não havia verdadeira ortografia, pois os quatro escritores mais representativos da literatura moderna portuguesa, Herculano, Castilho, Garrett, Castelo Branco, tinham, cada um, sua grafia especial. E de cada escritor português ou brasileiro, era possível dizer o mesmo. Havia pelo menos um ou alguns vocábulos que cada um dos escritores escrevia a seu modo. Argumenta que, no Rio de Janeiro, e também em Lisboa, cada jornal, cada oficina, cada tipografia tinha o mesmo modo peculiar de grafar; chamava-se pitorescamente a *ortografia da casa* (p.103).

Esse modo de se referir à ortografia do século XIX é comum na maioria dos autores que discutem a questão. Para Cavaliere (2000:189), o clima da época era de *discórdia e confronto acadêmico* e o culto ao étimo por parte de alguns ortógrafos originou *incoerências tão flagrantes que a ortografia era comumente chamada usual, isto é, sem qualquer critério sólido além do consuetudinário*.

Até o final dos anos oitocentos, o predomínio do sistema usual, que tenta harmonizar a tendência etimológica e a fonética se evidencia tanto no Brasil como em Portugal. No entanto, a falta de legislação e a comum *facultatividade* da chamada ortografia usual criaram incertezas e impediram a uniformidade (cf. KEMMLER, 2009: 53).

Como dissemos no capítulo anterior, a busca por uma ortografia simplificada e uniforme culminou com a produção de dois grandes projetos em

Portugal: um produzido por José Barbosa Leão em 1877 e outro por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu em 1885.

A necessidade de se ter uma ortografia unificada e legislada, como atestam os autores, era premente. Segundo Gonçalves Viana (1904: 65),

nunca existiu ortografia uniforme em Portugal: pretender provar o contrário, ou mesmo insistir na afirmativa, seria obstinação ou ignorância manifesta dos factos. Cada escritor tem usado a sua ortografia, mais ou menos metódica, sem entrarem em linha de conta aquelas que são indiscutivelmente erróneas, ou caprichosas, ou irreflectidas. Tam pouco existe ortografia oficial, nem sei qual documento de fácil consulta a poderia impor (...) Por outra parte, com raras excepções, cada gramática e cada dicionário apresenta seu sistema próprio, poucas vezes justificado, ou mesmo explicado, afora as diverjências na escrita de inúmeros vocábulos, assistemáticos, ou em desacordo com os seguidos, isto quando mesmo os seus autores adoptaram ou inventaram algum.

Com intento de mudar esse estado, conforme assinalamos, Gonçalves Viana prossegue com suas pesquisas, as quais resultam na publicação, em 1904, da “Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas” que, somada ao estudo posterior, o “Vocabulário Ortográfico e ortoépico da língua portuguesa”, de 1909, serviu de base para a ortografia simplificada que surgiu posteriormente.

No Brasil, aparentemente motivado pelo tratamento da questão ortográfica em Portugal, José Medeiros e Albuquerque propõe a criação de uma comissão destinada à fixação ortográfica no *Boletim da Academia Brasileira de Letras* em 13 de junho de 1901. Posteriormente, em 1906, uma comissão formada por João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos foi nomeada com a finalidade de propor uma reforma da ortografia da língua

portuguesa. No entanto, é somente em 1907 que Medeiros e Albuquerque encaminhou à Academia Brasileira o seu projeto de reforma, visto que as comissões anteriores não produziram o efeito esperado.

De acordo com Kemmler (2009: 56), apesar de Medeiros e Albuquerque afirmar que seu projeto não estava relacionado ao de Gonçalves Viana, algumas das soluções adotadas correspondem às ideias do ortógrafo português. Embora a “Ortografia Nacional” não tenha servido de modelo para o projeto, a proposta de Gonçalves Viana não foi totalmente ignorada.

O fato é que a reforma ortográfica apresentada pelo acadêmico brasileiro não tratou da questão ortográfica em sua totalidade. Devido a isso, em 1911, uma revisão seguida de modificações fez vir a público um formulário ortográfico.

Seguia-se o curso rumo à simplificação. Desse modo, como foi dito, em 1915, a Academia Brasileira de Letras aprovou um projeto de Silva Ramos, harmonizando a reforma brasileira de 1907 com a portuguesa de 1911. No entanto, em 1919, tem-se outra ruptura. Isso se deve, de um lado, ao fato de a reforma portuguesa não refletir a realidade linguística brasileira e, de outro, ao caráter pouco sistêmico da reforma brasileira.

Em 1924 a Academia Brasileira de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começam a procurar uma grafia comum. Em 1929 a Academia Brasileira lança um novo sistema gráfico, porém, antes que a reforma pudesse ser oficializada, em 30 de abril de 1931, foi assinado o primeiro acordo ortográfico entre as Academia Brasileira e Portuguesa. Conforme afirma Kemmler (2009), o acordo foi bem mais do que uma simples

aproximação entre as academias, já que na participação dos embaixadores ficava documentado o interesse oficial que os dois países tinham no acordo.

Esse percurso histórico parece corroborar o entendimento de que até o acordo ortográfico de 1931, conforme atestaram alguns dos autores citados, não havia uniformização na maneira de se escrever em português.

No entanto, um fato bastante curioso levantado no decorrer desse estudo merece ser destacado devido ao fato de, em certa medida, contrariar tal idéia. A Constituição Brasileira dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 adota como oficial a ortografia usada na Constituição de 1891:

Art. 26 - Esta constituição, escripta **na mesma orthographia da de 1891**⁸ e que fica adotada no paiz, será promulgada pela Mesa da Assembléa depois de assignada pelos Deputados presentes e entrará em vigor na data da sua publicação (Serviço de Publicidade da Imprensa Nacional, 1934:62)

Essa medida provocou grande polêmica e resistência por parte de professores e demais interessados no assunto. Aires da Mata (1969: 193), ao comentar o fato, posiciona-se sumariamente contrário à determinação. Para ele, *o sistema adotado na constituição de 91 não pode ser outro senão a flutuante grafia mista ou antes individual. (...) Seria a própria grafia individual, anárquica e incoerente, para a qual querem retroceder os Gonçalves Viana da Constituinte.*

Mas como é possível a Constituição do Governo de Getúlio Vargas determinar que se volte à ortografia usada na Constituição anterior se, conforme ilustram os autores, não havia uniformidade ortográfica no século

⁸ Grifo nosso

XIX? Se havia uma ortografia específica usada na Constituição de 91, será mesmo possível afirmar que não havia ortografia no Brasil oitocentista? A qual ortografia refere-se então o artigo 26 da constituição de 1934?

Tal medida leva-nos a inferir que, embora não houvesse no século XIX uma ortografia legislada, havia uma ortografia oficial vigente no período. Talvez as diferenças no modo de grafar, tão amplamente divulgadas na literatura sobre a questão ortográfica, estejam mais presentes nos textos manuscritos e nos textos literários conforme apontou Veríssimo (op. cit.). Mas essa é outra questão, visto que pretendemos a análise da ortografia dos documentos oficiais (incluindo-se a Constituição de 1891), mais especificamente dos documentos utilizados na educação, os livros didáticos propriamente. Sendo assim, saber se há ou não estabilidade no uso ortográfico nesse tipo de documento é importante para atingir o objetivo geral do trabalho: verificar qual sistema ortográfico era usado nos livros didáticos destinados ao ensino das primeiras letras dos brasileiros no século XIX, se não havia unificação ortográfica nem legislação que regulamentasse o assunto nesse período.

2.2 A ortografia nas gramáticas brasileiras

Analizamos, nesse momento, as propostas ortográficas presentes nas gramáticas brasileiras. Para tanto, seguindo a esteira da averiguação de documentos oficiais, faremos um estudo das gramáticas publicadas no Brasil, a partir de 1881, visto que essas gramáticas figuraram a série de gramáticas solicitadas pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório, no

“Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizado por Fausto Barreto em 1887.

Nesse período, como já mencionado, surgem as primeiras manifestações ligadas à política de um idioma nacional em busca da identidade linguística brasileira. Inicia-se fortemente a trajetória rumo à institucionalização dos estudos da linguagem: criam-se escolas, materiais didáticos e são estabelecidas metodologias para o ensino da língua.

Devido à produção das gramáticas nacionais, a necessidade do Brasil importar obras portuguesas diminui. Em função do novo contexto social, político e econômico, as práticas educacionais foram se modificando. Por causa dessas mudanças, o ensino da língua portuguesa começou a ganhar espaço nos currículos brasileiros. Também a produção de material didático expande-se no Brasil, de modo que, as publicações nacionais vão, progressivamente, substituindo as cartilhas europeias.

2.2.1 A gramatização brasileira

As ciências da linguagem constituídas pelo saber linguístico resultam do aparecimento da escrita em 3.000 a. C. . Segundo Nunes (2002), o advento da escrita constitui a primeira grande revolução tecnológica das ciências da linguagem. A segunda revolução seria a da "gramatização" que, conforme Aurox (1992: 65), *é o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário.*

A segunda metade do século XIX no Brasil, período marcado pela passagem da Monarquia à República, é marcada por discussões a respeito da língua nacional. Entre as questões linguísticas que interpõem os estudos da linguagem desse período destaca-se a gramatização.

O processo de gramatização brasileira do português, ou seja, o processo de produção de gramática no Brasil distanciada do modelo de gramática filosófica do português Jerónimo Soares Barbosa, especificamente, e, de modo geral, da tradição gramatical portuguesa, está ligado ao ensino do português no país.

Nesse processo, buscava-se a construção de um saber linguístico que não refletisse o saber gramatical português. Em função disso, temos, de um lado, a procura pela autonomia linguística do Brasil em relação a Portugal, com a influência de ideias científicas de outros países europeus (sem a exclusividade da Metrópole); e, por outro lado, a busca pela consolidação da instituição escolar brasileira a partir da fundação do Colégio Pedro II.

Até 1887, o ensino da língua portuguesa continuava preso ao método herdado de Prisciano e Condillac, com predomínio do ensino das línguas sapienciais, latim e grego. A primeira, estudada em todas as séries do Colégio Pedro II, criado em 1837 para servir de modelo às demais escolas do país; e a segunda, em cinco séries, enquanto a língua portuguesa era estudada somente na primeira série e com o título vago de gramática geral e nacional. (Fávero, 2002 a).

Nesse ano, a situação muda, pois ocorre a escolha de Fausto Barreto para colaborar na reforma do Programa de português para os exames preparatórios que habilitavam à matrícula nos cursos superiores. Como

afirmam Orlandi e Guimarães (2001: 25), o “Programa de Português para Exames Preparatórios” torna-se um fato decisivo para o processo de gramatização brasileira. Nesse Programa, desenvolvido por Fausto Barreto em 1887, por solicitação do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitério, uma série de gramáticas aparece como resposta, o que se confirma nas palavras de Maciel:

Não havendo compêndios que se adscrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da língua portuguesa. (1914:444 apud FÁVERO e MOLINA: 2006)

O Programa⁹ era dividido em itens. Tratava da fonologia, morfologia, grupos de palavras (sinônimos, parônimos e homônimos), formação de palavras, etimologia, sintaxe, retórica, estilística e, finalmente, de um tema sempre alvo de discussões: a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal na questão da colocação dos pronomes pessoais.

Anos antes do desenvolvimento desse Programa, na tentativa de sanar as lacunas de aprendizagem da instrução primária, as aulas de português atingem o seu apogeu no Colégio Pedro II. A partir de 1881, passou a ser estudada do primeiro ao quinto ano e foram inseridos novamente os exercícios de leitura e recitação. No ano seguinte, passou-se a adotar a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, entre o segundo e o quinto ano do curso de

⁹ O Programa está em “Procellarias” (1887) de Júlio Ribeiro

português. A partir disso, o ensino secundário ganhou destaque em todos os estabelecimentos de ensino.

Além da questão do ensino, a questão da língua nacional está diretamente ligada ao processo de gramatização brasileira que é posto em questão a partir da segunda metade do século XIX. *A partir dessa época o Brasil tem seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal.* (ORLANDI e GUIMARÃES, idem: 24). Para os autores, é nessa época que se tem o período da gramatização propriamente dito, pois é o momento em que foram produzidos os manuais realmente brasileiros, isto é, escritos por brasileiros e para brasileiros.

Ainda de acordo com Orlandi e Guimarães (ibidem), além de outros autores que são mencionados a seguir, o conjunto de estudos e obras sobre a língua portuguesa produzidos nas duas últimas décadas do século XIX e quatro primeiras do século XX é denominado científico. Tal termo refere-se à vertente dos estudos filológicos e linguísticos brasileiros que aplicou entre nós os modelos de análise dos fatos gramaticais segundo o paradigma histórico-comparativo europeu.

Essa nova ordem decorreu do contato mais significativo de nossos estudiosos com um novo modelo estrangeiro que rompia com a tradição e apresentava bases para análise e para o ensino de português como língua materna. Ao mesmo tempo em que se havia uma forte renovação nos estudos filológicos, havia uma clara preocupação com a aplicação dos avanços no ensino da língua.

Maximino Maciel em seu *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, publicado em 1910, torna claro o momento em que surge no Brasil

a gramática dessa corrente científica. Nessa obra, o autor reconhece e defende a fase de transição que vivenciavam os gramáticos brasileiros e destaca que autores como Sotero dos Reis e Grivet eram adeptos do mesmo modelo dos gramáticos portugueses, colaborando, desse modo, com a paralisação dos estudos de nossa comunidade linguística. Para o autor, o centro da difusão do novo paradigma era o Colégio Pedro II. Em sua *Grammatica Descriptiva* (p. 499) destaca as mudanças do momento

(...) aqui na Capital, já começavam a esplender as primeiras [gramáticas] do critério philologico, o methodo histórico comparativo, applicado à aprendizagem das línguas, com especialidade as da vernácula.

A denominação do período como “científico” deve-se aos autores que se dedicaram a historiar a periodização dos estudos filológicos de nosso país, dentre aqueles que iniciam esse estudo, destacam-se Antenor Nascentes (1939) e Sílvio Elia (1975). O primeiro divide em três os períodos de estudo: o **embrionário**, do início da cultura brasileira até a publicação da *Gramática da língua nacional*, em 1834, de Pereira Coruja; o **empírico**, de 1834 até 1881 com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro; e o **gramatical**, de 1881 até o ano da Fundação da Faculdade de Filosofia do Brasil, em 1939.

De outro modo, Sílvio Elia (1975) apresenta duas fases em sua periodização: o **vernaculista** e o **científico**. A fase vernaculista corresponde ao período do movimento romântico e da independência política, ou seja, de aproximadamente 1820 a 1880. É um período marcado por contradições entre estudiosos conservadores e aqueles que faziam parte da nova geração.

Já o segundo momento, o científico, que vai de 1880 a 1920, recebe por parte do autor uma subdivisão. A primeira, entre 1880 a 1900, é marcada pelo emprego de novos métodos de investigação das questões referentes aos estudos linguísticos. É nessa fase que o conservadorismo reinante na época anterior cede espaço à renovação. Os autores que melhor representam o período são Júlio Ribeiro e João Ribeiro, pois conforme Fávero e Molina (op. cit: 45), suas gramáticas se opõem às obras de embasamento puramente filosófico, visto que analisam a *língua como organismo vivo, como fenômeno natural*. Quanto à segunda fase, a abrangência é de seis décadas, vai de 1900 a 1960, ano da publicação de *Os estudos filológicos no Brasil*, do próprio Sílvio Elia.

A mais recente proposta de periodização dos estudos filológicos brasileiros é a apresentada por Cavaliere (2002)¹⁰, a qual se divide em quatro períodos. O **embrionário** iniciado com a publicação, em 1595, da *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, até o surgimento do *Epitome da grammatica portugueza*, de Antônio Moraes Silva, em 1802. O segundo período, chamado de **racionalista**, que compreende os anos de 1802 a 1881, inaugura uma fase na qual a produção gramatical privilegia o ensino da norma baseada na literatura. Fávero e Molina (op. cit) destacam a figura do maranhense Sotero dos Reis, com sua *Grammatica portugueza*, como um dos maiores representantes do período.

¹⁰ Fávero e Molina (2006: 49) apresentam a periodização exposta por Leodegário A. de Azevedo Filho que foi exposta no Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono, em julho de 2000, a qual é dividida em cinco fases: *inicial das línguas indígenas em contato com o português* (compreende o século XVI); a segunda, denominada *de imitação da gramática portuguesa* (entre os séculos XVII e XVIII); a terceira (de 1835 a 1881), chamada pelo autor de *purista e de diferenciação idiomática*; a quarta, *vernaculista e de evolucionismo linguístico* (de 1881 até o século XX) e, a última, (compreende o século XX), nomeada de *filológica e linguística*.

O próximo período, o **científico**, vai de 1881 a 1941. A fase inicial desse período, que Cavaliere (2002) chama de *fundadora*, começa com a *Grammatica Portuguesa*, publicada por Júlio Ribeiro em 1881, e vai até os primeiros anos do século XX. A produção de estudos linguísticos torna-se intensa nesses anos. É nessa época que vieram à luz o trabalho de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Lameira Andrade, Alfredo Gomes, João Ribeiro, Maximino Maciel e Eduardo Carlos Pereira. A segunda fase desse período, chamada por Cavaliere (op.cit.) de *legatária*, inicia-se em 1920 e vai até 1941. Sobressaem nesses anos os estudos etimológicos e o comparativismo. O espírito positivista se faz presente em detalhada busca de descrição da língua portuguesa.

A busca de um ideal científico, com uma metodologia eficaz e capaz de garantir alguns resultados objetivos parece ter sido a maior preocupação da época. Esse espírito positivista, à semelhança da filosofia positivista de Auguste Comte, fazia-se notar pelo rigor na observação e descrição dos fatos, sociais e linguísticos, e pela busca por um resultado preciso da descrição, capaz de prever a ocorrência dos mesmos fatos em outras situações.

A forma de observar e descrever os comportamentos do sistema linguístico era muito próxima da teoria positivista. Procurava-se observar os fatos sociais para deles tirar as leis que regulavam o funcionamento da língua. Não estavam à procura de suas causas, buscavam apenas descrever as relações presentes nos fatos linguísticos.

O quarto período apresentado pelo autor é o **linguístico**, o qual abrange de 1941 aos dias atuais. Do mesmo modo que no período anterior, também este se subdivide em duas fases: a *estruturalista* e a *diversificada*. A fase

estruturalista inicia-se em 1941, com a publicação de *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Câmara Júnior, seu maior representante, e se estende até 1980. Nessa época, uma corrente de estudiosos ocupa-se da pesquisa da língua em uso pelo falante e da retomada da análise linguística do texto. Trata-se do começo da fase **diversificada** (de 1980 aos dias atuais), período em que o objeto de estudo deixa de ser a gramática para ocupar-se dos usos. É o momento em que se iniciam várias linhas de pesquisa: sociolinguística, funcionalismo, pragmática, análise do discurso, semântica.

Em consonância com Fávero e Molina (op. cit.: 51), observamos que, praticamente todos os autores que tratam da periodização dos estudos filológicos e linguísticos brasileiros, sugerem uma divisão do século XIX e tomam Júlio Ribeiro com sua *Grammatica* um *divisor de águas*, ou no dizer de Orlandi e Guimarães (2001: 27) *um dos iniciadores da gramatização brasileira do português*. Também nas palavras de Cavaliere (2000: 53) Júlio Ribeiro inaugura uma nova fase:

Fato é que Júlio Ribeiro conseguiu levantar o manto da obscuridade que encobria os estudos gramaticais brasileiros, introduzindo definitivamente os parâmetros da gramática científica tanto na análise dos fatos gramaticais, quanto nos pontos didáticos de português, com reflexões pedagógicas modificadores do 'marasmo metafísico'¹¹ em que se enfunara a aula de língua vernácula

Houve, portanto, grande mudança em relação à concepção teórica adotada na elaboração das nossas gramáticas. A escola tradicional é abandonada, passando-se a analisar a língua como um fenômeno natural e, devido a isso, da mesma maneira como se fazia na Europa, sujeita às análises

¹¹ Grifo do autor

de cunho histórico-comparativo. Dito de outro modo, deixa-se de lado um estudo de caráter metafísico e passa-se a um processo de estudo baseado na análise sob orientação das “correntes científicas”¹².

O estudo de caráter metafísico era representante da tradição filosófica da *Grammaire de Port Royal*. Nessa obra, o pensamento não é visto como uma imitação da realidade, mas reflete a estrutura da realidade. O pensamento é considerado prioritário, e compreende as capacidades de conceber, julgar e de raciocinar. Como afirma Fávero (1996: 116)

a *Grammaire* estabelece distinção entre as partes que significam ‘os objetos do pensamento’ (nome, artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio) e as que significam ‘a forma ou a matéria de nosso pensamento’: verbo, conjunção, interjeição (diferentemente da lógica aristotélica que propunha terem nome e o verbo posições iguais)

O estudo assentado na chamada análise científica baseava-se em princípios naturalistas que entendiam a língua como um organismo em constante transformação à semelhança dos seres vivos e, em função disso, sujeita a leis universais. É importante destacar que, em relação à essência das línguas, a gramática racionalista fundamentava-se em princípios universalistas, por isso, o estudo das línguas vernáculas dava-se a partir do modelo da gramática latina. A gramática científica passa a procurar mudanças que pudessem ser consideradas regulares em todas as línguas. Usa, portanto, o

¹² Sobre a dicotomia “Obras de orientação da Gramática Geral e Filosófica” e “Obras sob orientação das correntes científicas”, que são apresentadas pelas nossas histórias da linguística, Evanildo Bechara (apud FÁVERO e MOLINA, 2006: 10) afirma que *se trata de uma dicotomia que não faz justiça ao período, pois o opõe a uma fase considerada “científica”, quando, na realidade, não repousa a dicotomia “não científico e “científico”, mas tão-somente entre o estudo da linguagem com base lógico-metafísica e outro estudo da linguagem com base psicológica.*

conceito de universal linguístico como busca de elementos comuns entre as línguas.

Quanto ao ensino, ressaltamos que, ao mesmo tempo em que surge no Brasil a linha dos estudos comparativistas, ocorre também um empenho por parte dos docentes brasileiros em descrever a língua, preservando-se o interesse no ensino da tradição gramatical e no ensino da norma, já que ainda cultivada era a ideia de que tradição e norma eram essenciais à vida em sociedade.

A partir das novas tendências, portanto, passa-se a ocupar do estudo da língua em seu aspecto universal, descritivo e prescritivo. A gramática, no aspecto universal, é elevada ao nível abstrato, pois é equiparada às leis que configuram a própria gênese da linguagem humana. A língua passa a ser vista como expressão do pensamento humano. No que concerne ao aspecto descritivo, o que se tem nas gramáticas do chamado período científico é uma descrição detalhada dos fatos linguísticos considerados típicos de uma norma do registro escrito, a qual estava presente em textos literários ou outros, cujos autores eram considerados de prestígio na época.

O conceito de gramática é redimensionado, libertando-se do sentido especificamente prescritivo, voltado apenas para o bem escrever, passando a associar os aspectos de descrição e prescrição. É considerada *ciência*, por estar ligada à investigação metódica dos fatos, e é considerada *arte* por ocupar-se da demonstração dos fatos linguísticos de forma voltada às questões relativas ao ensino, pois se mostrava relevante conferir aos novos rumos dos estudos filológicos um viés pedagógico *necessário* (CAVALIERE, 2000: 43).

Como já mencionado, o chamado período científico brasileiro é marcado pela publicação de gramáticas de grande representação no país. Nesse período, também ganham contornos diferentes a educação e o ensino no Brasil: novos métodos de ensino são implantados e novos materiais pedagógicos são incorporados na escola. Há um aumento significativo da publicação de livros didáticos e também de paradidáticos.

2.2.2 As normas ortográficas

As publicações metaortográficas expandiram-se de modo significativo nos anos oitocentos no Brasil e em Portugal. Nos últimos anos do século XIX, ao lado das obras que se destinavam a tratar da simplificação e fixação da ortografia, foram produzidas as gramáticas brasileiras, correspondendo à fase da gramatização no país. De modo semelhante ao que faziam os ortógrafos, muitos gramáticos dedicavam lugar de relevo à questão ortográfica em suas obras.

Nesse tópico, verificamos como trataram do assunto e o que propuseram os gramáticos da época. Como dissemos, serão analisadas apenas as obras cujos autores mais se dedicaram à exposição das normas propriamente, ou seja, que discutiram, descreveram ou explicaram, com algum detalhamento, as regras ortográficas. Nesse grupo de autores, aquele que mais se destaca é Júlio Ribeiro. Na esteira do autor, seguem Maximino Maciel, Pacheco da Silva Junior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade e Alfredo Gomes. Serão enfatizados os grafemas que parecem ter provocado mais polêmica e mais divergência quanto ao uso durante toda a história da ortografia

como é o caso do s, ç, z, x, dos grupos helênicos, das letras geminadas, das letras mudas.

2.2.2.1 *Grammatica Portugueza* – Júlio Ribeiro

Na *Grammatica* de Júlio Ribeiro é no segmento correspondente ao estudo da *Lexeologia* que o autor dedica-se à ortografia. Sua obra é dividida em duas partes: Lexeologia – subdivida em fonologia e morfologia –, e Sintaxe. Como subdivisões da Fonologia, Ribeiro apresenta três seções: que compreendem: a Fonética, a Prosódia e a Ortografia. Do mesmo modo, a parte dedicada à Morfologia é também separada em três seções: Taxionomia, Campenomia e Etymologia.

Conforme foi assinalado, Júlio Ribeiro é o gramático que apresenta as normas ortográficas de modo mais aprofundado¹³, evidenciando o interesse que o assunto lhe desperta. Inicia o capítulo apresentando o conceito de ortografia: *é o tratado da representação symbolica dos sons articulados*. (p. 22) E segue afirmando que ainda não está fixa a ortografia portuguesa, embora prevaleça entre os autores a opção pelo sistema etimológico, pois uma ortografia fonética em português é *utopia* (22).

Em relação ao alfabeto, Ribeiro apresenta 25 letras simples e 77 compostas. As *simples* são: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, y, z. Já as *compostas* – á, ã, ah, am, na, bb, bd, bh, bt, cc, ç, cç, cd, ch, cqu, ct, dd, dh, gd, é, ê, eh, em, em, ff, gg, gh, gm, gn, gu, há, He, hi, h, hu, hy, í, ih,

¹³ Júlio Ribeiro dedica 29 páginas ao tema, especificamente.

im, in, kh, kkh, lh, ll, mm, mn, nh, nn, ó, ô, õ, oh, om, on, pç, ph, phth, pp, os, pt, qu, rh, rr, rrh, sc, sch, sh, SS, th, tt, uh, um, um, ym, yn, w,zz. Tais letras são divididas em vogais, *as que representam vozes livres* (a, e, i, o, u, y) e alternantes simples, *as que symbolisam as modificações de constrictão e de explosão por que passam os sons laryngeos no tubo vocal* (p.24).

O uso do 'h' como notação etimológica recorda, segundo o autor, a aspiração das raízes latinas, gregas e de outras línguas, como notação ortográfica entre a formação das letras compostas: *ah, bh, ch, dh, eh, gh, ha, he, hi, ho, hu, hy, ih, kh, lh, nh, oh, ph, phth, rh, rrh, sch, sh, th, uh*. Mas, visto que não corresponde a nenhuma modificação de voz, o 'h' *não é letra* (p. 32)

Merece destaque a cuidadosa explicação que apresenta sobre as ocorrências em que o 'h' aparece, particularmente em se tratando das mesóclises

(...) há certas fórmulas de escrever que não devem ser adoptadas, pois não tem explicação alguma racional. Entre estas está aquella por que em geral costuma-se a escrever o futuro e o condicional simples, quando com elles se usa uma especie de tmesis, como 'far-te-ei, amar-te-ia'. Em geral vemos escriptos esses tempos do seguinte modo: 'far-te-hei, amar-te-hia'. Donde vem esse 'h'? Dizem alguns ou quase todos que 'amar-te-hei' está no lugar de 'hei de te amar', e que emprega-se a figura anastrophe, isto é, que põe-se depois a palavra que deve estar antes. Admittamos por momentos. E como hão de explicar o 'h' de 'amar-te-hia'? Dizem os defensores dessa fórmula que 'hia' é contracção de 'havia'. Admittamos ainda. Como explicarão as fórmulas 'far-te-hei, dir-te-hia'? (...) Em nossa opinião não ha necessidade de tanta figura: a fórmula é simplicíssima, e sómente com uma tmesis explica-se perfeitamente o ponto controverso. Com effeito, em lugar de dizer-se 'amarei-te', 'me faria', separa-se o radical da terminação, interpondo-se o pronome, e assim temos 'amar-te-ei, far-me-ia'. Realmente em 'far-me-ia' ha contracção de fazer em 'far', mas não é porque ahi se devesse dizer 'havia-de-fazer', mas sim porque nos verbos 'dizer, fazer e trazer' ha contracção ou crase da radical no futuro simples e no condicional – faria, direi – por – falaria, dizerei – considerando o infinito impessoal como radical desses tempos para mais facilidade (34-35)

Para o autor, o sistema ortográfico ideal é o misto, que atende à vertente fonética e também à etimológica, desde que esta seja verdadeiramente justificável. O emprego do 'th', por exemplo, é condenado por ele quando não explicado pela tradição histórica.

Havia antigamente abuso no emprego desta letra, escrevendo-se com ella palavras em que nem a etymologia, nem a pronuncia a exigem, como theor, cathegoria, author, authoridade; e ainda hoje se vê esse abuso no nome próprio Nitheroy, que assim é geralmente escripto; como si na língua indigena brasileira houvesse aquelle karacter grego. Convem corrigir (...) Nem se pode dizer que o 'th' fosse alli introduzido para indicar a aspiração que naquella língua sem escriptura tinha o som consoante 't' de tal vocábulo, pois não é crível que só neste houvesse a aspiração, quando todos os mais se escrevem 't' simples (42)

Além desse grafema, outros são apresentados e discutidos pelo autor com riqueza de detalhes. Conforme já mencionado, a abordagem da ortografia na *Grammatica* de Júlio Ribeiro é realizada de modo pormenorizado. Apesar disso, nem todas as regras apresentadas são seguidas de explicação. Muitas vezes, ele apenas descreve determinado uso e apresenta exemplos, ou sugere que se opte por determinada maneira de grafar sem apresentar qualquer justificativa. Para melhor compreensão do assunto a partir do tratamento dado pelo gramático, destacamos a seguir, em forma de um quadro síntese, as ocorrências que mais provocaram divergências entre aqueles que trataram da questão ortográfica ao longo da história, pois não seria possível, pela evidente limitação imposta pela natureza deste trabalho, expor as regras em sua totalidade.

REGRAS GERAIS

LETRAS GEMINADAS	Uso de ‘cc’ - Em <i>acclamar, acclimar, acclive, acompanhar, accorrer, accrescentar</i>, etc; Uso de ll - Nos compostos de vocabulos começados por l com os prefixos ‘al’, ‘col’, ‘il’ derivados dos latinos ‘ad’ ‘con’, ‘in’ ex. <i>alludir, colligir, olleiro</i>; (37) - Nos compostos de ‘mel’ e de ‘mil’ ex. <i>mellifluo, milleneo</i>; - Nas sílabas ‘bel’, ‘cel’, ‘del’, ‘gil’, ‘gril’, ‘mil’, ‘nel’, ‘pel’, ‘pil’, ‘tel’, ‘til’, ‘vel’, ‘zel’ quando sobre elas recair o acento tônico, seguindo-se de uma vogal, ex <i>barbella, cancella, pugillo, Grillo, mamillo, panella, pelle, pupillo, martello, scintilla, novella, donzella</i>. Uso de ‘ff’ - Nos compostos latinos começados por ‘a, di, e, o, su’, que passam para o português quase sem alteração: <i>affecto, differir</i>; Uso de ‘dd’ - Em <i>addensar, addição, adicionar, addiar</i> Uso de ‘mm’ - Em muitos vocábulos derivados do latim e do grego: <i>gemma, grammatica</i> - Nos compostos começados por ‘m’ com os prefixos ‘com’, ‘em’, ‘im’, (alterações de ‘con’ ‘in’), ex. <i>commover, emmadeirar, immortal</i> Uso de ‘nn’ - Nos compostos dos vocábulos começados por ‘n’ com prefixos ‘an’, ‘en’, ‘in’, (alterações ad, in) ex. <i>annunciar, ennobrecer, innocente</i> Uso de ‘tt’ - Nos derivados de compostos de vocábulos latinos começados por ‘t’ com o prefixo ‘at’ (alterações de ad) ex. <i>atenção, attrahir, attributo</i> - Nos derivados dos vocabulos latinos ‘littera, mittere’ e nos derivados e compostos de taes derivados. Ex. <i>lettra, metter, illitterato, permittir</i> - Em varios outros vocábulos derivados do latim ex. <i>atticismo, setta</i> Uso de ‘pp’ - Nos compostos começados por ‘p’ com os prefixos ‘ap, op, sup’ (alterações ad, ob, sub) ex. <i>applaudir, oppugnar, supprimir</i> Uso do ‘gg’ - Nos compostos latinos começados por ‘a’, e ‘su’ que passaram para o português sem mudança. Ex. <i>aggravar, suggesto</i> Uso de ‘bb’ - Em <i>abbade, abbreviar, gibba, sabbado</i> e nos derivados
	Representação vocal ‘de’ Por ‘bd’, ex. <i>em subdito</i>;

LETRAS MUDAS	• Por 'cd' em alguns vocábulos derivados do grego, ex. <i>anecdota</i>; • Por 'dh', ex. <i>adhesão</i>; • Por 'gd' em <i>emygdio</i>, <i>magdalena</i> Representada por 'bh' • Em <i>abhorrece</i>, e em seus derivados (31) Modificação vocal 'me' representa-se • Por 'gm' em <i>augmento</i>, e derivados A Modificação vocal "ke" representa-se • Por "cqu" – em <i>acquisição</i>, <i>acquirir</i>, <i>acquiescencia</i> Modificação vocal 'ne' • Por 'gn' em <i>assignar</i>, <i>malignar</i>, <i>signal</i>; • Por 'mn' nos compostos dos vocábulos tomados do latim: <i>alumno</i>, <i>columna</i>, <i>damno</i>, <i>solemne</i>;
MODIFICAÇÃO VOCAL 'SE'	No princípio dos vocábulos representa-se • Por 'c': antes de 'e', 'i' nos derivados e compostos de 'centum', 'circum', 'cis' e em vocabulos como: <i>centena</i>, <i>circo</i>, <i>circumstancia</i> • Por 's': antes de a, o, u, ex. <i>sola</i>, <i>sopa</i> e antes de 'e' e de 'i' na maioria dos vocabulos da língua ex. <i>seda</i>, <i>siba</i> No corpo dos vocábulos representa-se 1. Por c • Antes de 'i' nos substantivos derivados de adjetivos verbais ex. <i>Constancia</i>, <i>confidencia</i>, <i>de constante</i>, <i>confidente</i> • Nas diversas terminações de tempos verbais ex. <i>conhecer</i>. Exceptua-se 'ser' • Nos derivados dos vocábulos latinos cuja penúltima syllaba é 'ciou 'ti' ex. <i>officio</i>, <i>vicio</i>, <i>de officium</i> e <i>vitium</i> (38) 2. (39) por cc • Antes de 'e' e de 'i' nos compostos começados por 'c' com prefixo 'ac' (alteração ad) ex. <i>acelerar</i>, <i>accidente</i> • Antes de 'i' nos derivados de vocabulos latinos cuja penultima sílaba é 'cti' ex. <i>fraccionar</i> 3. Por ç • Antes de 'a' e de 'o' em muitos verbos tanto de primeira como de terceira conjugação: <i>roçava</i>, <i>conheça</i>, • Antes de a, o, u em <i>açacalar</i>, <i>açafrão</i>, <i>açorar</i>, <i>açougue</i> • Antes das terminações ao, ões em derivados de vocabulos latinos cuja penultima sílaba é 'ti', ex. <i>locução</i> – <i>locuções</i>, <i>de locutione</i> • Na terminação de muitos substantivos depós de 'a, an, ar, e, en, er, i, in' ex. <i>cabaça</i>, <i>melaço</i>, <i>pujança</i>, <i>engrimanço</i>, etc 4. Por cç • Antes das terminações 'ao, ões' em derivados de vocábulos latinos cuja penultima sílaba é 'cti' ex. <i>acção</i>, <i>de actione</i> 5. Por Pç • Antes das terminações 'ao, ões', em derivados de vocabulos latinos cuja penúltima sílaba é 'pti' ex. <i>descripção</i>, <i>de descriptione</i>

	6. Por ps • em <i>psalmo</i> e em seus derivados 7. Por s • No início antes de “a, o, u”. ex. <i>sapato</i> • nos compostos de vocabulos começados por ‘s’, com os prefixos ‘a, de, pré, pro, sobre’ ex. <i>asellar, deservir, presentir, proseguir</i>. 8. Por sc • em derivados de vocabulos latinos que figuram a modificação ‘sc’ ex <i>rescindir, sciencia, scintillar</i> 9. Por ‘ss’ entre vogais: • Na terminação do imperfeito do subjunctivo de todos os verbos, ex. <i>amasse, entendesse</i> • Na terminação dos superlativos próprios ex. <i>justissimo, péssimo;</i> • Na terminação dos substantivos verbaes ex. <i>confessor, professor</i> 10. Por ‘x’ • Em <i>anxiedade, apoplexia, auxilio, defluxo, maximo, próximo, syntaxe</i>
MODIFICAÇÃO VOCAL ‘ZE’	1. Por ‘s’ • Depois de vogal no corpo de vocábulo derivados de raízes latinas em que tal modificação se escreve por ‘s’ ex <i>accusar, casa, mesa, de accusare, casa, mensa</i> • Em <i>obsequio, subsistência, extinsec, intrinsec</i> e em alguns compostos com o prefixo ‘trans’ ex. <i>transacto, transitório</i> 2. Por ‘x’ • Depois de e inicial, ex. <i>exato, eximir</i>. 3. Por ‘z’ • No principio dos vocabulos ex. <i>zelo, zimbro</i> • Depois de ‘a’ inicial ex. <i>azougue, azul</i>. Exceptuam-se ‘asar, Ásia, asinha (adv) asir, asinino, asylo’ • Nas terminações ‘aza, eza’ de vocabulos propriamente portugueses ex. <i>raza, crueza</i> • Nos derivados de vocabulos latinos em que a modificação ‘z’, está por ‘c, d, t’ ex. <i>dizer, fazer, preza, razão; de dicere, facere, preda, ratione</i> • No plural dos nomes que terminam no singular ‘az, ez, iz, oz, uz’ ex. <i>rapazes, vezes, codornizes, alcatruzes</i> • Nos verbos em ‘ar’ cujo thema não tem ‘s’, ex <i>organizar, prophetizar</i> 4. Por ‘zz’ • Em alguns nomes próprios da língua arabae ex. <i>azzarat</i>
	1. Por ch • Tanto no principio como no corpo da maioria dos vocábulo ex. <i>chave, cacho</i>. Nos vocábulo <i>catechismo, schismo</i>, o ‘h’ não serve para formar letra composta: é mudo por uso. 2. Por ‘x’ • Depois do som nasal ‘en’ ex. <i>enxada, enxerto, enxuto</i>. Exceptuam-se <i>enchacotar, enchamel, encharcar, encher, enchouçar, enchouriçar</i> e derivados

MODIFICAÇÃO VOCAL 'XE'	• Depois de diphthongo ex. <i>eixo, peixe, frouxo, paixão</i> • Em vocabulo de origem arabe, os principaes são: <i>oxalá, xococo, xadrez, xamate, xaque</i>, etc • Em <i>abexim, Alexandre, bexiga, bruxo, buxa, coaxar, coxa, coxia, coxo, faxa, faxina, graxa, laxante, mexer, lixa, praxe, puxar, rixa, roxo, taxa, vexar</i> e derivados 3. Por 'sh' • Em vocabulos ingleses asmittidos em portuguez sem alteração gráfica ex. <i>Shakespeare, Sharp</i>
MODIFICAÇÃO VOCAL 'CS'	1. Por cc • Em <i>acceder, accepção, acceso</i> 2. Por cç • Em <i>convicção, facção, ficção, fracção</i> 3. Por x • Em <i>axilla, convexo, crucifixo, fixar, fluxo, flexível, inflexão, nexo, orthofoxo, paradoxo, sexo</i>, etc

Embora a sua exposição seja extensa, expusemos apenas o que se mostrou fundamental para que pudéssemos dimensionar as ideias que nortearam a abordagem ortográfica do seu trabalho e, a partir disso, poder, posteriormente, procedermos à análise dos livros didáticos.

2.2.2.2 *Grammatica Descriptiva* – Maximino Araújo Maciel

A *Grammatica Descriptiva* Maciel (1916) subdivide-se em quatro partes: Fonologia, Lexiologia, Sintaxiologia e Semiologia. A ortografia, para a qual o autor dedica 18 páginas de seu trabalho, mantém-se como pertencente aos estudos da fonologia, ao lado da fonética, da prosódia e fonografia. Maciel distingue a fonografia da ortografia. A primeira destina-se ao estudo dos símbolos que representam os sons, ou seja, estuda a representação isolada dos sons linguísticos; a segunda descreve os princípios de representação dos fonemas na construção da palavra, isto é, estuda os sistemas gráficos e sua concepção.

A primeira edição da obra, intitulada *Grammatica Analytica*, foi escrita em 1887. Sete anos mais tarde, em 1894, a obra foi refeita, tendo seu título se modificado: *Grammatica Descriptiva*¹⁴. Conforme Fávero e Molina (2006: 174) afirmam, a gramática foi bem aceita e adotada no Colégio Pedro II entre 1892 e 1896, e foi re-editada até 1931.

Em relação à ortografia, tópico que interessa a este estudo, Maciel (1916, p. 52) ressalta a necessidade de certas normas, cujo conjunto orgânico e metódico constitui os sistemas gráficos: *etymologico, o phonetico e o mixto ou usual*.

Em nota, Maciel (1916), fazendo uso das palavras de Sotero dos Reis, aponta para as inúmeras tentativas de reforma ortográfica, destacando a necessidade de se recorrer aos “melhores autores” e aos “dicionários”:

Sotero dos Reis, gram. Port, p. 276. “tanto no Brasil como em Portugal diversas vezes, mas debalde, se tem tentado reformar a orthographia no pressuposto de simplificar-a, aproximando-a do systema phonetico. Mallogram-se as tentativas de reforma, porquanto a correção graphica, de accôrdo com as tradições da língua e a lição dos doutos, mais se consegue na leitura dos melhores autores e no manusear dos dictionarios do que mediante reformas”. (ibid: 52)

Apesar da ausência de uma lei ortográfica, apresenta, com detalhamento semelhante ao de Júlio Ribeiro, as normas que devem ser seguidas para se grafar corretamente em português. Também do mesmo modo que Ribeiro, o estudioso apresenta um sistema ortográfico misto, sugerindo a escrita etimológica sempre que for justificada: os símbolos gregos: ph, th, rh, ch, h, y para vocábulos de origem grega; e para os latinos: f, t, r, q, i, etc.

¹⁴ A obra consultada aqui é a 6ª edição, de 1916

A's vezes ha exagero de etymologia, restaurando-se no corpo do vocabulo symbolos que não tem mais razão de ser e. "sancto, practica, poncto, subjeito, exforço, exspirar, septembro, eschola..." e outros em que devemos preferir a grapica mais usual, mais simples e dos lexicons mais notaveis. (ibid. p.53)

Seguindo o mesmo critério, apresenta como os caracteres do sistema etimológico: as letras geminadas: bb, cc, dd, tt, pp; compostas: ph, lh, nh, th, ch; etimológicas não sonoras: gd, ct, pt, VT; e homófonas: c=k=q=ch; ph=f; s=z, etc.

Após expor sua concepção de ortografia, que é o *tratado da representação graphica dos phonemas na constituição do vocábulo* (ibid. p.52), expõe as regras, sistematizando-as no final por meio de 10 itens, conforme o quadro que se segue:

REGRAS GRAFICAS (p. 70-73)

1.	Nenhum vocabulo começa nem acaba por letras geminadas
2.	Sempre se grafa 'm' antes de p, b, m e ás vezes antes de n, ex. <i>ambos, damno</i>
3.	Deve-se seguir a grafia fonetica sempre que a prosódia se opuser á etimologia e ao uso mais geral e mais comum ex. <i>batracio, por batracho/ cirurgia por chirurgia</i>
4.	Empregem-se letras diversas e as necessarias notações lexicais para a distinção de homonimos ex. <i>bucho, buxo</i>
5.	Escrevam-se com a respectiva grafia os vocábulos estrangeiros, não assimilados ainda ao nosso lexico, ex. <i>meeting</i>
6.	Nos casos de dúvida sobre geminação, escreva-se o vocabulo simplesmente.
7.	Siga-se grafia usual, mais simples, quando, para satisfazer a etimologia e a prosodia, se tenha de recorrer ás notações gráficas ou acentos imprescindíveis á pronúncia ex. <i>mez</i> em vez de <i>mês/ portuguez</i> em vez de <i>português</i>
8.	No caso de incerteza entre o 's' medial e o 'z', empregue-se de preferencia o 's', por ser letra mais geral, mais vezes de acordo com a etimologia do que o 'z'. Ex. <i>Brasil, rosa</i> . Além disso, no final dos

	vocabulos oxítonos, desinenciados por ‘az, ez, iz, z, uz, simplifica a letra ‘z’ a grafia, dispensando-lhe o acento figurado e pondo-a mais consoante á prosodia ex. <i>cartaz</i> em vez de <i>cartás</i> , <i>nariz</i> em vez de <i>narís</i>
9.	Escreva-se aglutinado o vocabulo o l eufônico, substituto do ‘s, z, r’, embora seja ele o antigo ‘l’ das fórmulas ‘o, a, os, as’ = ‘lo, la, los, las’, já estas há muito o perderam Assim mais lógico se torna aglutinar o ‘l’ ao vocábulo cujo som ou letra substitui, do que destaca-lo com a variação e ter de recorrer a acento agudo ou a circunflexo ex. <i>eil-o</i> em vez de <i>ei-lo!</i> <i>vilmol-a</i> em vez de <i>vimo-la</i>
10.	Escrevam-se com ‘z’ todos os vocabulos ou substantivos do genero feminino, desinenciados no sufixo ‘eza’, ou ‘ez’, formados quase sempre do adjetivo correspondente ex. <i>realeza</i> .

O sistema ortográfico apresentado pelo gramátco em sua *Grammatica Descriptiva* segue o mesmo modelo proposto por Júlio Ribeiro. Ao dedicar-se à “graphica dos phonemas polymorphicos”, referindo-se aos fonemas “sê”, “xê” e “zê”, por exemplo, ou em relação às letras geminadas, apresenta, embora sem minúcia, as mesmas regras de uso propostas na obra de seu antecessor, sem nada a acrescentar ou discordar.

2.2.2.3 *Grammatica Portugueza* – Alfredo Gomes

A *Grammatica Portugueza*¹⁵ (1918) escrita por Alfredo Gomes foi umas das mais utilizadas no final do século XIX, adotada por grande parte de colégios como Pedro II, Escola Normal, Colégio Militar e Liceus.

Gomes (1918) divide sua obra em duas partes: morfologia e sintaxe. É na primeira parte, onde se estuda a *forma dos vocabulos* (p. 8), que se insere, além da fonética, prosódia, taxionomia, campeonomia e etimologia, a “graphica”, ou seja, o *estudo da maneira de graphar os vocabulos* (p. 22).

¹⁵ A edição usada aqui é a 17ª, de 1918

Nesse tópico, o autor diferencia os tipos de sistemas ortográficos posicionando-se sobre os “inconvenientes” da adoção de um sistema exclusivamente fonético ou exclusivamente etimológico, e defende a “graphica usual ou mixta”, pois é aquela que

Escreve o vocabulo de accordo com o uso dos doutos. É a geralmente adoptada, porque combina em proporção razoavel os sons do vocabulo e sua origem (1918: 24)

Adiante, de maneira mais sucinta que os gramáticos analisados anteriormente, trata das regras ortográficas do português. Quanto ao uso das letras geminadas, do mesmo modo que Ribeiro e Maciel, Gomes (id) apresenta as ocorrências, diferenciando-se dos demais gramáticos apenas por apontar os usos sem apresentar maiores explicações ou detalhamentos que justifiquem as opções. Embora isso ocorra, é importante frisar que ele propõe as mesmas situações de uso para *bb*, *ff*, *mm*, *bb*, *dd*, etc.

Da mesma forma, em relação às letras mudas, às letras gregas e à representação das articulações *sê*, *xê* e *zê*, o autor expõe os mesmos casos já demonstrados aqui nas gramáticas analisadas. Isso quer dizer que, *grosso modo*, a proposta ortográfica presente nesta *Grammatica* é a mesma que se encontra em Júlio Ribeiro e Maximino Maciel.

2.2.2.4 *Grammatica da lingua Portugueza* – Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade

Ao contrário das gramáticas anteriores, na *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, não estão elucidadas as normas da ortografia. No entanto, embora tenhamos afirmado acima que só seriam analisadas as gramáticas que as abordassem, importa observar como os autores tratam da questão ortográfica, pois suas palavras demonstram que havia, em alguma medida, uniformidade ortográfica no final do século XIX.

Nas palavras iniciais, ao apresentarem os três sistemas: *phonetico ou sonico, etymologico e mixto ou usual* (1894: 126), manifestam-se favoráveis, como os outros gramáticos estudados, à ortografia mista, *a que hoje estamos subordinados*. Suas palavras evidenciam que havia um sistema ortográfico vigente, o misto, ao qual a escrita estava “subordinada”.

Tal inferência fez com que levantássemos o questionamento acerca da abrangência da irregularidade ortográfica, do chamado “caos ortográfico”, ou ainda, da tão discutida “anarquia ortográfica” que tantos autores, alguns citados na primeira parte deste capítulo, afirmavam imperar no século XIX.

Em defesa do sistema misto, ao referirem-se aos séculos anteriores, especialmente ao XVI, novamente os estudiosos parecem demonstrar que já havia alguma normatização nos anos oitocentos em oposição ao período em que “não havia *ainda* regras fixas”

(...) imperavam ás fórmãs ‘despois, fruto, enxuito, (...) *Não havia ainda regras fixas*¹⁶, mas sómente hábitos graphicos. Essencialmente variaveis segundo as épocas, as províncias, e ainda os escriptores (1894: 126-127)

¹⁶ Os grifos são nossos

Desse modo, constatamos a ausência de discrepância significativa na ortografia apresentada nas gramáticas, uma vez que é possível afirmar que as brasileiras do final do século XIX apresentavam, de maneira uniforme, regras ortográficas. Todos os gramáticos analisados eram favoráveis ao sistema ortográfico misto e escreveram suas gramáticas de modo bastante semelhante. Ou seja, embora não houvesse uma lei que regulamentasse a ortografia, as gramáticas brasileiras norteavam a escrita segundo padrões. Como mencionamos, nem todos os autores dedicaram-se ao assunto como Júlio Ribeiro e Maximino Maciel em suas obras; ainda assim é possível identificar a convergência existente na opção ortográfica de todos os autores examinados por meio da afirmação de que são favoráveis à ortografia mista (*mixta*, no dizer de Alfredo Gomes, 1913, e Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, 1894) e pelo uso gráfico que fazem ao longo do desenvolvimento das gramáticas.

As normas ortográficas apresentadas nas gramáticas analisadas convergem, como ficou claro na exposição acima. Júlio Ribeiro é o autor que mais destaque dá ao assunto, mostrando-se, assim como os outros gramáticos examinados, adepto à ortografia mista. A padronização ortográfica existente entre essas gramáticas, tanto no corpo do texto quanto nas regras prescritas, permite-nos inferir que, embora não houvesse uma lei que visasse à fixação da ortografia, havia um sistema ortográfico estabilizado em vigência no período, contrariando as incisivas afirmações¹⁷ sobre a inexistência de uma ortografia no século XIX.

¹⁷ A respeito de tais afirmações, destaque-se, entre outros autores citados neste trabalho, Veríssimo (1997), Maurício Silva (2009), José Pereira da Silva (2009).

CAPÍTULO III - LIVROS, CENSURA, PADRONIZAÇÃO DO ENSINO – CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerações iniciais

As gramáticas brasileiras do final do século XIX indicavam a busca de padronização ortográfica, como ficou claro no capítulo anterior. Esse intento deu-se, no Brasil, em um contexto em que o livro começa a se consolidar como objeto comercializado, portanto, como um veículo do conhecimento, tal como o livro didático de primeira leitura.

Neste capítulo, discorreremos acerca do modo como ocorria a impressão e a reprodução dos livros escolares, cujo destaque vai para aqueles destinados ao uso em escolas primárias. Além disso, apresentamos as prescrições legais por parte do aparelho censório que determinavam a circulação, adoção ou proibição de determinados livros.

O tratamento da questão da vigilância e da busca pela uniformidade didática justifica o presente capítulo, na medida em que se poderá relacionar a atitude censória na escolha dos livros, às metas dos governantes em sentido à padronização de conteúdo e de saberes a serem ensinados pela instituição escolar, com a ideia de haver certa estabilidade ortográfica que, por hipótese, implica a provável uniformidade ortográfica nos textos oficiais, em particular nos livros didáticos.

3.1 A impressão e a reprodução dos livros

Em função de mudanças políticas, econômicas e sociais, como a Independência, a partir da segunda metade do século XIX, a questão ortográfica, como foi indicado, passa a ser mais discutida. Nessa fase, a busca pela identidade nacional e, por consequência, a busca pela identidade linguística aflora, vindo à tona a celeuma sobre a existência de uma língua brasileira e uma ortografia também brasileira.

Nesse contexto, no que diz respeito à Educação, a preocupação maior era com o processo de constituição da identidade escolar, fazia-se necessário delinear e consolidar o seu modo de ser. Devido a essa necessidade, antes de se chegar ao modelo escolar que se conhece hoje, ocorreram significativas mudanças quanto à metodologia de ensino e à organização da escola no decorrer daquele século.

Por causa de tais inovações, em especial as ocorridas a partir da década de 60, o livro didático passa a ser inserido nas práticas pedagógicas. No final do século XIX, os manuais didáticos ganharam destaque entre as produções impressas devido ao aumento de sua circulação dentro da escola e também no ambiente familiar.

Mas, até o início do século XIX, as condições de produção de material impresso no Brasil foram bastante precárias. A primeira impressora existente no país, que pertenceu a Antônio Isidoro da Fonseca, surgiu em 1747, no Rio de Janeiro, a partir de uma ordem real que determinava a proibição definitiva de textos impressos por ser considerado inviável, do ponto de vista econômico, qualquer tentativa de produção de livros, devendo circular no Brasil apenas

livros europeus ou manuscritos. Tal medida era controlada pelo aparelho censório. Foi somente em 1808 com a chegada da família real que esse fato foi modificado.

Com a família real, a Imprensa Régia foi transferida para o país, o que impulsionou a produção de impressos e o consequente avanço do ramo livreiro. O número de livrarias passou de duas, em 1808, para cinco, em 1809, sete, em 1812, e doze, em 1816. Eram livros direcionados a questões administrativas como economia, geografia, saúde, currículo escolar. Com o fim do monopólio da Imprensa Régia, em 1822, a produção de compêndios escolares deixou de ser estatal, fazendo com que surgissem as primeiras editoras particulares de livros didáticos.

A história da confecção de livros didáticos no Brasil foi fortemente influenciada pelo domínio francês sobre a vida cultural brasileira do século XIX devido à relação de interesses econômicos e culturais entre os dois países, especialmente nos setores dominantes. Por um lado, havia o interesse francês em expandir seu domínio capitalista, ocupando determinados setores comerciais no Brasil, região dominada pelo comércio inglês. Desse modo, a França conseguiu alcançar o segundo lugar em importância comercial para o Brasil entre 1850 e 1880. (cf. BITTENCOURT, 1993).

Por outro lado, como afirma Bittencourt (id: 91) importava para o Brasil aproximar seu catolicismo da mentalidade francesa, que difundia o ideal universalista. Este ideal estava bem próximo aos valores católicos de setores conservadores que não confiavam no protestantismo inglês. A educação “à francesa” tornava-se uma mercadoria considerada moderna e necessária para o processo de civilização.

Diante da devoção brasileira à cultura francesa, alguns editores europeus que almejavam novos mercados instalaram-se no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. É o caso da Livraria Universal, fundada em 1838 por Eduard Laemmert. Pioneira na edição de livros infantis e livros de bolso, conhecidos como “faça você mesmo”, tornou-se praticamente a substituta da Tipografia Nacional, nova denominação da Impressão Régia, cuja produção didática era pequena.

A influência francesa no setor livreiro é notória também no formato dos livros. Segundo Hallewell (1985: 147), o chamado formato francês ajustou-se à maioria dos livros brasileiros por mais de sessenta anos. Esse formato, trazido ao Brasil pela editora Garnier, existia em dois tamanhos: *in-oitavo* (16,5 x 10,5 centímetros), adotado principalmente nos primeiros anos de seu trabalho editorial, e outro muito mais frequente, o longo *in-doze* (17,5 x 11,0 centímetros).

Em 1846, Baptiste Louis Garnier chegou ao Brasil e abriu sua livraria. Entretanto, somente nos anos cinquenta dedicou-se efetivamente à edição de livros. Em princípio, a Garnier era especialista na produção de livros literários, passando, a partir de 1857, à publicação de livros destinados à educação elementar e à instrução secundária.

Devido à melhora na qualidade da educação básica, criou-se um mercado de livros viável. Segundo Hallewell (op. cit: 145), o principal autor de livros didáticos da Garnier foi Felisberto de Carvalho, devido ao volume de livros produzidos e comercializados, no início da década de 80. As obras de sua autoria são: “Elementos de grammatica portuguesa” (1880), “Selecta dos authores modernos” (1881), “Exercicios de lingua portuguesa” (1883),

“Exercícios de estylo” (1885), “Diccionario grammatical destinado aos estudantes nos exercícios de analyse etimológica e lógica da lingua portuguesa” (1886), “Trechos escolhidos para os exercícios de analyse lógica” (1887) “Arythmetica das escolas primarias” (1888), “Tratado de methodologia” (1888) “Exercícios de arithmetica e geometria” (1890?), “Instrucção civil e moral” (1892, 2ª edição) e “primeiro e segundo livro de leitura” (1892).

No final do século XIX, porém, problemas de saúde de Baptiste Garnier levam a editora à decadência. Em seu lugar, assumiu Hippolyte Garnier, o qual optou por publicar autores consagrados. Sem o sucesso esperado, a editora fechou em 1934. Antes disso, em 1909, Laemmert também encerrou suas atividades no mercado editorial após um incêndio na Livraria Universal.

A partir disso, foram negociados, por Francisco Alves – o primeiro editor brasileiro a fazer da publicação dos livros didáticos a base de seu negócio – os direitos de publicação de livros, e também o direito à sua clientela (BITTENCOURT, 1993: 84) Sua firma, originalmente denominada Livraria Clássica, foi aberta em 15 de agosto de 1854 por seu tio, Nicolau António Alves, um português de quem se tornou sócio. Em 1868, Antônio Alves convidou Antônio Joaquim Ribeiro de Magalhães para torna-se seu sócio na livraria. Com o passar do tempo, a necessidade de maior ajuda com o negócio levou-o a convidar seu sobrinho, Francisco Alves, em 1882, para tornar-se membro da sociedade. No entanto, o difícil temperamento de Francisco Alves transformou-o em único proprietário em pouco tempo.

Francisco Alves investiu ainda mais na literatura didática. Até então, o mercado de livros destinados ao ensino não era grande o suficiente para justificar a total atenção de uma firma. No entanto, com as reformas

educacionais, o mercado de livros didáticos tornou-se mais atrativo. Além disso, surge a necessidade de se ter publicações nacionais, o que leva os professores do Colégio Pedro II a produzirem seus próprios livros.

No final do século XIX, Francisco Alves chegou perto do monopólio no setor de livros didáticos no Brasil, devido aos preços menores e tiragens maiores. Além disso, cabia à Editora Francisco Alves o papel de prestadora de serviço público ao manter a *Revista Pedagógica*, cujo diretor era Menezes Vieira e seu subdiretor Felisberto de Carvalho, ambos autores de livros didáticos contratados pela editora, que possuía um catálogo de livros didáticos aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para uso nas escolas primárias. Isso ajuda a explicar por que tantas obras publicadas pela Editora foram aprovadas pelo Conselho e adotadas nessas escolas. No caso do *Terceiro Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho, autor de um dos livros analisados neste trabalho, por exemplo, a 56ª edição foi atingida em 1924 e nos anos seguintes ainda continuou a ser publicado¹⁸.

3.2 Os livros escolares

Na segunda metade do século XVIII, com a substituição dos jesuítas, a reforma de Marquês de Pombal determinou que fosse implantado um novo método de ensino, deixando claro por meio de decretos e estatutos a importância dos livros. O Ratio Studiorum jesuítico foi substituído por um novo saber escolar. Segundo Bittencourt (op. cit.), os problemas que se originaram da

¹⁸ Conforme Fernandes (2001) a última edição é de 1959.

nova proposta duplicaram-se, pois o novo projeto implantado era pouco detalhado nos conteúdos e métodos, sendo difícil transmiti-lo a um corpo docente leigo. Em função disso, a escolha e impressão de livros didáticos tornaram-se pontos básicos da reforma.

Uma das primeiras medidas tomadas por Portugal para a implementação da reforma foi a distribuição do texto *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*, em que era apresentada uma relação de obras a serem utilizadas nas escolas régias e a quantidade de livros novos a serem impressos. No que diz respeito ao ensino elementar, conforme Bittencourt (op. cit.), existiam ordens régias determinando o ensino dos meninos usando impressos ou manuscritos de diferentes naturezas, especialmente pelo catecismo do Bispo de Montpellier, mandado traduzir pelo arcebispo de Évora.

As propostas de produção de livros escolares concentraram-se na elaboração de textos didáticos para uso exclusivo dos professores, dando-se preferência às traduções. Até meados do século XIX, os poucos livros utilizados para a educação eram estrangeiros. A partir da década de 70, no entanto, as críticas ao uso desses livros tornaram-se frequentes, pois nesse período as discussões referentes à nacionalização estavam bastante afloradas. Sobre essa questão, merece destaque o posicionamento de Veríssimo, que acreditava ser necessária a produção de livros didáticos genuinamente brasileiros:

É preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1890: 55)

As condições de produção de materiais impressos foram bastante precárias até o começo do século XIX, entretanto, seu maior impulso deu-se a partir deste período. Mesmo no decorrer desse século, muitos livros surgiram das anotações organizadas pelos próprios professores em seus cursos. Com o passar do tempo, a partir da segunda metade do século, houve maior atenção por parte das autoridades para a educação. Por volta do último ano do Império, uma revolução na educação brasileira começou: os políticos tomaram consciência do atraso da nação e a crescente prosperidade do comércio cafeeiro proporcionou os recursos necessários para que as novas ideias fossem postas em prática, especialmente no centro e no sul do país.

Entre meados do século XIX e meados do século XX, a ideia de que os Estados Unidos ofereciam o melhor espelho para a modernidade no Brasil foi se constituindo. Isso se deve pela difusão da crença de que lá estava sendo concretizada a esperança do “homem novo”, ou seja, o homem subjetivamente necessário à modernidade. Segundo Hallewell (1985), a mudança do regime, em novembro de 1889, também foi importante, pois a nova República, tendo como um dos modelos os Estados Unidos, procurou substituir a herança educacional elitista do Brasil por um sistema semelhante aos moldes da escola pública americana, que ensinava sobre a pátria e formava cidadãos trabalhadores, disciplinados e patriotas. Os positivistas anticlericais também foram atraídos pela filosofia secular da educação norte-americana, que contribuiu para o progresso nos métodos educacionais e para o aumento do mercado de livros didáticos.

A produção de um livro didático passa a ser vista como uma tarefa patriótica por parte dos mestres encarregados, que o faziam por ordem superior ou por opção em benefício da pátria. As críticas aos livros estrangeiros, sobretudo aos portugueses, tornam-se cada vez mais frequentes, devido ao uso de temas, costumes, termos desconhecidos no país. Os textos oficiais incentivavam as mudanças rumo à nacionalização da obra didática.

Cabia aos mais célebres intelectuais a tarefa de elaborá-los. Eram livros, construídos não apenas pelos professores que coletaram seus registros de aula e transformaram-nos em livros, mas também por autores de outras áreas de atuação como o jornalista Octaviano Hudson, o secretário da Instrução Pública do Rio de Janeiro Manuel Ribeiro de Almeida, os conselheiros da Inspeção Geral da Instrução Pública da Corte, Estevão da Costa Cunha, e Januário dos Santos Sabino, o médico Abílio César Borges - que se tornou diretor da Instrução Pública da Bahia -, entre outros, que também faziam parte do grupo que se dedicava ao ensino.

As discussões sobre os métodos e materiais didáticos adequados à alfabetização tornaram-se intensos a partir de 1870. Os avanços dos estudos pedagógicos expressavam as novas necessidades educacionais com as tendências para um ensino que deveria atender a um número cada vez maior de alunos. A adoção do método analítico foi resultado dos avanços das ciências de educação; todavia, de acordo com Bittencout (1993), a adoção de cartilhas e de texto didático que substitui o catecismo no processo de alfabetização estava ligada aos confrontos entre os adeptos do cientificismo e os setores mais conservadores apoiados pela igreja católica.

O avanço e a expansão do ensino simultâneo e a serialização nele implicada são determinantes para nova organização e novo lugar a ser ocupado pelos saberes escolares e pelos materiais didáticos destinados a ensinar esses saberes, gerando diversas transformações. Desse modo, ao contrário do que ocorria nas primeiras décadas do século XIX, quando os programas de ensino limitavam-se ao ensino inicial das habilidades da leitura, da escrita e do cálculo, a partir da segunda metade, a partir do Programa de Fausto Barreto, os programas passaram, progressivamente, a estabelecer quais os conteúdos e os saberes específicos para serem ensinados pela instituição escolar. Devido a novas exigências e demandas sociais, o aprendizado da leitura e escrita ganha novas dimensões. Diante disso, foi necessária a produção de materiais pedagógicos especificamente destinados a esse modo de organização do ensino, destacando-se os livros didáticos.

Segundo Batista, Galvão e Kinkle (2002) os livros escolares poderiam ser divididos em dois tipos: os das séries graduadas e os de livros isolados. Os primeiros se caracterizam como coleções de livros destinados às quatro séries do ensino elementar, podendo incluir um quinto, voltado para a alfabetização, de acordo com a organização do ensino. Em função disso, apresentam uma progressão tanto no interior dos livros quanto em suas relações com os demais livros da série, em geral baseada na extensão e na complexidade dos textos utilizados. São livros que evidenciam suas funções escolares, funções e características típicas de um manual didático, apresentando clara destinação entre o trabalho com a leitura e a organização das lições ou unidades. Ressalte-se que, à medida que as instituições escolares e seus agentes

avançaram e se consolidaram, esse tipo de livro também se consolidou, tornando-se o livro escolar por excelência.

Por outro lado, os livros isolados apresentam suas funções escolares de modo pouco claro. Embora elementos do título e da organização permitam inferir uma destinação escolar, ela não é explícita, visto não haver indicações de nível ou de série. São livros que passaram a ser utilizados para leitura escolar pelas práticas desenvolvidas nas escolas e pelos grandes volumes publicados pelos editores, que perceberam o interesse das escolas por esse tipo de livros, mesmo que não tenham sido produzidos especialmente para a escola. Tais livros de leitura serviam não só para ensinar a leitura e a escrita, mas também para formar o caráter nacional a partir de textos que tratavam da moral e dos bons costumes.

A progressiva preferência por séries graduadas está associada à progressiva organização do sistema de ensino brasileiro, caracterizado, como já dito, pela adoção da seriação. As séries graduadas apresentam claramente a função a ser exercida pelos livros: a de verdadeiro manual. Embora os livros isolados sejam o tipo mais comum no início do século XIX, foram as séries graduadas que progressivamente se tornaram o tipo de livro considerado ideal. Os primeiros títulos nacionais de que se tem informação precisa são os da coleção de Abílio César Borges. Além dessa, outras séries foram publicadas a partir da segunda metade dos oitocentos, destacando-se nacionalmente as de Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Carlos Galhardo, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Viana, entre outros.

3.3 Inspeção Geral da Instrução: adoção ou proibição de livros escolares

Ao lado das discussões sobre o método de ensino, outro dado importante sobre a inserção e a produção do livro didático no Brasil é a vigilância que era exercida pelos Conselhos de Instrução sobre os livros. Embora, a partir do século XVIII, o livro tenha passado a assumir um papel importante na configuração da cultura e na difusão da ideia de sociedade escolarizada, a censura ainda era contínua, visto que a leitura de algumas obras era considerada arriscada. Nesse sentido, crescia o temor de que o texto escrito estivesse ao alcance de crianças e jovens, na medida em que o público leitor aumentava.

Por isso, não bastava para os governantes estabelecerem normas que regulamentassem a maneira de se confeccionar livros didáticos. Era necessário também vigiar e inspecionar as obras a serem adotadas pelas escolas. Desse modo, uma vez que o livro passou a assumir o papel de unificador da educação em território nacional, evitar-se-ia que os professores usassem textos impressos ou livros manuscritos inadequados à faixa etária; evitar-se-iam até mesmo os livros subversivos ou que adotassem uma metodologia dissonante com a proposta vigente.

Segundo Bittencourt (1993: 64), a maioria dos discursos das autoridades educacionais tratava sobre os riscos que os textos escolares representavam. Alegavam haver dois níveis de perigo: o primeiro era em relação às falhas de conteúdo, erros gramaticais ou outras omissões, inclusive falhas de impressão, falta de atualização científica e, o segundo era sobre qualquer desvio de

natureza “espiritual”, moral ou de valores expressos na época. Tem-se, portanto, a evidência do duplo papel desempenhado pelo livro didático: instruir professores e alunos e controlar as práticas para que o modelo ideal de sujeito (professor ou aluno) fosse preservado, mantendo, assim, vinculadas as ideias religiosas, políticas e morais vigentes na época.

A inspeção era considerada importante dispositivo para o bom funcionamento do ensino, condição indispensável para o projeto civilizatório do governo. Isso quer dizer que mais do que instruir e doutrinar o indivíduo, o que se objetivava era consolidar o país como nação civilizada. A escolarização elementar constitui-se, nesse contexto, como parte das regras de governabilidade, envolvendo dados sobre a população escolar e a reorganização e reordenação dos saberes escolares. Sendo assim, os professores deveriam estar preparados para atender à nova demanda e ao novo sistema que se mostrava mais complexo.

Cabe ressaltar que o governo imperial obtinha a garantia de uniformidade educacional por meio de um grupo coeso de políticos que deveriam ser fiéis às determinações do centro do poder. O controle sobre a subordinação dos presidentes das províncias era mantido na medida em que a nomeação se dava pelo poder central e a educação era dependente desse poder.

A inspeção das escolas públicas, gradativamente, foi saindo das mãos do poder religioso. Dessa forma, no final do regime monárquico as propostas que priorizavam o poder civil, com conselhos fiscais municipais e participação dos pais, mostraram-se evidentes. Foi significativo, por exemplo, o veto do presidente da Província de São Paulo, o Barão de Parnahyba, ao projeto sobre

a criação, para cada município, de um Conselho de Instrução Pública denominado Conselho Municipal. A justificativa usada pelo Barão para vetar o projeto foi o perigo que poderia representar a atribuição de poder a grupos não diretamente subordinados ao sistema estabelecido, dada a forma como eram eleitos os membros. (cf. BITTENCOURT, 1993.)

Desse modo, permaneceram como critério para a escolha de comissões e de inspetores distritais ou delegados literários as relações políticas. O cargo de inspetor distrital representava uma forma de poder; por isso, passou a ser disputado uma vez que tal tarefa começou a ser favorecida por vantagens financeiras.

Em tal contexto, a produção e adoção do livro didático só poderiam ter a uniformidade garantida a partir de uma prescrição legal. É proposta, então, em 1854, a lei que determina as formas de fiscalização escolar, elaborada na gestão do então Ministro dos Negócios do Império, Couto Ferraz, a qual perdurou até o final do Império. Segundo previa essa lei, a supervisão das escolas de instrução primária e secundária seria exercida pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, por um Inspetor Geral, por um Conselho Diretor e por um Delegado de Distrito.

De acordo com a Lei, à Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) cabia a regulamentação sobre a adoção ou proibição de livros escolares, o que caminhou de maneira uniforme nas várias províncias do Império e, posteriormente, sob o regime republicano. Também cabia a esse Conselho criar novas cadeiras, opinar sobre os assuntos literários que interessavam à instrução primária e secundária, julgar infrações de professores e diretores passíveis de punições mais graves.

Era por meio de relatórios que os resultados dos trabalhos realizados pelos Inspetores eram registrados, cabendo ao Inspetor Geral redigir o documento final. No entanto, nem sempre a documentação esperada era entregue às autoridades. Isso porque, entre outras coisas, havia sobrecarga de trabalho, baixa remuneração e, principalmente, falta de habilitação dos agentes da inspeção. Em função disso, a fiscalização, em muitos casos, mostrou-se ineficaz ou até mesmo inexistente. Isso permitia, por exemplo, que houvesse fraude nos números de matrículas e nos registros de frequência, pois se evitaria o fechamento da escola que não continha a quantidade mínima de alunos exigidos.

Cabia aos Conselhos todo trabalho burocrático sobre as obras escolares: rever os compêndios adotados e encaminhá-los para correção ou substituí-los, quando fosse o caso. Nesse trabalho, os Conselheiros eram auxiliados pelos inspetores, cuja função principal era vigiar as determinações centrais. No entanto, no regime republicano, a função e os poderes dos inspetores ampliaram-se. Uma nova divisão de poder na esfera educacional proveniente dos Grupos escolares constituiu-se.

No início do século XX, divulga-se a ideia de que uma boa escola dependia de um bom diretor. A partir daí o cargo de inspetor de distrito foi reestruturado, com atribuições mais detalhadas quanto às formas de fiscalização, além de obterem melhor remuneração. Quanto aos livros didáticos, porém, a função dos diretores e inspetores não mudou. Eram encarregados da vigilância em relação à adoção das obras, mas a proibição dos livros continuou atribuição do Conselho de Instrução ou Conselho Superior.

Como ficou evidente, a obteção da recomendação de determinados livros em detrimento de outros se dava a partir da atuação do Conselho. A tarefa dos inspetores era vigiar a adoção e uso dos livros previamente escolhidos e registrados nas chamadas “Listas de obras adotadas no curso preliminar”. Eles deveriam examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados nas escolas. Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas “idôneas” e de confiança das autoridades. Geralmente, selecionavam-se professores públicos para a avaliação e aprovação dos livros segundo critérios rígidos que mantivessem os interesses do poder vigente.

À medida que o governo previa a regulação, incentivava a criação destas obras, garantindo, nos artigos 56º e 95º do regulamento, prêmios em dinheiro às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira:

Art. 56. Nas escolas publicas so podem ser admittidos os livros autorisados competentemente. São garantidos premios aos professores ou quaisquer pessoas que compuzerem compendios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em lingua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do art. 3º. A adoção de livros ou compendios que contenhão materia do ensino religioso precederá sempre a approvação do Bispo Diocesano.

Art. 95. O Governo garante premios na conformidade da 2ª parte do art. 56 aos que compuzerem ou traduzirem compendios, os quaes serão sujeitos à disposição do 4º art. Combinada com o 3º.

Uma série de relações pode ajudar a explicar a aprovação ou condenação de uma obra a ser usada nas escolas. Por exemplo, a relação que

se estabelece entre o autor e sua posição na sociedade; a compatibilidade de seu conteúdo com os interesses predominantes, e as relações com a igreja. Diante disso, pode-se explicar o porquê de muitos livros não serem imediatamente considerados impróprios para adoção em escolas, mas serem alterados mediante sugestões dos conselheiros para que os autores os tornassem condizentes com os modelos desejados. Por isso eram publicados os Pareceres nas obras.

É importante notar a diferença entre os livros aprovados e os livros adotados pelo governo. Os primeiros estavam liberados para o uso nas escolas públicas, enquanto os últimos eram aqueles que seguramente seriam comprados e estocados pelo poder público para fornecimento às escolas.

Quanto aos livros que seriam adotados, havia recomendações sobre os deveres dos professores em relação à utilização que apresentadas sistematicamente em artigos explícitos adotados pelas autoridades educacionais. Os professores que usassem livros proibidos estavam sujeitos a punições como multas ou suspensão.

Segundo Veiga (2007: 177), os manuais usados a partir da segunda metade do século XIX associavam as recomendações das autoridades com métodos de ensino vigentes. As mudanças metodológicas acarretaram também o aparecimento de livros graduados. As modificações não aconteceram apenas no âmbito da leitura, mas na proposta de uma nova relação com o conhecimento. Dessa forma, foram produzidos também manuais para outras áreas como aritmética, geografia, história e regras de civilidade.

Do mesmo modo como acontecia em outras nações, em meados da década de 1870 o método de ensino conhecido como intuitivo e as “lições de

coisas” ganharam espaço no Brasil. A divulgação do método se deu por meio de livros, artigos em periódicos e conferências.

No entanto, como assevera Veiga (op. cit) é possível identificar certa confusão a respeito do método intuitivo como concepção de aprendizagem e das “lições de coisas” como procedimento didático. Na reforma Leôncio de Carvalho, de 19 de abril de 1879, é prescrito que as escolas primárias deveriam ensinar, entre outras disciplinas, “noções de cousas”. Para a escola normal a matéria é denominada “Prática de Ensino Intuitivo ou Lições de Cousas”. Dessa forma, o estudo das “lições de coisas” é caracterizado como disciplina escolar e não como método de ensino, tal como na legislação de outras províncias.

As autoridades nacionais logo identificaram a confusão. Devido a isso, Rui Barbosa, Membro da Comissão de Instrução de Pernambuco, afirma em um Parecer, publicado em 1882, que *a lição das coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma seção do programa: abrange o programa inteiro* (apud Veiga: 2007: 180).

As mudanças metodológicas quanto ao ensino de leitura e da escrita vão se evidenciando pelos títulos das obras. Os sistemas de soletração passam a ser substituídos pelo chamado método analítico, que se caracterizava pela leitura de frases, seguida de sua decomposição.

Como assinalado, havia um grupo de livros “expressamente” recomendados pelo governo, como os destacados a seguir:

Lições práticas de ortografia ou livro para o ditado nas escolas primárias: obra aprovada pelo Conselho Diretor da Instrução Pública e adotada pelo governo imperial para uso da escola normal e das escolas públicas da instrução primária (segunda edição 1873), do professor João da Mata Araújo; *Silabário ou*

primeiro livro de leitura, premiado pelo governo imperial (1875), de Manuel Ribeiro de Almeida, que trabalhou no ministério da Instrução publica; Primeiro livro ou expositor da língua materna (1878) e Curso metódico de leitura: segundo livro ou coleção de leitura graduada pelos mesmos (1883) dos professores Estevão da Costa Cunha e Januário dos Santos Sabino; e Gramática infantil da língua portuguesa, composta e adotada em Minas Gerais para uso das escolas primárias (1882), de Tomás da Silva Brandão.

A essa relação, acrescentamos a *Cartilha da Infância* do professor Thomaz Galhardo, a qual, segundo Romão Puiggari, que a ampliou e a modificou, *tem oferecido vantagens extraordinárias sobre todos os methodos até hoje empregados em nossas escolas. É isto attestado por todos quantos o têm empregado. Demonstra a grande acceitação que tem tido, obrigando os activos editores a fazerem nova tiragem* (PUIGGARI, 1980 apud GALHARDO, 1905:5).

Outros livros, embora não expressamente recomendados, por serem aprovados pelos censores, acabaram alcançando significativa influência no Império e também na República. Enquadram-se nesse grupo: *Primeiro Livro de Leitura* (1866), *Segundo Livro de Leitura* (1866), *Terceiro Livro de Leitura* (1872) e *Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras* (s/d), do médico Abílio César Borges, diretor-geral da Instrução Pública na Bahia e proprietário de colégio na Bahia e no Rio de Janeiro; *Primeiro Livro de Leitura* (1878, com 123ª edição em 1943), *Cartilha Nacional* (1887) e *Cenário Infantil, segundo livro de leitura* (1879, com 169ª edição em 1940), do professor gaúcho Hilário Ribeiro; e *Elementos de gramática para uso dos alunos da instrução primária* (1880), do professor Felisberto de Carvalho. (cf VEIGA, 2007)

A regulamentação sobre adoção ou proibição de livros escolares caminhou de maneira uniforme nas várias províncias do Império e posteriormente sob o regime republicano. As normas oficiais foram criadas juntamente com o estabelecimento de um grupo que se encarregava de acompanhar a organização administrativa escolar em geral.

Dentre os livros produzidos no Brasil aprovados para adoção em escolas, apenas as cartilhas e primeiros livros de leitura foram selecionados como objeto de análise deste trabalho. Não consideramos para este estudo, portanto, as gramáticas elementares e os livros de exercícios. Utilizamos como critério de escolha o número de edições das cartilhas e livros e a importância dos autores.

3.4 O livro didático no ensino primário: cartilhas e primeiros livros de leitura

A partir da segunda metade do século XIX os livros didáticos destinados à instrução primária passaram a ter características específicas, devendo estar consonantes com os programas curriculares e com o método de ensino em vigência. Isso, como dissemos, era garantido pela acirrada vigilância mantida pelo Estado por meio de inspeção

Nessa fase, as divergências sobre as atribuições do Estado, da família e da Igreja em relação ao ensino eram constantes. Os conservadores defendiam ser função da família e da Igreja ensinar os saberes elementares às crianças, enquanto os progressistas liberais discordavam da presença da Igreja na

educação, acreditavam que cabia ao Estado o controle da rede escolar pública, cabendo à Igreja apenas o controle de escolas confessionais. Uma posição intermediária foi se consolidando entre os legisladores: aceitaram a intervenção do Estado na organização do sistema de ensino elementar, garantindo a uniformidade, mas não rejeitaram a presença da Igreja, mesmo na fase republicana.

Conforme afirma Bittencourt (1993), a escola idealizada deveria servir à formação dos cidadãos. O saber sistematizado pelas disciplinas escolares deveria submeter-se aos interesses da constituição de um cidadão modelado para viver a política do Estado. A instrução escolar asseguraria às crianças sua entrada na vida cívica da nação. Cabe destacar que o Brasil foi um dos primeiros países a instituir, na primeira Constituição, a gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos.

No entanto, a efetiva preocupação com o ensino das camadas populares só passou a preocupar os governantes quando se acentuaram os conflitos entre os defensores da mão-de-obra servil e a dos que reclamavam a necessidade do trabalho livre, dividindo as lideranças econômicas e políticas.

Ampliam-se os discursos que apresentavam a escola como instituição *regeneradora do povo*, destacando-se a reforma de Leôncio de Carvalho, de 1879, que defendia a instrução escolar como o meio para se evitar o vício, o crime, as despesas do Estado com cadeias, hospitais. (cf. BITTENCOURT, op. cit: 37). Quando os republicanos assumem o poder, a escola e, em especial a alfabetização, passa a ser vista como a condição para que a população integre a vida política do país.

Nesse contexto, a escola primária alternava projetos de cursos preparatórios para os graus superiores ou de cursos destinados a setores mais amplos da sociedade, com programas restritos ao ensino da escrita, leitura e cálculos. É evidente que em cada fase da organização e consolidação do ensino elementar o livro didático foi assumindo funções diferentes e, por consequência, recebendo nomes diferentes.

Antes de o ensino primário tornar-se oficial, era comum o uso das chamadas *Cartas do ABC* ou *abecedários*. Não eram livros destinados à escola, pois, naquela época, não cabia às instituições de ensino a tarefa de alfabetizar. Devido a isso, os livros não traziam discurso pedagógico, apresentavam apenas o que era considerado essencial para tornar alguém alfabetizado, ou seja, familiarizado com as letras. Eram pequenos livros, de poucas páginas, que traziam o alfabeto, o nome das letras e algumas palavras para exemplificar. Por serem exemplares típicos das edições populares, nesse tipo de publicação, em geral, não era explícita a autoria, como também não havia data de publicação.

O método alfabético ou de soletração é um dos mais antigos e há menções ao seu uso desde a antiguidade. Sua aplicação ocorre em sequência modelar: a decoração oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas sequências e, finalmente, reconhecimento de letras isoladas. Todos os casos possíveis de combinações silábicas eram memorizados sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o som que as letras representavam.

Quando o ensino primário passou a ser ministrado pelas escolas, tornou-se comum, ao lado das *Cartas* e dos textos *manuscritos* produzidos pelos

professores, o uso de *Catecismos* nas aulas de leitura, pois, segundo a tradição dos educadores religiosos, esse tipo de material garantia o conteúdo moral.

A partir da obrigatoriedade do método mútuo de ensino, o lancasteriano, em 1827, dispensava-se, quase sempre, o uso de livros e outros materiais escolares impressos, pois os professores e monitores utilizavam murais para ensinar. A economia que a adoção de tal método representava seduziu as autoridades.

No entanto, alvo de muitas polêmicas, o ensino mútuo dividia opiniões no Brasil, o que não era diferente em outros países que o haviam adotado. Nas escolas inglesas, por exemplo, onde a Bíblia tinha sido sempre o livro básico, a oposição veio da Igreja que alegava ser por demais arriscado ensinar às crianças das classes populares um conteúdo que não servia como doutrinação da religião oficial. De modo semelhante, na França, em 1833, o ensino mútuo também passou a ser proibido, pois se tratava de um método que escapava da tutela da Igreja e seus catecismos.

No Brasil, não tardou, esse método de ensino também acabou sendo proibido devido aos *malefícios* de uma educação pouco dogmática (BITTENCOURT, 1993: 51). O processo de extinção desse ensino iniciou-se na Corte e, posteriormente, foi se estendendo às outras Províncias.

A partir dos anos 70, as discussões sobre os métodos de alfabetização tornaram-se intensas. Em função disso, o método analítico passa a ser adotado como oficial no Brasil. A mudança de metodologia implicou também a mudança de material a ser usado nas escolas. É nesse contexto que as *Cartilhas*, associadas aos confrontos entre cientificistas e conservadores religiosos, são

produzidas para substituírem os *catecismos*, *cartas do ABC* e *abecedários*, isto é, daqueles livros cujo método de ensino era o sintético.

Os adeptos do método analítico apresentam-se como os defensores da nacionalização dos livros didáticos do ensino elementar. A obra didática passou a ser considerada principal aliada do professor na formação do aluno. Devido a isso, entre outras coisas, o livro passa a ser amplamente produzido no Brasil, buscando-se cada vez mais adequá-lo ao método de ensino vigente no país.

Nesse método de aprendizagem, o aluno deveria partir da ideia geral de uma sentença para chegar às partes, do todo para a sílaba, ao contrário do método tradicional. Além das *Cartilhas* de método analítico, são produzidos também outros livros didáticos direcionados ao ensino primário. Merecem destaque por sua grande representação os chamados *Livros de Leitura*.

Devido à institucionalização das classes seriadas, as obras didáticas passaram a trazer um conteúdo específico para cada “série”, o que era estabelecido pelos programas de ensino. Essas produções foram se expandindo de modo significativo, de maneira que, já no século posterior, em 1908, o parecer da Comissão encarregada de examinar as obras adotadas nas escolas públicas paulistanas recomendava a exclusiva utilização dos *Livros de Leitura*.

Não raras vezes as *Cartas do ABC* e os *Silabários* são citados parecendo designar a mesma coisa. No entanto, a leitura do *Syllabario Portuguez ou novo método para aprender a ler em breve tempo a língua portuguesa e o sistema métrico ilustrado com numerosas estampas*, publicado em 1879 por J.R. Galvão, tornou claro não se tratar de obras com as mesmas características. Tal afirmação justifica-se pelo número de páginas, cento e

vinte, e pelo uso de ilustrações como apoio metodológico. Além disso, o autor informa que o livro deveria ser usado “depois” da utilização de um “alfabeto portuguez”, também composto por ele, que, provavelmente, era semelhante às *Cartas ou Abecedário*

O syllabario portuguez é designado para succeder o Alphabeto portuguez; e o conhecimento deste habilitará qualquer menino a principiar o estudo do syllabario (1879: 5)

Outro traço de distinção é o fato de se tratar de um livro indicado para o uso na escola, o que se evidencia na breve apresentação do autor: *Tem sido aprovado este livro para uso das escolas publicas. Ultimamente foi adoptado em diversas Provincias.*(ibid. p. 5)

Sendo assim, é possível dizer que os *silabários* são livros com características bastante específicas, com disposição gráfica e metodológica também específicas. Em suas primeiras páginas, apresentam o alfabeto; a seguir, um alfabeto ilustrado composto por descrição de animais. Em seguida, o livro apresenta a primeira leitura, que é antecedita de três listas de palavras que são usadas no texto para que seja feito o exercício de soletrar e, posteriormente, vem um texto com palavras separadas por hífen e com numeração nos parágrafos. O mecanismo parece ser: soletra-se e depois se reconhece.

Outra característica deste material são os textos de leitura feitos a partir de temas religiosos como a história da criação do mundo, passagens da Bíblia, e discussões de fundo moral como a mentira, a ociosidade, conselhos. Além disso, também são apresentados alguns conteúdos de conhecimentos gerais

como mapas, estações do ano, dias da semana, numerais, regras de pontuação.

É notória a divergência entre alguns autores sobre os tipos de livros. Os prefácios dos livros denominados “primeiro livro de leitura”, um produzido por Abílio César Borges e outro por Felisberto de Carvalho, mencionam os *silabários* ora como um tipo de ensino a ser superado, em função da ausência de sentido, como acredita Abílio Borges, ora como material a ser criticado, ora como material a ser utilizado antes de os iniciantes colocarem as mãos nos primeiros livros de leitura, como pensa Felisberto de Carvalho.

Até a década de 90, o período é de disputa entre os tradicionais métodos sintéticos e o moderno método da palavração, cujo fundamento é: como ensinar. É importante destacar que as primeiras cartilhas produzidas no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que circularam em várias províncias por muitas décadas, fundamentavam-se nos tradicionais métodos sintéticos. É o caso, por exemplo, do *Primeiro livro de leitura*, de Felisberto de Carvalho, que defendia a silabação e o método de “emissão dos sons”, em detrimento da soletração, num momento de difusão e adesão aos métodos analíticos

Os principais methods de ensino da leitura elementar, actualmente em vigor, são conhecidos pelas seguintes denominações antiga *soletração* ou *alfabetico*; *moderna soletração* ou *phonico*; e o methodo por *articulação* ou de *emissão de sons* (...) O método de emissão dos sons mostra aos meninos não as letras isoladas, como na escripta, mas sons e articulações como na palavra falada.

Assim, por qualquer dos dous primeiros methods, mas antes processos a palavra – *chocalho* – seria pelo menino analysada da seguinte fórma, desse elle ás consoantes este ou aquelle nome: C, h, o – c, a – l, h, o.

O methodo da emissão de sons decomporia a palavra do seguinte modo: Cho – Ca – lho.

Não é fácil ver que a multiplicidade dos elementos da primeira analyse, offerece muito maior difficuldade do que ha na segunda?

(CARVALHO, 1907: 9-10).

Por outro lado, Thomaz Galhardo escolhe o “meio termo” em sua *Cartilha da Infancia*

Dos tres methodos de ensino da leitura, antigo ou da *solettração*, moderno ou da *syllabação*, e o moderníssimo ou da *palavração*, escolhemos o meio termo, sobre cujas bases foi escripto o presente systema. Razão que tivemos para esta preferência. O methodo antigo é o methodo do absurdo.(...) Quanto ao methodo da *palavração*, não julgamos por emquanto de vantagem a sua applicação, em vista do estado actual do ensino primario no paiz. (GALHARDO, 1908: 6-7)

Embora houvesse desacordos, no ensino simultâneo, havia constante busca pela padronização de materiais individualizados ancorados nos atuais métodos de alfabetização. Nele também se concretiza a própria ideia de homogeneização das classes para o controle de atividades pela escola e pelo professor. Ao que parece, os *Livros de Leitura* melhor atendem aos objetos almejados; talvez por isso tenham se consagrado, à época, como os livros ideais para o uso no ensino primário.

O contexto em que estão inseridos os livros didáticos aponta para ações diretivas no tocante à confecção e à divulgação desses livros. Como observamos, além de servirem aos propósitos metodológicos, os livros eram produzidos a fim de assumirem a tarefa de construir o sentimento de patriotismo, por isso os textos oficiais incentivavam as mudanças rumo à nacionalização da obra didática, diminuindo, dessa forma, a entrada de livros

estrangeiros. A sua propagação, inclusive, visava à unificação da educação em território nacional.

Não só, como relatado, não era qualquer pessoa da sociedade que poderia escrevê-los, teriam que ser cidadãos renomados, reconhecidos pelo governo.

Além disso, a vigilância exercida pelos órgãos competentes garantia as normas governamentais e sua regulamentação, evitando, assim, usos que correspondessem a quebras do que se considerava, do ponto de vista ético e moral, adequado à conduta das pessoas.

Por conseguinte, tal atitude censória e regulatória na escolha e propagação dos livros, em alguma medida, implica, evidentemente, de um lado, a padronização de conteúdo e de metodologia; e de outro, por consequência, a ideia de haver uma certa estabilidade ortográfica nos textos oficiais, em particular nos livros didáticos.

Essa hipótese é relevante na medida em que não seria possível pensar em uma espécie de anarquia ortográfica com essa carga de controle sobre o que era produzido. Não havia para o escritor nenhuma liberdade de escolha, como a que se dava nos textos manuscritos e literários, pois não passavam pela censura prévia. Uma das justificativas usada pelas autoridades para inspecionar os livros era evitar erros gramaticais e falha no conteúdo, sendo assim, provavelmente, verificavam também a ortografia, exigindo alguma norma vigente em gramáticas.

No entanto, é preciso averiguar se no material didático há essa estabilidade ortográfica inferida do contexto, o que verificaremos no capítulo IV.

CAPÍTULO IV - A ORTOGRAFIA DOS LIVROS DIDÁTICOS E DA CONSTITUIÇÃO DE 1891: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Considerações iniciais

Objetivamos apresentar neste capítulo a análise da ortografia usada nos documentos que constituiram o *corpus* deste trabalho: três livros didáticos: *Cartilha da Infância*, *Cartilha Nacional* e *Primeiro Livro de Leitura*; e a Constituição de 1891: *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil*.

Para tanto, primeiramente, expomos as categorias de análise: variação etimologizante, variação grafo-fonética e variação gráfica livre. Em seguida, a contextualização do *corpus*; por fim, realizamos a análise por meio da qual observamos se os autores desses livros didáticos e da Constituição seguem alguma norma ortográfica; em caso afirmativo, se essa norma seguida é prescrita nas gramáticas brasileiras que circulavam no período.

Além disso, verificamos também em que medida a opção pela ortografia etimológica pode ser considerada pseudoetimológica – uma ortografia cuja justificativa histórica é falsa e sem critério, que apenas representa *status* ou a mera opção dos ortógrafos, como é considerada até as publicações de Gonçalves Viana, a partir de 1904, por muitos autores¹⁹.

Por essa razão, no percurso analítico, tratamos ainda do sistema ortográfico a partir das três categorias grafemáticas.

Selecionamos, como *corpus*, o primeiro livro de leitura e as cartilhas utilizados no ensino primário, com maior representatividade no país devido ao

¹⁹ Conferir: Ismael Coutinho (1976), Rocha Lima (2001), Ricardo Cavaliere (2000), entre outros.

número de edições e devido à indicação (aprovação) por parte dos censores encarregados de averiguar que livros seriam adotados oficialmente nas escolas. Dentre as obras pesquisadas, foram analisadas: *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo; *Cartilha Nacional*, escrita por Hilário Ribeiro e *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho.

Desse material, as palavras selecionadas para análise foram aquelas cujos grafemas foram alvo, ao longo da história da ortografia, de discussões e desacordos: letras geminadas (nn, cc, ff, ll etc), mudas (h, **mn**, **gn**, **cq**, **cç** etc), aspiradas greco-latinas (ph, rh, th), o emprego de (y, i) , o uso de ditongos e o uso de s – z, j – g.

A investigação das palavras escritas de acordo com a etimologia deu-se por meio de dois dicionários etimológicos: um publicado no século XIX, *Diccionario da Lingua Portuguesa*²⁰, de Antonio de Moraes Silva (1858), e outro publicado no século XXI, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*²¹, de Antônio Geraldo Da Cunha (2007).

4.1 Das categorias: variação etimologizante, variação grafo-fonética e variação gráfica-livre

Os primeiros documentos escritos em português surgem no século XII, período em que a grafia dos vocábulos não apresentava sistematização. Conforme as palavras de Coutinho (1981:71), *a língua era escrita para o ouvido*. Os escritores ou copistas objetivavam facilitar a leitura e, por essa

²⁰ A primeira edição desse dicionário é de 1813. O exemplar utilizado aqui pertence à sexta edição.

²¹ A primeira edição desse dicionário é de 1982 e a segunda edição de 1986.

finalidade, faziam o possível, para dar ao leitor a exata impressão da representação da fala.

De acordo com o autor, a história da ortografia passou por três fases: a fonética, a pseudoetimológica e a simplificada. Durante o período fonético, iniciado a partir dos primeiros documentos redigidos em língua portuguesa, estendendo-se até o século XVI, não havia a preocupação de escrever de acordo com a origem, o que realmente importava era representar graficamente o que se falava. A falta de preocupação com a forma fixa de escrever as palavras, a falta de ortografia propriamente dita, levava as pessoas a terem liberdade demais para escrever, tornando a escrita um problema por ser marcada por grande variação.

A classificação da ortografia do período arcaico como sendo *fonética*, como ocorre não raramente, deve ser vista com restrições para Cagliari (1994). Segundo este autor, atribuir àquele período uma ortografia fonética como se no período arcaico as pessoas escrevessem como falavam, e achar que os textos refletiam as variações dialetais, sem levar em consideração a ortografia arcaica é um erro. Para ele é preciso levar em conta o fato de as palavras não terem uma ortografia estabelecida, além disso, deve-se considerar que os escritores precisavam conjecturar qual seria a melhor grafia, a mais neutra, a mais aceitável para o leitor e para os outros escritores.

O papel da ortografia é de neutralizar as variações linguísticas. Diante do desconhecido, da ausência de uma ortografia, as pessoas tendem a fazer hipóteses sobre a escrita das palavras, baseando-se em conhecimentos que têm sobre a escrita. (Cagliari, 1986). Ainda sobre essa questão, o autor adverte que

Diante do novo, havia uma liberdade de procurar, na fala, os segmentos e, no alfabeto, as letras correspondentes, sem uma preocupação maior com uma grafia que pudesse estabelecer de maneira universal e única toda sociedade. Essa liberdade, no entanto, não fazia da grafia uma transcrição fonética, embora, em alguns casos, esta fosse a intenção de quem escrevia. (1994:109)

Quando os estudos humanísticos emergiram, surgiram também o erudismo e a febre da imitação dos clássicos latinos e gregos; com isso, aflora a intenção de aproximar a grafia portuguesa da latina. É o início do período denominado pelos estudiosos pseudoetimológico.

Esse período, que se inicia no século XVI e se estende até o ano de 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, é conhecido como pseudoetimológico pela maior parte dos historiadores da língua que considera nunca ter existido na história da ortografia portuguesa um sistema ortográfico verdadeiramente etimológico. De acordo com Coutinho (id), a grafia só é considerada “etimológica” quando *o critério adotado é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias das palavras, embora nenhum valor fonético representem* (p. 75).

A ortografia etimológica, ou pseudoetimológica, só atingiu seu apogeu em 1734, com a publicação da *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, de João Madureira Feijó. Conforme destaca Cavaliere (2000), o uso da grafia grega e latina era imperioso para marcar o vínculo da forma atual com a tradição linguística do português. Por essa razão, usavam as letras mudas, os grupos helênicos, a dupla representação de fonemas vocálicos e demais fatos ortográficos.

Para esse autor, o sistema etimológico é melhor denominado pseudoetimológico não só porque nem sempre correspondia à exata grafia da forma original do latim e grego clássico, mas, sobretudo, porque seu referencial etimológico era equivocado:

tomou-se por fonte linguística do português a modalidade do latim escrito, erudito, usado na literatura e nos textos oficiais, quando mais propriamente dever-se-ia tomar por fonte a modalidade do latim vulgar. (2000:197)

Melo (1975:242), a esse respeito, ressalta:

foi se complicando a grafia das palavras, por força da crescente influência latina e meia-ciência dos escritores e tratadistas, de modo que se chegou a um insuportável estado de confusão e balbúrdia.

Para Coutinho (op. cit: 76), nessa fase, ocorre “*um divórcio entre a língua falada e a escrita*”. Pautado de ponto de vista semelhante, Rocha Lima (2001: 45) atribui à falta de segurança em relação aos conhecimentos linguísticos o fato que levou os autores a pregarem uma *ortografia pretensiosa e cheia de complicações inúteis, que desatendia aos princípios da evolução do idioma*.

Até princípios do século XX, esse estado perdurou, inspirando a criação de dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. Como mencionado, Gonçalves Viana propõe um sistema novo aceitável e praticável, por meio do qual se restaura a perdida tradição medieval e se fixa a grafia das palavras com base na etimologia e na pronúncia.

No que diz respeito a essa periodização, o que se mostra mais relevante aqui é a terminologia usada para nomear o segundo período, pois nos parece questionável nomeá-lo como pseudoetimológico.

Antes de tudo, deve-se considerar que a terminologia das épocas ortográficas foi feita, sobretudo, com base em textos literários e avulsos sem levar em consideração os trabalhos de normatização linguística dos tratados ortográficos.

Deve-se levar em conta também, como observamos no capítulo I, que, no texto metaortográfico, a grafia proposta pelos ortógrafos era baseada no que julgavam ser a etimologia naquela época, considerando-se que estudos linguísticos mais aprofundados surgiram nos séculos XIX e XX. Em razão disso, em consonância com Kemmler (2001), preferimos não usar a expressão “pseudoetimológico”, pois é impossível evitar uma conotação pejorativa.

Não podemos decerto julgar mal os que nos antecederam, por lhes faltarem recursos dos quais nós hoje dispomos, pois a arrogância que o termo presume nada tem a ver com filologia. (p.298)

É inegável que alguns grafemas estão em posição oposta à etimologia, principalmente em textos manuscritos e em outros gêneros textuais; entretanto, quando se refere aos textos metaortográficos, como é o caso aqui, mostra-se mais adequado falar em ortografia “etimologizante”, pois, conforme lembra Kemmler (id), o uso desses grafemas detinha funções de ordem prática. Por isso,

onde é possível supor um *raciocínio*²² por parte do ortografo, preferimos falar em atitudes 'etimologizantes', seja qual for a justificação dada pelo ortografo. (p.298)

Assim, antes de falarmos em atitudes pseudoetimológicas teríamos de analisar para cada grafema as razões e as motivações que justificam ou não a forma assumida pela palavra. Dentre essas motivações, destacamos as funções de determinadas letras no contexto da palavra, a formação de palavras por analogia, os processos de assimilação

A representação fonética e a representação etimologizante quase sempre estão em interação, reforçando a ideia de que não é possível falar em período etimológico nem mesmo pseudoetimológico, pois, embora uma ou outra tendência tenha ocorrido mais fortemente em dada época, nenhuma dominou por completo os textos metaortográficos; existiam apenas traços que se manifestavam com maior ou menor intensidade.

Por essa razão, além de averiguarmos a variação etimologizante das grafias, examinamos também as representações fonéticas por meio da análise dos índices grafo-fonéticos, observando as práticas que manifestavam correspondência entre o som e o grafema.

Existem ainda casos em que a grafia das palavras encontra-se em desacordo com a prescrição da gramática ou em desacordo com a etimologia; no entanto, não são consideradas, aqui, essas ocorrências como pertencentes à categoria de variação gráfica livre, pois são vocábulos registrados no dicionário.

²² Grifo nosso

Nessa categoria, só serão enquadradas, portanto, as palavras que, além de estarem em discordância com a prescrição gramatical, não estejam registradas no dicionário da época.

4.2 Do objeto de análise: contextualização

Neste trabalho, selecionamos como objeto de análise a Constituição de 1891 e três livros didáticos direcionados ao ensino primário: *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo, *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro, e *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho.

A seleção da Constituição como parte do *corpus* está justificada, como indicado no capítulo II, por sua ortografia ter sido considerada modelar pela Constituição de 1934.

Torna-se premente, pelos objetivos que traçamos neste estudo, investigarmos à qual ortografia se refere esta Constituição, visto que, de modo geral, a referência à usada no século XIX é a falta de uniformidade e a ausência de normas fixas. A Constituição é composta de 6383 vocábulos, dos quais 109²³ foram analisados por serem escritos com os grafemas que importa discutir neste trabalho

No que concerne aos livros didáticos, conforme foi dito, o critério de escolha das três obras foi sua abrangência assegurada pela importância do autor e pelo número de edições e a recomendação (aprovação) por parte do governo.

²³ Ver quadro de palavras selecionadas no anexo.

4.2.1 A Constituição

A Constituição de 1891 é considerada como uma das mais relevantes devido ao papel histórico que desempenhou e às mudanças que proporcionou à sociedade brasileira no final do século XIX. Embora tenha sido edificada em 24 de fevereiro de 1891, as discussões para sua elaboração iniciaram-se em 1890, quando foi eleita uma Assembleia Constituinte, que passou a discutir um projeto constitucional elaborado em grande parte por Prudente de Moraes e Rui Barbosa. Após três meses de trabalho, o projeto foi aprovado, com pequenas modificações, promulgando-se, assim, a nova Constituição.

Concisa, composta por 39 páginas, conta com 91 artigos, sendo 8 de disposições transitórias. Divide-se em três seções. A primeira, que se divide em cinco capítulos, discorre sobre o Poder Legislativo. A segunda possui cinco capítulos dedicados ao Poder Executivo e, a terceira, trata do Poder Judiciário, dedicando-se separadamente aos Estados, Municípios e Cidadãos. Por fim, apresentam-se as Disposições Gerais e Disposições Transitórias.

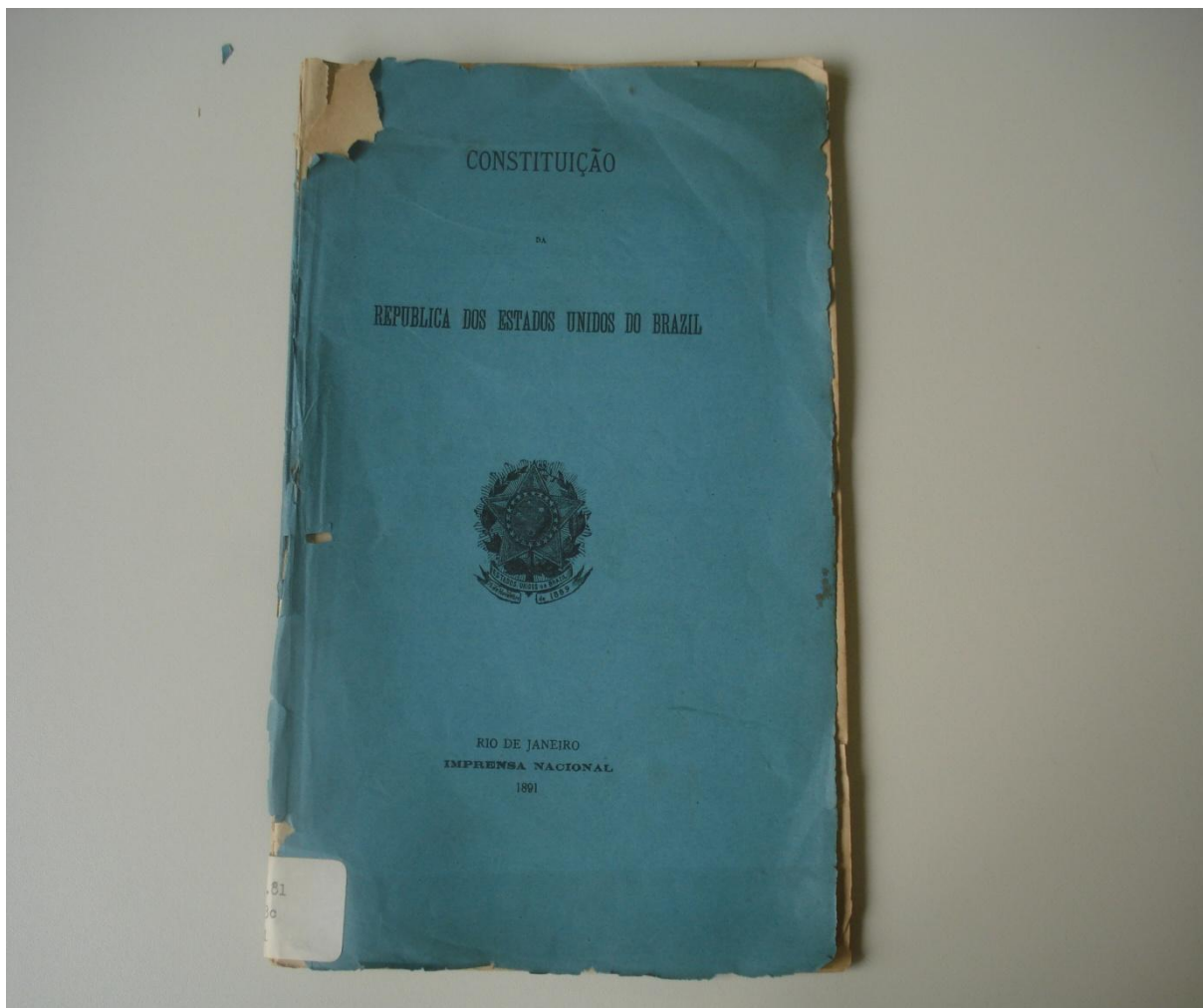


Figura 1.

Inspirada no modelo constitucional dos Estados Unidos, a Carta Magna era, basicamente, Republicana, Federativa, Presidencialista e Liberal. Adotou a República Federativa como sistema institucional, liderado por um regime político presidencialista. Cada estado possuía autonomia e, desse modo, tinha o direito de eleger seu governador e os representantes dos municípios. Os vinte estados, que compunham a República Federativa, passaram a ter grande autonomia, podendo empreender medidas próprias nos setores jurídico, fiscal e administrativo. Coube ainda à Constituição estabelecer os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, pondo um fim ao antigo poder moderador,

desempenhado pelo imperador que subjugava estes outros três, ceifando-lhes a autonomia.

O Poder Executivo era exercido pelo presidente da república. Tanto o presidente quanto seu vice eram eleitos por voto popular direto, embora não secreto, um dispositivo que certamente impedia o exercício autônomo das escolhas políticas. O presidente eleito deveria governar por um mandato de quatro anos, sendo vetada, para o mandato posterior, uma reeleição.

O Poder Legislativo, que era exercido pelo Congresso Nacional, constituía-se da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambos eleitos pelo povo. Elegiam-se três senadores para cada estado cujo mandato durava nove anos. Além disso, elegia-se também um deputado para cada 70 mil habitantes, com um mandato de três anos de duração.

Já o Poder Judiciário, formado pelos Juizes Federais, tinha como órgão superior o Supremo Tribunal Federal.

Um avanço significativo proporcionado por essa Constituição é o que diz respeito ao fim do voto censitário, ou seja, aquele que definia o eleitor por sua renda. No entanto, ainda mantinham-se excluídas as mulheres, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica, os analfabetos e os mendigos.

Além disso, definiu-se a separação entre Igreja e Estado. As eleições deixaram de ocorrer nas igrejas e o governo deixou de interferir na escolha de cargos do alto clero. As paróquias deixaram de desempenhar funções administrativas, visto que, antes disso, poderiam equivaler a um município, vila ou comarca, funções que antes eram atribuídas à igreja foram direcionadas ao estado, como os registros de casamento, de nascimento, as certidões de óbito, entre outros. O Estado, por sua vez, também passou a não interferir mais nos

assuntos da Igreja, já que, antes, além de outras interferências, ele escolhia os membros do alto clero.

O fim da nobreza e de quaisquer privilégios que ela poderia acarretar é outro dado de importância histórica. Alguns poucos manteriam seus títulos apenas por questão de respeito ou cortesia, mas tais títulos já não possuíam valor nenhum. Além disso, caso algum brasileiro aceitasse um título de nobreza estrangeiro perderia seus direitos políticos.

Esta Constituição, que vigorou durante toda a República Velha, consolidou uma nova era na medida em que fixou um novo sistema.

4.2.2 Os Livros Didáticos

Como mencionado anteriormente, além da Constituição, três livros didáticos compõem o *corpus* deste trabalho. O primeiro deles, *A Cartilha da Infância*, foi um dos livros didáticos mais reconhecidos do final século XIX. Trata-se de uma obra oficialmente adotada pelo governo paulista e pelo governo de outros estados do país, resultando em sucessivas edições. Isso não se deve, propriamente, à importância do material no que diz respeito ao conteúdo ou ao método adotado, mas também à importância do autor no cenário da época.

Segundo dicionário de autores paulistas, Thomaz Galhardo, autor da *Cartilha*, nasceu em Ubatuba em 29 de dezembro de 1855. Faleceu em 30 de julho de 1904. Formado pela Escola Normal desta capital, foi promotor público interino da comarca de Santos, onde, em 1871, exerceu o magistério.

Participou de comissões examinadoras, representou o professorado no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, desempenhou o cargo de secretário geral da Instrução Pública do Estado, tendo cooperado para a organização da Escola Politécnica, do Ginásio da Capital. Além disso, foi também Sócio Fundador da União Pedagógica e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Aposentou-se no cargo de subdiretor da Secretaria do interior, em 18 de novembro de 1897.

Neste trabalho, analisamos o exemplar de 1908, cuja edição é a quadragésima primeira, modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari da escola Normal de São Paulo. Não há consenso quanto à data da primeira edição, é possível afirmar, apenas, que é do início dos anos 1880.



Figura 2.

O livro, que é composto por 73 páginas, divide-se em duas partes. A primeira é separada por “lições”, 33 no total, nas quais são trabalhados os ditongos, as vogais e os vocábulos seguidos de exercícios. É somente a partir da página 58 que o alfabeto é apresentado. A segunda parte do livro, por outro lado, não é separada por “lições”, mas por textos destinados ao ensino da leitura. Os temas abordados nesses textos são os religiosos, por meio de orações, e os de cunho moral, particularmente sobre a boa conduta, apresentadas em pequenas narrativas escritas em prosa e poemas.

O método de ensino adotado por Thomaz Galhardo é explicado nas páginas iniciais. Em suas primeiras palavras, apresenta os três métodos conhecidos na época: soletração, silabação e palavração e, a seguir, explica por qual razão opta pelo método silábico.

Antes de iniciar as “lições”, direciona “Duas palavras às mães de família”, discorrendo sobre o inconveniente que é o auxílio das mães no ensino de seus filhos devido aos vícios do antigo método da soletração.

Em relação à *Cartilha Nacional*²⁴, a justificativa por ser selecionada para análise deve-se ao fato de estar entre os títulos mais adquiridos pelas províncias. Publicada em 1885, por Hilário Ribeiro, já professor do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, publicou pela Livraria Francisco Alves a *Cartilha Nacional* ou *Novo primeiro livro de leitura para “o ensino simultâneo de leitura e escrita”*.

Hilário Ribeiro nasceu em Porto Alegre em 1847 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1886, reconhecido nacionalmente por sua atuação como professor

²⁴ Mais adiante será tratada a importância do termo “nacional” utilizado no título da cartilha.

e escritor. Filho do professor José Ribeiro de Andrade e Silva e de Emília Gonçalves de Mesquita Ribeiro, completou o ensino preparatório em Porto Alegre e seguiu para o Rio de Janeiro para cursar medicina. Por motivo de doença teve que retornar à cidade natal e abandonar a carreira de médico, passando a dedicar-se ao magistério.

O sucesso de suas obras, particularmente da *Cartilha Nacional*, pode ser verificado nas informações contidas nas capas das várias edições: a de 1887 já é 9ª edição; a de 1919, a 204ª edição; por fim, a de 1959 é de número 246. Segundo o Prefácio do autor, ela foi resultado de suas experiências com o ensino simultâneo da leitura com a escrita, pelo método da silabação.

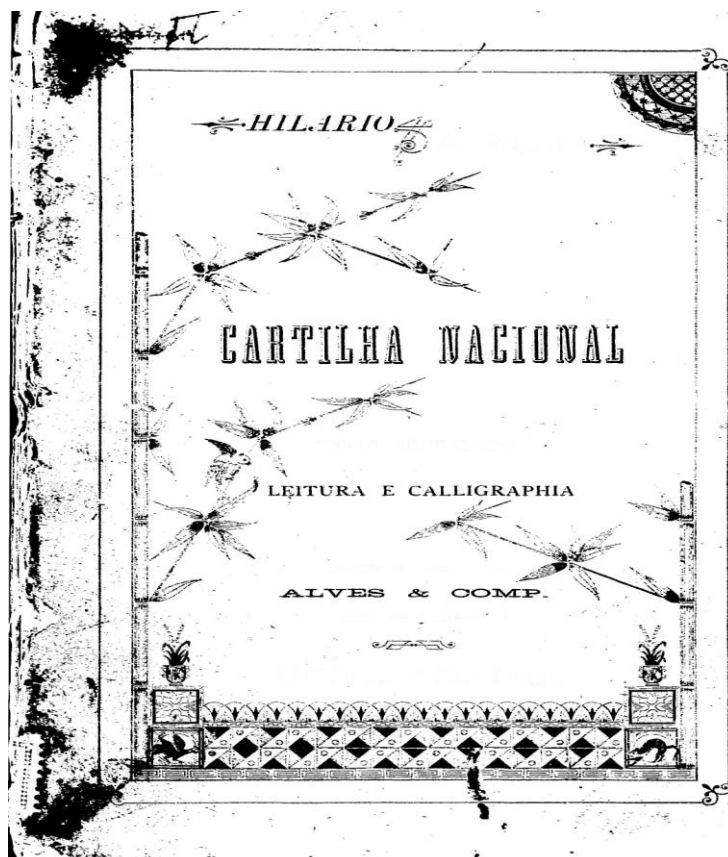


Figura 3

A obra, composta por 64 páginas, é dividida em três partes. A primeira inicia-se com a apresentação das vogais e um detalhado estudo dos ditongos. É somente na página 32 que o autor apresenta o alfabeto. Na segunda parte, após a primeira ilustração presente no livro, assim como no início do livro, trabalha as vogais, mas, agora, seguidas das consoantes, tendo por finalidade o ensino das letras maiúsculas e minúsculas, por meio de pequenos textos.

A partir da terceira parte, todas as páginas apresentam ilustrações de animais acompanhados de seus nomes visando à associação da figura com a palavra escrita. No final do livro, Hilário Ribeiro explica qual é o método de ensino usado, o da silabação.

Como assinalado no capítulo III, o crescimento das publicação de livros didáticos nacionais fazia parte da tentativa de se firmar um projeto educacional que visava à disseminação do saber a toda sociedade, por meio do qual seria ampliado e reformulado o conceito de cidadão brasileiro *civilizado* e patriota. Nesse contexto, particularmente, a *Cartilha Nacional* merece ser destacada, pois além de sua evidente importância e abrangência territorial, claramente expressa pelo número de edições, ela traz estampado no próprio título todo cunho nacionalista da época, reforçando a ideia de nação livre e independente que não mais precisava recorrer às publicações europeias, em especial as portuguesas²⁵, o que ajudava a consolidar a busca brasileira de firmar-se como nação independente e unificada. É justamente a *comunhão de interesses dos cidadãos e as aspirações comuns, subordinados a um poder central*

²⁵ Vale lembrar que, embora o nacionalismo tenha impulsionado a produção de livros didáticos nacionais, evidentemente, ainda circulavam livros portugueses aqui no Brasil.

encarregado de manter a unidade do grupo que Hobsbawam (1991:28), citando a Enciclopedia Brasileira Mérito, afirma estar o sentido do termo nação.

Quanto ao *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, a justificativa para que o examinássemos é a importância da obra dada a grande utilização nas escolas públicas e o elevado número de publicações, atingindo 119 edições.

Felisberto de Carvalho nasceu em Niterói, na Rua São Lourenço, em 9 de agosto de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1898. Foi jornalista, músico, professor, mas foi como autor de livros didáticos que passou a fazer parte da memória nacional.

Em todos os seus livros é notória a preocupação com as cores e com gravuras que estivessem associadas com o assunto abordado. Para ele, essa era uma estratégia bastante eficaz no ensino da leitura e na tentativa de levar os alunos à fixação das lições. A partir do século XIX, gradativamente, as cores foram ganhando relevo nos livros destinados ao ensino. As obras de Felisberto de Carvalho mostram-se exemplares.



Figura 4

Outra preocupação do autor ao adotar esse modo de apresentar seus livros era atrair os estudantes para o mundo do saber. Acreditava que livros mais fáceis de manusear e mais coloridos, inclusive as capas, podiam despertar no aluno o desejo acerca dos assuntos que seriam tratados.

O livro é constituído por 145 páginas. Inicialmente, o autor apresenta os seus objetivos e a seguir expõe, com detalhes, ao longo de sete páginas, qual método adotou. Defende o método de ensino por *articulação e emissão dos sons* por ter colhido *sempre os melhores resultados na escola anexa à Escola Normal da antiga Província do Rio de Janeiro* (1907:11).

Em seguida, apresenta o alfabeto, trabalhando, para cada letra, a forma maiúscula e a minúscula, bastão e cursiva. A obra é separada em duas “partes”. A primeira se divide em lições, nas quais são estudadas as vogais e consoantes por meio de vocábulos e uma frase acompanhada de ilustração. A segunda parte compõe-se de textos curtos e exercícios “logográficos e de iniciação”, também acompanhados de exercícios. Apenas a partir da página 11 que são apresentados textos maiores que, de modo geral, tratam da boa conduta.

4.3 Análise dos vocábulos

Do corpus selecionado, os três livros didáticos e a Constituição, levantamos 15.718 palavras, dentre as quais 365 enquadram-se na categoria de análise estabelecida neste trabalho, ou seja, são grafadas com letras

geminadas, letras mudas e letras dos grupos helênicos, entre outros grafemas anteriormente mencionados.

Na análise, observamos, inicialmente, a ocorrência do grafema *h*, nas palavras

sahir cahir sahiu sahe comprehendesse comprehensão attrahentes bahú
prohibir comprehensão extrahida ahi comprehende contrahir prohibido

O *h*, como notamos, está sendo usado para preencher uma função de distinção gráfica, no caso, para marcar o hiato, nas palavras: sahiu, sahe, bahú, prohibir, extrahida, ahi, prohibido. Esse uso não parece representar, aqui, o simples desconhecimento da etimologia, nem uma *ortografia pretensiosa* ou uma *complicação inútil*, como afirmam alguns estudiosos.

Estas palavras encontram-se registradas nessas formas no dicionário de Moraes Silva (1858), indicando uso corrente. Tal uso também está prescrito na gramática, como observamos em Ribeiro²⁶ (1881):

Inclue-se o *h* entre as letras por uniformidade de classificação: na maioria dos vocabulos portuguezes elle não passa de signal etymologico cuja utilidade é indicar a aspiração da palavra estrangeira raiz. Todavia em 'bahia', 'cahir', etc. serve para marcar a separação de vozes que sem seu auxilio poderiam ser tomados como formando diphthongos (p. 24)

Deve-se escrever com *h* as palavras em que o uso o admite para marcar a não existência de diphthongo, ex. *allahude*. Muitos

²⁶ Conforme foi dito no capítulo II deste trabalho, Júlio Ribeiro é o gramático que apresenta e discute as normas ortográficas com maior riqueza de detalhes. De modo geral, as ideias ortográficas apresentadas pelos outros gramáticos aqui analisados mostram-se convergentes com as dele. É por essa razão que, no percurso analítico, priorizaram-se as prescrições expostas por Júlio Ribeiro.

marcam esta não existência de diphthongo por *accento agudo*, escrevendo *alaúde*, *saúde* (p.32)

Mas para as palavras como: compre**h**ende, compre**h**ensão, compre**h**ensão, compre**h**endesse, bah**ú**, compre**h**ensão, attra**h**entes, proib**ir** a explicação é etimológica, pois, na passagem para o português, o *h* foi preservado, como verificamos no quadro a seguir.

pro**h**ibido < prohibere (latim)

contra**h**ir < contra**h**ere (latim)

compre**h**ende < comprehendere (latim)

bah**ú** < bahu / bahú (francês)

attra**h**entes < attrahente (latim)

compre**h**ensão < comprehensio-onis (latim)

veh**ic**ulos: < vehiculum (latim)

Ao comparar as ocorrências, podemos inferir que a função do *h* de marcação de hiato foi construída analogicamente ao uso do *h* etimológico, que, de alguma forma, faz a separação entre as vogais: a-ttra- **hen**- tes/ ba-**hú**. De acordo com Coutinho (1976: 150), a analogia é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes. Por meio das palavras de Mario Barreto, Coutinho explica que

a analogia procede sobretudo por generalização modificando os fenômenos vizinhos segundo o modelo dos fenômenos que têm mais extensão, e é raro que o faça por extensão de um caso particular. (...) O resultado da analogia é essencialmente unificador. Ele tende a restabelecer a harmonia e o paralelismo das formas.

Dessa forma, constatamos que esse uso do *h*, por analogia, marca a atitude etimologizante das grafias, pois, embora a justificativa da ocorrência não esteja na história da palavra, está na sua função de hiato.

Encontramos, também, casos em que o grafema “h” foi usado no início do vocábulo.

hontem hombro

O vocábulo “hontem” etimologicamente não deveria ser grafado com o grafema *h*, como se verifica

hontem – *lat ad nocte*

A explicação provável está no fato de que essa palavra mantém, também por analogia, vínculo semântico com a palavra “hoje”, grafada em sua origem com *h*:

hodiernus < hoje

Se assim for, podemos entender que é o raciocínio que leva à atitude etimologizante observada na grafia desta palavra.

No caso de “hombr**o**”, ao consultar o dicionário de Moraes Silva (1858), verificamos o registro da forma latina *humerus* com *h*, sendo, portanto, um raciocínio etimológico. Entretanto, segundo dicionários atuais, na forma latina dessa palavra não há o emprego do grafema *h*, como se observa em Cunha (2007) e Gomes Ferreira (1991): *umerus*. É interessante observarmos que esses dicionários registram que tanto no francês quanto no inglês essa palavra era escrita com *h* inicial no século XIX.

Em relação ao uso do grafema *mn*, verificamos no dicionário de Moraes Silva que os vocábulos: ind**em**nizações, cond**em**natoria, **am**nistia, **hym**no, cond**em**nado, **om**nipotencia, **som**no e **alum**nos estão de acordo com o preceito da gramática de Júlio Ribeiro, de 1881, segundo a qual esse grafema deverá ser usado sempre que for justificado pela origem:

amnistia < amnistia (grego)

hymno < hýmnos (grego)

cond**em**nado < condemnare (latim)

omnipotencia < omnipotentia (latim)

somno < somnus (latim)

alumnos < alumnus (latim)

Por outro lado, notamos que o mesmo não ocorre com a palavra *pequ**em**nas*. O dicionário de Moraes Silva registra apenas “pequena”, sem a presença do grafema *m*. Também não há, nesse dicionário, referência a sua

origem. Mas no dicionário atual de Gomes Ferreira, há a seguinte explicação quanto à origem da palavra

Parvus, pusillus, exiguus, minutus, brevis, humilis, Cic. II muito pequeno, perparvus, perexiguus, Cic II o mais pequeno, minimus, Cic II tão pequeno, tantulus

Essa explicação indica que não há razão etimológica para o uso do grafema *mn* nesse vocábulo. No entanto, de acordo com o conceito de analogia proporcional, determinadas entidades linguísticas são criadas tendo como base “um modelo proporcional” que acarreta a generalização de um padrão de relação morfológica entre dadas formas que antes não se estruturavam de acordo com esse padrão. Tudo indica que a palavra *pequemna* se enquadra nesse processo analógico.

No que diz respeito aos vocábulos grafados com as geminadas *nn*, encontramos as seguintes ocorrências: **Connexos**, **annullar**, **annuência**, **penna**, **desconnexas**, **innumeraveis**, **annos**, **annunciando**, **ennegrecer**, **innumeros**.

Segundo a orientação da gramática de Júlio Ribeiro deveria ser usado o grafema “nn” nos compostos de vocábulos começados por *n* com prefixos *an*, *en*, *in* (alterações de *ad*, *in*), como ocorre nos seguintes casos

ennegrecer – prefixo *en* + negro < Níger, níger, nigra, nigrum (latim)

en → *in*: prefixo derivado do latim do advérbio e da preposição *in* “em”, “dentro de”. Esse prefixo se documenta em inúmeros vocábulos nas seguintes acepções: a) movimento para dentro, introdução; b) direção, aproximação; passagem para novo estado ou nova forma; d) feição, provimento,

acondicionamento, colocação; e) cobertura, proteção, defesa, revestimento (cf. Cunha)

innumeros – prefixo in + numeros < numerus (latim)

in: prefixo derivado do latim *in* (cognato do grego *a, na*) que se documenta em vocábulos já formados no próprio latim, onde exprime a negação ou a privação. (cf. Cunha)

innumeraveis - mesmo prefixo que em “innumeros”

As grafias desses vocábulos estão de acordo com a recomendação da gramática. No caso da palavra “**ennegrecendo**” a justificativa para o uso das letras geminadas, como vimos, deve-se ao acréscimo do prefixo “en” na palavra iniciada com o grafema “n”: negro. É a mesma regra que explica a grafia de “innumeraveis”, visto tratar-se também do acréscimo de um prefixo, no caso “in”, em uma palavra iniciada com o grafema “n”: números. A explicação normativa dessas ocorrências indica que os casos tratados aqui não refletem a simples escolha por parte de quem escreveu, mas a confluência com a regra proposta pelos gramáticos da época.

Quanto aos outros usos do grafema “nn”, a justificativa também está na etimologia das palavras, dado que se evidencia no quadro que se segue:

connexos < connexus (latim)

annular < anullare (latim)

annuencia < annuentia (latim)

penna < penna (latim)

des**conn**exas < des + connexus (latim)

annos < lat annu (latim)

annunciando – anunciar < annuntiare (latim)

Em consulta às gramáticas de Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, a única referência quanto ao uso desse grafema é em vocábulos prefixados. No entanto, logo nas palavras iniciais sobre a ortografia, Júlio Ribeiro afirma que *não está fixa ainda a orthographia da lingua portuguesa: prevalece contudo nella o elemento etymologico* (p. 22). Inferimos, a partir do dito, que a busca pela etimologia visa ao atendimento do padrão normativo da época.

No caso das palavras estudadas, embora não exista uma norma específica que justifique o uso do grafema “nn”, podemos dizer que a grafia atende à norma geral das gramáticas que determina a busca pela etimologia. Todos os vocábulos estão registrados no dicionário e são explicados etimologicamente.

A *modificação vocal “ne”* é também representada pelo grafema *gn*. Na gramática de Ribeiro, a orientação é que sejam escritas com esse grafema: *assignar, malignar, signal, nos derivados destes, e em Ignez, Ignácio, etc* (p. 38). Nos documentos analisados aqui os vocábulos com esse grafema não são os mesmos citados na gramática: **pugn**am, **sign**aes, **assig**naturas. Em consulta

ao dicionário daquele período, porém, verificamos que todas as ocorrências estão em conformidade com a etimologia

puggnam < pugnare (latim) signgnaes < signalis (latim) assigngnaturas < assignare (latim)
--

Desse modo, é possível afirmar que o uso do *gn* para a representação do “ne”, nesses casos, é justificado.

No que diz respeito ao grafema *cc*, identificamos o uso dessas letras geminadas representando duas modificações vocais: “ke” e “se”. Sobre o primeiro caso, Júlio Ribeiro (p. 29) apresenta alguns exemplos: *acclamar*, *acclimar*, *acclive*, *accommodar*, *accorrer*, *accrescentar*, *accrescer*, *accubito*, *accumular*, *accurado*, *accusar*, *bocca*, *ecclesiastico*, *ocasião*, *accaso*, *ocorrer*, *occultar*, *occupar*, *peccar*, *seccar*, *socco*, *socorrer*, *succo*, *succumbir* e nos derivados destes sem, contudo, explicar a regra.

Entre os vocábulos retirados dos documentos analisados, enquadram-se nesse caso: *occasião*, *accrescentar*, *occupam* e *accordou*. Tais palavras, exceto “*accordou*”, constam como casos previstos pela gramática, têm suas grafias justificadas pelo registro no dicionário da época e estão de acordo com a etimologia.

Embora a palavra “*accordou*” não esteja na lista de possibilidades expostas por Ribeiro, encontra-se registrada no dicionário de Moraes Silva, o que nos permite pensar que ela também pertence a essa categoria. Esse

parece ser mais um caso em que, por um processo de analogia, visava-se à harmonização dessa palavra ao padrão gráfico das outras.

Em consulta ao dicionário de Antonio Geraldo Cunha (2007), verificamos que a explicação sobre a etimologia dessa palavra apresenta-se como hipotética: latim ‘*accordare*’, de cor cordis ‘coração’; na última acepção, talvez do latim *acchordare*, de *chorda*, corda instrumento musical; do francês: *accord*. Provavelmente, o uso das letras geminadas em “*accordou*” se justifique analogicamente, visto que há certo vínculo morfológico entre esse vocábulo e aqueles apresentados na lista de Ribeiro, no caso, os que são iniciados pela letra “a”: *acclamar*, *acclimar*, *acclive*, *accommodar*, *accorrer*, *accrescentar*, *accrescer*, *accubito*, *accumular*, *accurado*, *accusar*. Configura-se, desse modo, uma atitude etimologizante na grafia desse vocábulo.

Essa modificação vocal “ke” pode também ser representada por *ch* como se observa em **echo**, única ocorrência desse grafema entre as palavras coletadas para esta análise. Segundo Ribeiro (1881), o uso desse grafema só se mostra adequado quando está em consonância com a etimologia. É justamente etimológica a explicação para a grafia dessa palavra

echo < <i>echo</i> (latim) < <i>ékho</i> (grego)
--

Da mesma maneira, é a etimologia que explica o uso de *cq* nessa mesma modificação vocal:

acquiescendo < aquescere (latim)

Sobre esse vocábulo, Moraes Silva apresenta em seu dicionário a seguinte explicação:

reac**q**uisição: adquirir latim *acquirere*, de ‘ad’, mudando o ‘d’ em ‘c’ porque se segue ‘q’. Como se pronuncia em Portugal o ‘ad’, é melhor conservá-lo, e dizer adquirir, excepto aquisição, que é mais usado

No dicionário de Cunha, há o registro da forma “reacquisição”, mencionada como a representação gráfica do vocábulo em 1881, proveniente de “acquiescendo < aquiescere”. Tais explicações reforçam a hipótese de que a escolha por esse grafema é fruto de um *raciocínio* não uma mera opção.

No que se refere à segunda possibilidade de serem usadas as letras geminadas *cc*, como *modificação vocal ‘se’*, Ribeiro (op. cit. 39) apresenta a seguinte regra:

Antes de ‘e’ e de ‘i’ nos compostos de vocabulos começados por ‘c’ com prefixo ‘ac’ (alteração ad) ex. *acelerar, accidente*;

Antes de ‘i’ nos derivados de vocabulos latinos cuja penultima sílaba é ‘cti’ ex. ‘*fraccionar*’ de ‘*fractio*’

É justamente a primeira regra que explica o uso das letras gemindas em: **succedendo**, **succede**, **accessos**, **sucesso**, **sanccionado**, **diccionarios**, **accento**, **acceitar**, **accessiveis**, **funcctionará**, **succedendo**. Some-se a isso o fato de todas elas estarem de acordo com a etimologia, segundo o dicionário de Moraes Silva.

succedendo < succedere (latim)

succede – suceder < succedere (latim)

accessos < accessus (latim)

sucesso – lat. successus (latim)

sancionado – lat. sanctionis (latim)

diccionarios < fr. dictionnaire, deriv. dictionarium, de dictio – onis (latim)

aceitação < acceptato- onis (latim)

accento < accentus (latim)

aceitar < acceptare (latim)

accessíveis < accessibilis (latim)

funcionará < fr fonctionner - função < functio – onis (latim)

succedendo < succedere (latim)

Ainda em relação à *modificação vocal 'se'*, encontramos ocorrências em que a representação grafemática é “cç”, “pç”, “sc” e “ps”. No que concerne ao uso do primeiro grafema, temos: instrucçã**o**, produç**õ**es, distincçã**o**, reproduçã**o**, licç**õ**es, produçã**o**, sancçã**o**, contradicçã**o**, extincçã**o**, acç**õ**es, construçã**o**, funcçã**o**, jurisdicçã**o**, restricç**õ**es, secçã**o**, coacçã**o**.

Em todos esses casos o grafema cç foi usado de acordo com as regras. Tal afirmação justifica-se na medida em que, segundo a orientação de Júlio Ribeiro, deve-se empregar cç *antes das terminações 'ao, ões' em derivados de vocabulos latinos cuja penultima syllaba é cti'* (op. cit. P. 40)

É exatamente esse o caso dos vocábulos:

instru**ç**ão < instructio (latim)
 produ**ç**ões < productionis (latim)
 distin**ç**ão < distinctio- onis (latim)
 reprodu**ç**ão < (re) productio –onis (latim)
 lic**ç**ões < lectio –onis (latim)
 produ**ç**ão < productio (latim)
 sanc**ç**ão < sanctio (latim)
 contradic**ç**ão < contradictionis (latim)
 extinc**ç**ão < extinctio-onis (latim)
 ac**ç**ões < action-onis (latim)
 constru**ç**ão < constructio-onis (latim)
 func**ç**ão < functio (latim)
 jurisdic**ç**ão < jurisdictio (latim)
 restric**ç**ões < restrictionis (latim)
 sec**ç**ão < sectionis (latim)
 coac**ç**ão < coactio (latim)

No que diz respeito ao segundo grafema mencionado, o *pç*, encontramos três ocorrências: inscri**pç**ão, exce**pç**ões, circumscri**pç**ões. Nesses vocábulos, o emprego do grafema está de acordo com a orientação da gramática, que indica o uso de *pç* antes de *terminações ‘ao, ões’*, *em derivados de vocábulos latinos cuja penúltima sílaba é ‘pti’*, como é o caso. (Ribeiro, 1881: idem)

inscri**pç**ão: latim inscriptio
 exce**pç**ões: latim exceptio
 circumscri**pç**ões: latim circumscripto

No que se refere ao grafema *sc*, a única ocorrência encontra-se em conformidade com a regra gramatical da época, a qual prescreve o uso desse grafema apenas em vocábulos latinos, como é o caso:

sciencia < scientia (latim)

Quanto ao uso do *ps*, o vocábulo presente nos documentos examinados é a mesmo usada por Ribeiro como exemplar: **psalmós**, o que evidencia a confluência entre a norma e o uso.

Todas as ocorrências da modificação vocal estão duplamente justificadas: pela adequação àquilo que é prescrito na gramática da época e pela etimologia apresentada no dicionário. Nesses casos, portanto, fica claro que o uso de cada grafema independe da livre escolha dos autores, ao contrário, evidencia-se um padrão quanto ao uso.

Da mesma maneira, notamos em relação ao grafema *ff* uma sintonia entre a prescrição da gramática e o uso. Nos vocábulos *affirmar*, *affins*, *affirmação*, *effectuar*, *efeitos*, *offerecia*, *officinas*, *offendam*, *offerecidos*, *offícios*, *suffragio* constatamos a aplicação da regra proposta por Ribeiro: *deve-se usar o ff nos compostos latinos²⁷ começados por ‘a, e, o, su’ que passam para o português quase sem alteração* (op. cit., p. 31)

No caso do vocábulo “*soffria*”, provavelmente, a explicação para o uso do grafema “*ff*” deve-se à presença do “*su*” na palavra em latim, antes da passagem para o português.

²⁷ As gramáticas consultadas indicam que nos compostos latinos também começados por ‘*di*’, além dos que são citados, deve-se usar o grafema ‘*ff*’. Não foi apresentado nenhum exemplo desse caso por não haver nos documentos analisados nenhuma ocorrência de palavra iniciada por ‘*di*’ escrita com ‘*ff*’

Soffria - sofrer < sufferere (latim)

Se não for esse o caso, ainda assim a escrita está consoante à regra, mas agora a proposta na gramática de Alfredo Gomes (1913: 33): *a articulação fê é representada por ff nos vocábulos compostos que começam por af, dif, ef, of, suf ou **sof***²⁸. Verificamos que de uma maneira ou de outra se encontra explicado, pelo padrão normativo da época, o uso das letras geminadas nesse vocábulo.

Além disso, constatamos também que todos esses vocábulos grafados com *ff* são dicionarizados dessa forma seguidos pela explicação etimológica.

affirmar < affirmare (latim)

affins < affinis (latim)

affirmação < affirmation (latim)

effectuar < effecquare (latim)

effeitos < effectum (latim)

offerecia < offerescere, incoativo de offere (latim vulgar)

officinas < officinal (latim)

offendam < offendere (latim)

²⁸ Grifo nosso

offerecidos < offere (latim)

offícios < officium (latim)

suff**fr**agio < suffragium (latim)

Há vocábulos em que o fê é representado pelo grafema *ph*

or**ph**ão < orphanós (grego)

phonico < phoné (grego)

orthogr**aph**ia < orthographía (grego)

phosphoro < phosphóros (grego)

calligr**aph**ia < kallós/gr grápho (grego)

typogr**aph**ia < typos (grego)

dip**h**thongos < díphthongos (grego)

phrases < phrásis (grego)

pharol < phárus (grego)

phoca < phóke (grego)

phalena < phalaina (grego)

philtro < philtron (grego)

ty**ph**o < t[^]yphos (grego)

phonico < phone (grego)

phonotipico < phone (grego) - lat. typicus (grego)

phantasma < phántasma (grego)

graph**ic**os < graphikós (grego)

physica < physiké (grego)

limitro**phes** < limes+tróphos (grego)

paragrap**h**o:grego paragraphos (grego)

physica < physike (grego)

anal**ph**abetos < analphabetos (grego)

O uso desse grafema só é indicado quando o vocábulo for originário da língua grega. Sendo assim, as palavras grafadas com *ph* examinadas estão de acordo com essa indicação, visto que todas são de origem grega, de acordo, portanto, com a orientação das gramáticas do período²⁹.

Nesse percurso de análise, verificamos que o uso de letras geminadas representa o maior número de ocorrências. Em relação ao uso do *gg*, observamos que os vocábulos registrados nos documentos analisados: **aggr**avo, **aggr**avare, **aggr**edidos, **aggr**avadas, **aggr**essão – estão escritos em conformidade à norma gramatical, que determina o uso desse grafema nos compostos latinos começados por ‘a’, e ‘su’ que passaram para o português sem mudança. (cf. RIBEIRO, op.cit, 32)

No que concerne ao grafema é “ll”, levantamos os vocábulos *Sigil*lo, *Il*lustrações, *Col*legas, *Be*lla, *All*usão, *Gril*los, *Col*lo. Tais vocábulos encontram-se adequadamente grafados, visto que, segundo a orientação da gramática de Júlio Ribeiro, o emprego desse grafema justifica-se

Nos compostos de vocabulos começados por l com os prefixos ‘al’, ‘col’, ‘il’ derivados dos latinos ‘ad’ ‘con’, ‘in’ ex. *all*udir, *coll*igir, *olle*iro;
Nos compostos de ‘mel’ e de ‘mil’ ex. *mellifluo*, *milleneo*;

²⁹ As gramáticas consultadas foram as já mencionadas: *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, *Grammatica Portuguesa*, de Alfredo Gomes, e *Grammatica Descriptiva*, de Maximino Maciel.

Nas sílabas ‘bel’, ‘cel’, ‘del’, ‘gil’, ‘gril’, ‘mil’, ‘nel’, ‘pel’, ‘pil’, ‘tel’, ‘til’, ‘vel’, ‘zel’ quando sobre elas recair o acento tônico, seguindo-se de uma vogal, ex *barbella*, *cancella*, *pugillo*, *Grillo*, *mamillo*, *panella*, *pelle*, *pupillo*, *martello*, *scintilla*, *novella*, *donzella*. (RIBEIRO, 1881: 37)

Existem, porém, casos que não se enquadram na norma prescrita por Ribeiro. Devido a isso, seguindo a própria orientação do autor, recorreremos ao dicionário para buscar a justificativa para os usos do grafema, pois, conforme suas palavras *há muitas exceções a esta regra: só um bom diccionário póde ser guia segura (sic) para todos os casos* (p. 37)

intelle**ct**ual < intellectualis (latim)

naque**l**les: (contr. da prep. ‘em’ com o pronome ‘aquele’) aquele < eccu ille, eccu illa < latim

se**l**lo < sigillare (latim)

calligraphic**o**s < Kalli ou Kallo de kallós (grego) /Grápho (grego)

excel**l**ente < excellens – ntis (latim)

para**l**lelas < párallelus (grego)

col**l**egio < collegium (latim)

intelle**l**igencia < intelligentia (latim)

e**l**las < illa (latim)

cava**l**lo < caballus (latim)

Gu**e**lla < gula (latim)

aque**l**le < eccu ille/ eccu illa (latim)

gall**i**nha < gallina (latim)

syllab**i**co < syllabicus (latim)- deri. syllabikós (grego)

intelle**l**igente < intelligens – entis (latim)

nu**l**lo < nullus (latim)

col**l**ocando - colocar < collocare (latim)

vi**l**la < villa (latim)

gal**l**o < gallu (latim)

Todas as palavras que compõem este grupo estão registradas no dicionário de Moraes Silva com o grafema “ll” e grafadas de acordo com a etimologia apresentada nesse dicionário.

A exceção é o vocábulo “guella” que se encontra registrado com apenas um “l”. Quanto à etimologia dessa palavra, Moraes Silva informa que no francês a forma é “guele” e no latim, “gula”, mas sempre grafado com apenas um “l”. Desse modo, o uso do grafema “ll” não encontra respaldo nem nas gramáticas consultadas, nem no dicionário, devido a isso, a ocorrência enquadra-se na categoria grafemática variação gráfica livre.

A respeito do uso das geminadas *mm*, é notória a conformidade entre os usos e a orientação presente na gramática. De acordo com Ribeiro, só se deve usar esse grafema em compostos derivados do latim ou do grego, ou quando se tratar de compostos começados por ‘m’ com os prefixos: com, em, im. É justamente a confluência com essa regra que explica a grafia dos vocábulos abaixo.

immoveis < immobilis (latim)

imminente < imminente (latim)

immigração < immigrare (latim)

imediatamente < medius (latim)

commutar < commutare (latim)

comunidades < communitas (latim)

comunicar < communicare (latim)

imediate < medius (latim)

immediato < immediate (latim)

commendador < commedare (latim)

grammatica < grammatikê (grego)

programma < prógramma (grego)

comunicação < communicatio – onis (latim)

Da mesma forma, os casos em que a grafia geminada dos vocábulos se dá pelo uso do grafema *pp*: **appareccer**, **aproximação**, **aparecimento**, **aproxima**, **supprimir**, **apetite**, **aplaudia**, **opôsto**, **supportar**, **aplicar**, **aplicação**, **aprovação**, justificam-se pela convergência entre o registro no dicionário e as regras gramaticais. Tais regras determinam que o *pp* deve ser usado nos compostos começados por 'p' com os prefixos *ap*, *op*, *sup*. (cf RIBEIRO, p. 38), como ocorre em

appareccer < apparescere (latim)

aproximação < approximatio – onis (latim)

aparecimento < apparescere (latim)

aproxima < approximare (latim)

supprimir < supprimere (latim)

apetite < appetites (latim)

aplaudia – aplaudir < applaudere (latim)

opôsto < oppositus (latim)

supportar < supportare (latim)

aplicar < applicare (latim)

appliação <latim application (latim)

approvação < approbatio (latim)

Além de atender a prescrição gramatical, todas as palavras estão escritas de acordo com a etimologia. É possível afirmar, portanto, que os vocábulos grafados com *pp* coletados nos documentos examinados estão adequadamente grafados por estarem em conformidade com o padrão ortográfico existente na época.

No tocante ao uso do “tt”, último grafema da categoria letras geminadas, temos: **at**trahentes, promet**to**, remet**ter**á, submet**ter**, let**tr**as, **at**tender, permit**ti**ndo, **at**testado, solet**tr**ação, **at**tenção, commet**ter**, mat**tt**as, **at**tribuições, admit**te**. Alguns desses vocábulos são exatamente aqueles que compõem a lista de possibilidades para o uso desse grafema proposto por Ribeiro. Nesse caso, a grafia das palavras está devidamente respaldada e, portanto, justificada pela norma gramatical. São pertencentes a este grupo: **at**trahentes, let**tr**as, **at**tender, permittem, permit**ta**, permit**ti**ndo, **at**tribuições. O restante das palavras coletadas também tem sua grafia legitimada pela gramática, que determina o uso dessas letras geminadas em vocábulos de origem latina.

Concluimos em relação a esse grafema que não houve a livre escolha por parte de quem escreveu, pelo contrário, seu uso atende ao padrão normativo vigente.

attrahentes < attrahente (latim)

promet**to** < promittere (latim)

remet**terá** < remettere (latim)

submet**ter** < submittere (latim)

le**tt**ras < littera (latim)

a**tt**ender < attendere (latim)

permi**tt**indo – permitir < ermittere (latim)

a**tt**estado < attestatus (latim)

sole**tt**ração < solettração (latim)

a**tt**enção < attentio-onis (latim)

commet**ter** < committere (latim)

ma**tt**as < matta (latim)

a**tt**ribuições < attribuere (latim)

admit**te** < admittere (latim)

É importante ressaltar que, embora o uso de letras geminadas seja a maior ocorrência entre os grafemas que são examinados aqui, só há um caso que podemos enquadrar na categoria variação gráfica livre. Isso quer dizer que o uso das letras geminadas nos livros didáticos e na Constituição não parece ser direcionado pela livre escolha de seus autores.

Não se trata de uma grafia sem justificativa gramatical ou etimológica, pelo contrário, como a análise vem indicando, é uma grafia adequada a normas estabelecidas na época e em conformidade ao que se conhecia sobre a etimologia das palavras até aquele período.

Ainda em relação à *modificação vocal “te”*, em certos casos sua representação gráfica pode ocorrer por meio dos grafemas *pt*, *th* e *ct*. Segundo a orientação de Júlio Ribeiro, os grafemas *pt* e *ct* devem ser usados nos derivados de vocábulos gregos e latinos. Quanto ao *th*, o gramático prescreve que só se deve usá-lo nos derivados de vocábulos gregos em que se encontra a modificação θ . Dentre as palavras levantadas para análise, a seguir estão aquelas que representam esses grafemas.

pt

ecri**pta** < scriptus (latim)
 adopt**ado** < adoptare (latim)
 manuscript**o** < manuscriptus (latim)
 assum**pto** < assumptus (latim)
 prom**pt**amente < promptus (latim)
 aprom**pta** – pronto < promptus (latim)
 adapt**a**ção < adaptare (latim)
 opt**ar** < optare (latim)

th

throno < thrónos (grego)
 thesouro < thesaurós (grego)
 arith**th**etica < arithmetiké (grego)
 ast**th**maticos < asthmatikós (grego)

methodos < méthodos (grego)

orthographia < orthographía (grego)

sympath**ias** < sympátheia (grego)

pan**ther**a < pántera (grego)

these < thesis (grego)

diph**th**ongos < díphthongos (grego)

hypoth**ese** < hypothesis (grego)

thesouro < thesaurus (grego)

ct

fruct**as** < fructa (latim)

insect**o** < insectum (latim)

adstrict**o** < adstrictus (latim)

object**o** < objectu (latim)

fact**o** < factum (latim)

auct**or** < auctor – oris (latim)

distinct**o** < distinctus (latim)

exact**o** < exactus (latim)

distinct**os** < distinctus (latim)

act**ual** < actualis-e (latim)

junct**o** < lat junctus (latim)

project**o** < projectus (latim)

act**os** < actus-us (latim)

contract**os** < contractus (latim)

delict**o** < delictum (latim)

direct**a** < directus (latim)

effect**uar** < effeculare (latim)

elect**ivo** < Moraes electibilis (latim) / Cunha: electivus (latim)

estrict**amente** < strictus (latim)

indistin**ctamente** < indistinctus (latim)

respect**ivos** - respeitar respectare (latim)

usufruct**o**: Cunha dá a expressão em latim ‘usus et fructus’. Moraes registra apenas ‘usufructo,

vict**imas** < victima (latim)

O grupo de palavras grafadas com *pt* e *ph* estão de acordo com a norma exposta na gramática, grafadas com esses grafemas devido à etimologia. No caso do grupo de palavras escritas com o grafema *ct*, os vocábulos “usufructo” e “electivo” são passíveis de discussão.

No que se refere ao primeiro, notamos, quanto à etimologia, discrepância entre o dicionário da época e o atual. Para Moraes Silva, o vocábulo em latim é “electibilis”, enquanto para Cunha é “electivus”. No dicionário Houaiss, é também “electivus” a forma etimológica dessa palavra. Embora exista essa divergência quanto à forma, o uso do grafema *ct* converge nos três dicionários. Isso indica que, embora os estudiosos que nos antecederam tivessem um olhar diferente do que têm os especialistas de hoje

sobre a etimologia, eles buscavam a origem da palavra e procuravam escrever de acordo com ela.

Em relação ao segundo vocábulo, embora se trate de uma palavra dicionarizada e respaldada pela gramática, falta informação quanto à etimologia no dicionário da época. Moraes Silva (id) limita-se a registrar “usufructo”, apontando “usufruto” como uma possibilidade também aceitável. No dicionário etimológico de Cunha, porém, encontra-se a expressão latina “usus et fructus” como originária da palavra. Parece-nos que a motivação para o uso desse grafema é a analogia à palavra *fructo*, visto que Moraes Silva (id) não menciona a expressão latina e não apresenta nenhuma explicação quanto à origem do vocábulo.

No que se refere ao uso do *y*, é recomendação da gramática que só se empregue esse grafema em palavras de origem grega e tupi. Dentre as palavras coletadas, com exceção da palavra “jury”, que é inglesa, todas as outras são de origem grega.

analysada < analysis (grego)

synthetisou < synthesis (grego)

sympathias < sympátheia (grego)

lyceu < lýkeion (grego)

typographia < typos (grego)

hygienistas < hygieinós (grego)

syllaba < syllaba (grego)

tympano < týmpanon (grego)

analyse < analysis (grego)

systemas < systema (grego)

syllabico < syllabikós (grego)

Martyrisavam – mártir gr martyr (grego)

lyra < lýra (grego)

typo < typos (grego)

typho < typhos (grego)

asylo < ásylon (grego)

Phonotypico < typikós (grego)

Physica < physiké (grego)

Hymno < hýmnos (grego)

Anonymato - anônimo < anonymos (grego)

hypothese < hypothesis (grego)

jury < jury (inglês)

physica < physike (grego)

Como já indicado, a única palavra deste grupo cuja origem não é grega é “jury”, porém, nesse caso, o uso do *y* justifica-se, pois é mantido o mesmo grafema que é usado na palavra inglesa. Trata-se, portanto, de um empréstimo.

Sobre a modificação vocal “de”, as possibilidades grafemáticas que se tinham eram: *bd*, *cd*, *dd*, *dh* e *gd*. Desse grupo grafemático, a única ocorrência que encontramos no *corpus* investigado foi:

adhesão < adhaesio-onis

Tal vocábulo tem sua grafia fundamentada pela gramática que, embora não apresente qual é a regra indicada para o uso desse grafema, indica a palavra *adhesão* como uma das possibilidades de uso.

Também em relação à modificação vocal “ze”, apenas uma ocorrência foi encontrada: o vocábulo “**ex**hausta”. O grafema “xh” não é mencionado em nenhuma das gramáticas do período escolhidas aqui para consulta. No entanto, esse vocábulo é dicionarizado com essa grafia e está de acordo com a etimologia.

exhausta < **ex**haustus (latim)

Podemos afirmar, portanto, que existe fundamento para a grafia dessa palavra.

Além de examinar a ocorrência de variação gráfica etimologizante, nesta investigação buscamos, como já mencionado, averiguar a variação grafo-fonética e a variação gráfica livre presentes no *corpus* selecionado. Constatamos que, do total de palavras coletadas nos livros didáticos e também na Constituição, apenas 8,49% se enquadram na categoria grafo-fonética. Embora estejamos falando de uma grafia que se aproxima da pronúncia, que

tende a variar, encontramos certa estabilidade nos vocábulos encontrados, pois são grafados da mesma maneira.

Isso nos leva a crer que também nessa categoria grafemática havia um padrão, uma estabilidade. A reincidência do mesmo vocábulo em documentos diferentes e a ocorrência de vocábulos diferentes, mas explicada pelo mesmo fenômeno grafo-fonético, como vemos adiante, indica que as palavras pertencentes a essa categoria não representavam a pronúncia individual, ou a escolha um modo de falar de um grupo restrito. Aliás, as propostas ortográficas verdadeiramente fonéticas eram, e ainda hoje são, rejeitadas justamente por serem ideais e por representarem um indivíduo, um grupo ou uma região. Sobre isso informa Coutinho (1976: 136)

As mudanças fonéticas não são individuais, ao contrário, são sempre coletivas, pois quando uma pronúncia se desvia ou se afasta da que é comumente usada, em determinado meio, o que frequentemente observa é uma repulsa a ela, não o desejo da imitação

Em relação a essa categoria, destacamos inicialmente o fenômeno da redução. Em um vocábulo a correspondência entre o som e o grafema deve-se à redução quando as vogais “e” e “o” postônicas são pronunciadas de modo mais brando. Esse modo de pronunciar é devido ao fato de só haver uma sílaba tônica na palavra, fazendo com que as vogais “e” e “o” da sílaba átona postônica soem como “i” e “u”, como nos casos das palavras “pede” (pronunciada como *pedi*) e “cachorro” (pronunciada como *cachorru*). É justamente esse fenômeno que explica a grafia do vocábulo “quasi” utilizado na *Cartilha da Infância* e na *Cartilha Nacional* escritos exatamente do mesmo modo. É também desse modo que esse vocábulo está registrado no dicionário

de Moraes Silva, o que reforça o indício de haver estabilidade ortográfica mesmo em ocorrências grafo-fonéticas.

No que diz respeito à palavra “ideia”, do grego “Idea”, podemos dizer que é também devido à pronúncia que houve o acréscimo do “i” na grafia. De acordo com Cavaliere (2005: 60), alguns especialistas aludem ao processo de diferenciação esse tipo de fenômeno. Nesse caso, pode ocorrer a ruptura da continuidade de uma posição articulatória, seja segmentando um som único, seja intensificando a diferença entre os sons semelhantes e contíguos. Ao primeiro caso, dá-se o nome de *diferenciação criada*, pois ocorre entre fases sucessivas de um só fonema; ao segundo, dá-se o nome de *diferenciação aprofundada*.

O processo de ditongação é considerado o caso mais evidente da diferenciação criada. A partir desse processo, a vogal, em posição inicial de um hiato, alonga-se além do tempo normal. Nessa situação, os órgãos da fala dificilmente mantêm sua posição articulatória durante toda a emissão do som, iniciando um movimento de abertura ou fechamento que modifica o timbre em grau maior ou menor. O resultado disso é a criação de uma semivogal em decorrência da variação de timbre, a ditongação. Na palavra ‘idea’, o ‘e’ tônico, em posição inicial do hiato, alonga-se, provocando, com isso, alteração de timbre no segmento final de sua articulação. Disso resulta um glide com traços de consoante contínua palatal oral /j/³⁰ que é em muitos casos representada

³⁰ De acordo com Cavaliere (2005: 102), palavras como ‘meio, receio’ têm recebido tratamento plural nos compêndios descritivos do português, tendo em vista a sequência de três fonemas vocálicos sem base medial, ou seja, sem constituir tritongo. A tradição gramatical costuma ver nesses casos uma sequência ditongo mais vogal (mei-o) ou de vogal mais ditongo (me-io), Alguns autores atestam a duplicidade articulatória da semivogal de que resulta um hiato entre ditongos [meyy^o] (BECHARA, 2001: 564).

Considerando a tradição latina de um ‘i’ consonântico de dois tempos elocucionais em ambiente intervocálico, não julgamos incabíveis interpretar o i que aparece nas palavras em tela como uma dupla manifestação da semivogal [yy] – conforme observamos no item, a

graficamente pela letra ‘i, como o vocábulo “ideia”, presente na *Cartilha Nacional*.

Nos processos analógicos, há, conforme afirma Coutinho (1976), sempre dois termos: um ativo e outro passivo. É considerado termo ativo o que exerce a influência ou serve de modelo; enquanto o termo passivo sofre a influência ou é modelado. Em relação ao termo ativo, Sá Nogueira (1937: 17) assinala sobre a necessidade de se atender algumas condições:

1. Que seja de uso mais geral: diz-se ‘negoceio’ por ‘negocio’, e não se diz ‘passio’ por “passeio”, porque os verbos terminados em ‘ear’ são muito mais abundantes que os terminados em ‘iar’;
2. Que seja mais de harmonia com a índole da língua: passou-se a dizer ‘asa’ em vez de ‘as’ (forma contracta do arc. ‘aas’, do latim ‘alas’), porque, sendo feminino aquele vocábulo, necessitava terminar em ‘a’, para segundo a índole de nossa língua, ter o aspecto feminino;
3. Que, pertencendo a um grupo, cujos elementos se costumam dispor em determinada ordem, ocupe na escala lugar anterior : a forma arcaica ‘cinque’, proveniente do latim ‘quinque’, deve ter passado a ‘cinco’ por analogia com ‘quatro’, que na escala numérica ocupa lugar anterior;
4. Que, referindo-se às flexões gramaticais, ocupe categoria mais nobre: as formas do latim clássico ‘tuus’ e ‘suus’ passaram no popular a ‘teus’ e ‘seus’ por analogia com ‘meus’, e não se deu o contrário, porque a
5. primeira pessoa gramaticalmente é mais nobre do que as outras.

semivogal é um fonema com traço consonantal fricativo -, com a ressalva de que o efeito acústico dessa sequência equivale a uma espécie de consoante palatal contínua. Em outras palavras, alguns falantes do português articulam efetivamente as duas semivogais em sequência, mas outros produzem uma ligação tão estreita entre elas que o efeito é de uma variante articulada como consoante em dois tempos, que representamos aqui pelo símbolo /j/. Por esse motivo, transcrevemos foneticamente essas sequências da seguinte forma: ‘maio’ [majɔ]

É exatamente a primeira condição apontada por Sá Nogueira que explica o uso de “passeiavam” no livro de Felisberto de Carvalho.

Além disso, há grafias que são explicadas pela assimilação. Segundo Coutinho (1976:151), deve-se ter cuidado para não confundir a analogia e a assimilação. A primeira *resulta da influência de um vocábulo sobre o outro, determinando igualdade ou aproximação; ao passo que, a segunda, visa à identidade ou a semelhança dos fonemas, na mesma palavra.*

É um fenômeno de assimilação que explica a grafia das palavras

cousa < causa (latim) dous < duo, duae (latim)
--

Nesse caso, o fenômeno da assimilação está na mudança de pronúncia do ditongo “au” para “ou” e do ditongo “uo” para “ou”. A aproximação e identidade dos fonemas é resultado da influência que um exerce sobre o outro. De acordo com Cavaliere (2005: 59), a assimilação consiste

na ação assimilatória de um fonema sobre o outro, de que resulta uma modificação desse último a ponto de dele aproximar-se (assimilação parcial) ou a ele igualar-se (assimilação total). Em *pidido*, por *pedido*, por exemplo, a harmonização da vogal pretônica com a alta tônica resulta de um caso de assimilação total regressiva, visto que a vogal modificada iguala-se à modificadora e está em posição anterior a essa. Já em ‘surrupiar’, forma variante de *surrupiar*, a assimilação é total progressiva, dado que o fonema modificado é posterior ao modificador.

Nos documentos analisados, notamos que há maior ocorrência de palavras terminadas em ditongo “ae” e “aes”, quando em palavras que denotam plural. De acordo com a regra apresentada por Ribeiro (id.: 46) em sua gramática, esses ditongos devem ser usados na segunda pessoa do plural do presente do imperativo dos verbos da primeira conjugação, ex.: amae – dae – perdoae, o que explica o uso de “livrae”, na *Cartilha da Infância*. Nota-se que verbos de natureza anômala, como o verbo “vae” segue a mesma regra dos verbos de primeira pessoa provavelmente por analogia, já que existe a tendência por parte do falante de regularizar as formas anômalas ou irregulares, passando-as aos padrões mais regulares, como nos casos, por exemplo, da tendência da criança de dizer “eu fazi” por analogia a “eu vendi, eu pedi”. É também, ao que tudo indica, a analogia que explica a grafia dos verbos:

Exclue Substitue

No caso do plural formado por aes, Ribeiro propõe que se use esse grafema em nomes terminados por “al”, como ocorre nos vocábulos que se seguem

Iguaes < (igual) aequalis (latim) essenciaes < (essencial) essentialis (latim)
--

especiaes < (especial) specialis (latim)

taes < (tal) talis (latim)

vogaes < (vocal) vocalis (latim)

iniciaes < (inicial) initalis (latim)

capitaes < (capital) capitalis (latim)

quaes < (qual) qualis (latim)

federaes < (federal) federal (frances)

legaes < (legal) legalis (latim)

locaes < (local) localis (latim)

nacionaes < (nacional) nacional (frances)

ruraes < (rural) ruralis (latim)

As palavras “federaes” e “nacionaes” embora sejam de origem francesa também seguem a mesma regra. Nesses casos, supostamente, é a analogia que explica a grafia do ditongo “ae” nesses vocábulos. Afinal, conforme explica Cavaliere (2005) o fenômeno da analogia se dá devido ao vínculo semântico ou morfológico que certas palavras mantêm entre si. No caso das palavras citadas, o vínculo é morfológico.

Em relação ao uso do ditongo ao usado na palavra “mãos”, podemos dizer que está adequadamente empregado, pois como prescreve Maciel (1916), a representação gráfica do som “au” deve ser “ao” na terminação dos oxítonos. A partir da orientação do gramático, e também se baseando na ocorrência desse vocábulo no dicionário, embora esteja também registrado “mau”, podemos afirmar que se trata de um caso em conformidade com o padrão normativo.

É também a regra explicitada na gramática que explica a grafia do vocábulo “céos”: usa-se *éo accentuado na terminação dos oxytonos exemplo: chapéo, céo.* (op. cit: 69). Além de a grafia estar justificada pela regra, e também constar na gramática como um caso exemplar para o emprego desse grafema, o dicionário de Moraes Silva registra a ocorrência com esse modo de grafar, embora registre também a palavra “céu”.

Como já mencionado antes, há casos em que um vocábulo tem uma grafia que não se enquadra nem na tendência etimologizante, nem na grafo-fonética. São casos que, além de não atenderem às prescrições expostas nas gramáticas, não são registrados no dicionário. Essas ocorrências são aqui tratadas como variação gráfica livre. Nos documentos examinados foram encontrados poucos vocábulos dessa categoria grafemática: as palavras *paraízo, geito, sapoty*, além do já mencionado *guella*.

No caso de “paraízo”, verificamos que não há esse registro no dicionário. Encontra-se registrado “paraíso”, originário do latim “paradisus”. Além disso, essa grafia contraria a prescrição da gramática, na medida em a orientação do emprego preferível, segundo Maciel (1916: 71) é ‘s’, *por ser letra mais geral, mais vezes de acordo com a etimologia do que o ‘z’*.

Outra palavra que contraria a norma proposta pelos gramáticos da época é “geito”. Em primeiro lugar porque em latim é escrita com “j”, *jactus*, e, em segundo, porque Ribeiro (1881) afirma que se deve usar o “g” antes de “e, i, y”, como em *gelo, gibba*, e “j” antes de “a, o, u”, mas exceptua-se *jeitar*.

Enquadrou-se nessa categoria o vocábulo “sapoty” por se tratar de uma palavra não registrada no dicionário etimológico da época. Além disso, ao consultarmos o dicionário atual, verificamos que a origem é castelhana

“zapore”, derivada de *náuatele tzápoti*. Como podemos notar, não é também a etimologia que explica essa grafia.

A partir deste percurso analítico, portanto, constatamos que na segunda metade do século XIX havia um sistema ortográfico estável e normatizado. Comprovamos que os grafemas de usos mais discutidos e polêmicos ao longo da história da ortografia apresentam-se nos livros didáticos e na Constituição, ambos documentos de abrangência nacional e de importância indiscutível, consonantes às normas gramaticais vigentes naquela época, particularmente, às prescrições de Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portuguesa*.

Isso posto, parece inaceitável falar que no Brasil oitocentista não havia ortografia, que não havia textos com uniformidade ortográfica e *que os autores se utilizavam dos mais diversos e disparatados recursos gráficos, quase sempre em desacordo com as gramáticas ou os manuais de ortografia* (SILVA, M. , 2009: 166). Talvez, como já dito, a variação gráfica livre esteja presente em textos manuscritos e/ou literários. Cabe lembrar que se trata de uma época em que era baixo o número de pessoas que frequentavam a escola e que, por consequência, eram restritos os hábitos de leitura e escrita, o que, certamente, favorecia a dificuldade de se ter uma grafia uniforme, particularmente, em se tratando de textos manuscritos. Além disso, o nacionalismo linguístico que levava alguns escritores a defenderem a existência de uma língua brasileira, levava-os também à defesa de uma ortografia brasileira que os motivava a escrever de modo particular. Devido a esses fatores, a possibilidade de se encontrar divergências ortográficas em seus textos não pode ser descartada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos vocábulos analisados, 76,16%, são dicionarizados e têm suas grafias fundamentadas pelos preceitos do dicionário etimológico de Moraes Silva. Tais resultados permitem dizer, portanto, que não é possível falar em sistema ortográfico pseudoetimológico de modo generalizado, por não fazer justiça ao sistema ortográfico do período; na mesma medida, também não é possível falar em ortografia etimológica, pois havia, em alguns casos, erros quanto à etimologia. Sem falar da variação grafo-fonética, cuja existência elimina a hipótese de haver um sistema puramente etimológico. Por essas razões sustentamos a afirmação de que a ortografia era etimologizante no caso de vocábulos cuja escolha grafemática não era decorrente da história das palavras, mas de um raciocínio dos ortógrafos pautado, muitas vezes, pela analogia, ou pelas normas apresentadas pelos gramáticos.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivos verificar se os vocábulos dos documentos analisados seguiam alguma norma ortográfica existente em gramáticas brasileiras do final do século XIX, examinando também se neles havia estabilidade ortográfica. Além disso, objetivou verificar se a grafia das palavras resultava de processos pseudoetimológicos ou etimologizantes.

Nesse século, não havia leis que determinassem o modo correto de escrever as palavras. Devido a isso, é comum a referência à escolha grafemática de grupos helênicos, entre outros, a questões estéticas, à falta de conhecimento filológico sobre o vocábulo, generalizando, em função dessa visão, o período como pseudoetimológico.

No entanto, a Constituição de 1934, documento oficial, de importância e abrangência nacional, considera modelar a ortografia usada na Constituição de 1891. Isso nos levou a questionar até que ponto ocorria desordem ortográfica em todos os setores da sociedade nos anos oitocentos, uma vez que seria pouco provável que um documento dessa magnitude fosse redigido sem adoção de algum critério ortográfico.

Na mesma medida, pareceu-nos também questionável o pseudoetimologismo atribuído à ortografia, quando se tratava de grafemas específicos originados do grego e do latim. A grafia usada nos vocábulos da Constituição e nos livros didáticos, por serem documentos oficiais, de alguma forma, deveria seguir um raciocínio baseado na história da palavra que levava àquelas escolhas.

Em virtude disso, a hipótese norteadora do trabalho foi a de que havia uma norma ortográfica vigente no final do século XIX, verificada, sobretudo, em documentos oficiais, embora não houvesse lei disciplinando seu uso.

Assim, essa articulação entre a história e o estudo da ortografia não foi realizada de maneira automática nem imediata, alcançando, dessa forma, a compreensão do saber específico, o ortográfico, sem reduzi-lo a mera expressão de sua estrutura. Esse posicionamento, por conseguinte, permitiu a obtenção de resultados que de certo modo contrariam essa visão que concebe como balbúdia certos usos de grafemas latinos e gregos.

No decorrer do trabalho, em virtude disso, algumas constatações foram indicando certa padronização ortográfica. Vimos no capítulo II que as gramáticas brasileiras norteavam a escrita segundo padrões, embora não houvesse uma lei que regulamentasse sua orientação. Desse modo foi possível a verificação de que havia entre elas convergência quanto à opção ortográfica. Essa padronização sinalizou a existência de um sistema estabilizado em vigência no período.

Outro indício é a presença da inspeção geral de instrução tratada no capítulo III. Esse aparelho censório assegurava a dupla função do livro didático – instrução e controle – a fim da preservação de valores e crenças vigentes. Essas funções visavam à padronização de conteúdos e metodologias e, consequentemente, à certa estabilidade ortográfica nesses textos oficiais.

Os dados apontaram também para a impossibilidade de defender a existência de um período pseudoetimológico ou mesmo etimológico, pois nenhuma dessas tendências ortográficas dominou completamente os livros didáticos e a Constituição; havia apenas traços manifestados em maior ou

menor intensidade de uma ou outra tendência e algumas manifestações grafo-fonéticas.

Ficou comprovado ainda que os grafemas cujos usos – alvos de discussão e controvérsias –, tanto nos livros didáticos quanto na Constituição, estão de acordo com as normas prescritas nas gramáticas, contrariando a ideia de que inexistia uniformidade ortográfica no Brasil oitocentista.

Além disso, a maioria dos vocábulos encontra-se registrada no dicionário. Essas palavras dicionarizadas decorrem do processo de analogia – por consequência, originadas de atitudes etimologizantes –, da história da palavra (etimologia) e das transformações fonéticas (grafo-fonéticas), enfraquecendo ainda mais a visão de caos ortográfico. Os poucos vocábulos não dicionarizados, categorizados como variação gráfica livre, aparecem em quantidade insuficiente para a generalização dessa ideia, corroborando, dessa forma, a tese de estabilização e normatização ortográfica.

Em síntese afirmamos que havia um sistema ortográfico em vigor no final do século XIX, o qual era prescrito pelas gramáticas brasileiras, e seguido pelos autores dos documentos analisados. Além disso, verificamos que o uso de grafemas de origem grega e latina, quando não explicados pela etimologia, eram explicados por uma atitude etimologizante um processo lógico, não simplesmente opções exageradas ou infundadas, mas “autorizados” também pelo dicionário. Desse modo, concluímos que, embora não houvesse uma lei destinada à oficialização do sistema ortográfico que, portanto, determinaria quais normas deveriam ser seguidas, um sistema ortográfico foi tido como ideal e seguido nos documentos oficiais.

Denominar todo um período de pseudoetimológico pelo fato de não estar diretamente vinculado à verdadeira etimologia da palavra é negar todo o processo de construção de um saber desenvolvido em uma época. O processo de grafar as palavras no século XIX, a partir do olhar da época, tira-lhe o peso da marca preconceituosa de espontaneísta, até mesmo de errônea e de irresponsável.

Foi, em verdade, o referencial etimológico da época o que possibilitou a saída dessa noção reducionista do período que desconsidera o fato de que as propostas ortográficas de maior representação do século XIX foram apresentadas por filólogos e gramáticos. Isso porque, como evidente, o vocábulo e o ato de constituir sua grafia foram averiguados com a devida imparcialidade diante desse objeto.

Entretanto essa postura não oblitera a visão do analista, de modo que a existência de erros ortográficos foi observada e considerada, porém, mais uma vez, sem a desconsideração dos processos lógicos nas escolhas grafemáticas. É o caso, por exemplo, dos processos analógicos que ocorrem pela criação de uma grafia à imagem de outra por meio de associações de nível semântico, morfológico, fonético.

Esse processo favorece a uniformização dos usos gráficos, porque é tendência do usuário de uma língua buscar, consciente ou inconscientemente, a harmonização de usos. Essa busca não caracteriza anarquia ortográfica, pelo contrário, como já ressaltado, estabilização a bem da comunicação escrita. Evidentemente, a estabilidade não se constituiu como lei, mas como norma a ser utilizada em órgãos públicos. A lei adviria de contratos prévios entre Brasil e Portugal, ou seja, de um posicionamento político de ambos os países.

Novamente, a inexistência de lei não implica necessariamente ausência de padrões disciplinadores do uso grafemático grego ou latino em certos vocábulos.

Nesse sentido, vale lembrar que poucos países têm seus sistemas ortográficos regidos por leis, como ocorre aqui atualmente, mas nem por isso possuem ortografia irregular. É claro que nos dias atuais a escola e a imprensa, ou seja, os órgãos oficiais, têm papel fundamental na manutenção da uniformidade, como já havia no século XIX por meios dos órgãos censores.

É justamente esse dado, no caso de modo contrário, que foi considerado ao nos referirmos ao século XIX brasileiro. A falta de rigor e a livre escolha não estavam presentes em textos oficiais, mas em manuscritos, cartas pessoais, textos literários. Em relação aos textos manuscritos, é preciso levar em conta que era grande o número de pessoas que não tinham acesso à escola e à leitura, o que, obviamente, aumentava a possibilidade de elas estarem afastadas da grafia veiculada pela escola por meio dos livros didáticos.

Em relação aos textos literários, a busca pela identidade linguística e pelo patriotismo levou também à busca pela identidade ortográfica, às vezes, marcada por meio de uma grafia própria que se aproximasse de um ideal de língua e escrita brasileira. Nesse sentido, a grafia própria poderia, no contexto, ser entendida como um posicionamento político contrário à norma vigente. No nosso modo de olhar, contra um sistema que já estava instituído nos órgãos públicos.

Por fim, este trabalho aponta para a possibilidade novas investigações. Seria interessante a ampliação desse corpus a gêneros de outras esferas

oficiais, pois a verificação do cumprimento dessas normas em outros setores da sociedade daria maior dimensão do uso ortográfico nos anos oitocentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC DA INFÂNCIA: methodo de ensino pratico para aprender a ler. Rio de Janeiro: Edição de O. C. B. & C, s/d.

AGUIAR, G. *Ortografia portuguesa e etimologia*. São Leopoldo: Unisinos, 1984.

AGUIAR, M. dos R. *A ortografia da língua portuguesa na segunda metade do século XIX e início do século XX: dos projetos de reforma ao acordo ortográfico de 1931*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2005.

_____. FÁVERO, L. L. Nacionalismo Linguístico e conservadorismo na ortografia brasileira. In: SILVA, M. P. da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 133-148.

ALMEIDA, J. R. P. de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)* História e Legislação. 2ª ed. Tradução Antonio Chizzotti. São Paulo: Educ, 1989.

AUROUX, S. *Histoire de sciences et entropie des systèmes scientifiques*. In Schmitter P. (org.). *Gescheichte der Sprachtheorie*, 20-42 (introduction), 1987.

_____. *Historie des Idées Linguistiques*. Bruxelas: Mardaga Editora, 1992.

AZEVEDO, F. *A cultura Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

_____. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BALDINI, L. J. S. *Um linguista na terra da gramática: Mattoso Câmara Junior*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000.

BARBOSA, R. *A reforma do ensino primário. 1883*. Rio de Janeiro, MEC, 1947, t.1.

BARBOSA, J. S. *Grammatica phylosophica da lingua portugueza*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1822.

BARRETO, J. F. *Orthographia da lingua portugueza per Joam Franco Barreto, offerecida ao S^or Francisco de Mello; Filho primogenito do S^or Garcia de Mello, do Conselho de S.A. e seu Monteyro mor*. Lisboa: Na officina de Joam da Costa, Lisboa, 1671.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. (org. José Pedro Machado). 4 ed. Lisboa: 1975 / s.ed.

BATISTA, A. A. G; GALVÃO, A. M. de O; KLINKE, K. *Livros escolares: uma morfologia* (1866 – 1956). *Revista Brasileira de educação*, maio/junho/julho/agosto 2002, nº 20.

BASTOS, N.M.B. *Contribuição à história da gramática portuguesa – o século XVI*. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1981.

_____. *Contribuição à história da gramática portuguesa – o século XVII*. Tese de Doutorado, PUCSP, 1987.

BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. de. (org.) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BECHARA, E. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. In: SILVA, M. P. da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 11-16.

BEZERRA, A. P. *Norma e linguagem – um estudo sobre a representação da norma em gramáticas de língua portuguesa*. Tese de Doutorado. USP, 1984.

BLOCH, M. *Introducción a la Historia*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 1993.

BÔSCOLI, J. V. *Orthographia*. Estudo raciocinado segundo os princípios modernos da Sciencia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BORGES, A. C.. *Primeiro livro de leitura* ou cartilha popular. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d.

BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978.

_____. *A língua portuguesa, espaço da comunicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984 a.

_____. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1984 b.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. (acesso em 20 de julha de 2009).

BRASIL. Decreto n. 1.331 de 17 de fevereiro de 1854. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundario no Município da Corte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> (acesso em 20 de julho de 2009).

BRASIL. Decreto n. 7.247 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundario no Município da Corte e Superior em todo o Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> (acesso em 20 de julho de 2009).

BRASIL. Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890. Approva o regulamento da instrução primária e secundaria do Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica> (acesso em 20 de julho de 2009).

CAGLIARI, L. C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, IEL, DL, n. 27, 1994, pp. 103-11.

_____. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício Pedro da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009a, pp. 17-52.

_____. *A história do alfabeto*. São Paulo: Paulistana Editora, 2009b.

CARR, E. H. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1982.

CARVALHO, F. *Primeiro livro de leitura*. 36 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de São Francisco Alves & Cia, 1907. (primeira Ed. 1892).

CASTILHO, J. F. de. *Orthographia portugueza e missão dos livros elemmentares; correspondencia official relativa ao “Íris classico”*. Rio de janeiro: Typ. de Bernardo X. Pinto de Sousa, 1860.

CATACH, N. L' Orthographe. *Langue Francaise*, nº 20. Paris: Larousse, 1973.

_____. (org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Fluminense, 2000.

_____. *Pontos essenciais em fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

CHARTIER, R. *A história cultural – entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Agir, 1970.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença. São Paulo Universidade de São Paulo, 1979.

COSTA, L. C. B. F. A Educação no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo (org.) *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

ELIA, S.. *Ensaio de Filologia e Linguística*. São Paulo: Editora Grifo, 1975.

FALCON. F. *História das Ideias*. In: CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (orgs) Domínios da história – Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. São Paulo: Campus, 2002.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp FDE, 1995.

FARIA FILHO, L. M. de. *Instrução elementar no século XIX*. IN: LOPES, E. M. T.; _____; VEIGA, C. G. (orgs) 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, L. L. *As concepções linguísticas do século XVIII - a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. O ensino no império: 1837-1867 – trinta anos do Imperial Collegio de Pedro II. ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (orgs). *Institucionalização dos estudos da linguagem*, Campinas, Pontes, 2002.

_____ & MOLINA, M. A. G. *História das Ideias linguísticas: origem, método e limitações*. In: Revista da ANPOLL, nº 16, 2004. _____. *As concepções linguísticas do século XIX – A gramática no Brasil*. São Paulo: Editora Lucerna, 2006.

FEIJÓ, J.M.M. *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar a língua portuguesa*. Lisboa: Lisboa Ocidental, 1734.

FERNANDES, G. *Composição de textos na escola brasileira: em busca de uma história*. Do ratio studiorum aos manuais de estilo do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006

FERREIRA, A. G.. *Dicionário de Português-Latim*. Portugal: Porto Editora, 1991.

FERREIRA NETTO, W. F. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra, 2001.

FIGUEIREDO, C. de. *A Ortografia no Brasil: história e crítica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1929.

GALHARDO, T. *Cartilha da Infancia: ensino da leitura*. 41 ed. (modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari). Rio de Janeiro: Livraria Classica de São Francisco Alves & Cia, 1908.

GALVÃO, J. R. *Syllabario portuguez; ou novo methodo para aprender a ler em breve tempo a lingua portugueza; e o systema metrico, illustrado com numerosas estampas*. Rio de Janeiro: Editora S. C. P., 1879.

GANDAVO, P. M de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a orthographia da lingua portugueza: com diálogo que adiante segue em defesa da mesma língua*, edição fac-similada da 1 ed., introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

GLEASON JR., H. A. *Introducción a la linguística descriptiva*. Madrid: Gredos, 1970.

GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 17 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1918.

GONÇALVES, M.F. *Madureira Feijó – ortografista do século XVIII – para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

_____. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 – 1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E.P. (orgs.) *Língua e Cidadania – O português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: USP, 1985. (Coleção Coroa Vermelha, Estudos Brasileiros, v. 6).

HENRIQUES, C. C. *Atas da Academia Brasileira de Letras*. Presidência de Machado de Assis (1896-1908). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1991.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

KEMMLER, R. *Para uma história da ortografia portuguesa: o texto matateórico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911*. Frankfurt: Instituto Camões, 2001.

_____. Para uma história da ortografia simplificada. pp. 53-114. In SILVA, M. P. da (org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

LEÃO, D. N. *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Per João de Barreira, 1576.

LEÃO, J. B. *Considerações sobre a orthographia portugueza*. Por memória offrecida ao illmo e exmo, sr. Conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio, Ministro e Secretario d'Estudo nos negocios do Reino. Porto: Typografia de Antonio José da Silva Teixeira, 1875.

_____. *Coleção de estudos e documentos a favor da refórma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

LEMOS, M. *Ortografia Pozitiva*. Nota avulsa à Tradução do Catessismo Pozitivista de A. Comte. Biblioteca Nacional de Paris, 1888.

_____. *La question de la Réforme orthographique*. Biblioteca Nacional de Paris, 1890.

LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 40 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

MACIEL, M. *Grammatica Dscriptiva*. 6 ed. São Paulo: Francisco Alves & Cia, 1916.

MACHADO FILHO, A. da M. *Grande Coleção da Língua Portuguesa*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1969.

MARCILIO, M. L.. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: instituto Fernand Braudel, 2005.

MANACORDA, M. A. *História da educação: Da antiguidade aos nossos dias*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 1997.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

NASCENTES, A. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NEVES, F. M. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)*. 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003.

NUNES, J. H. "Dicionarização no Brasil: condições e processos" In: _____ e PETTER, Margarida (orgs.). *História do Saber Lexical e constituição de um Léxico brasileiro*. São Paulo, SP: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes, 2002.

OLIVEIRA, J. B. A. & GUIMARÃES, S. D. P & BOMÉNY, H. M. B. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

OLIVEIRA, F. *A gramática da linguagem portuguesa* (org. Maria Leionor Carvalhão Buescu). Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.

_____. *A gramática da linguagem portuguesa (1536)*, edição crítica, semidiplomática e anstática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do professor Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

ORLANDI, E. P. *História da Ideias Linguísticas* – construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo: Pontes; Mato Grosso: Unemat Editora, 2001.

_____. & GUIMARÃES, E.. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: _____. *História da Ideias Linguísticas* – construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo: Pontes; Mato Grosso: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico* – para uma história da ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

PEREIRA, B. *Regras Gerays, breves, e comprehensivas da melhor orthographia, com que se pode evitar erros no escrever da lingua latina, e portugueza: para se juntar â prosodia*. Coimbra: Por Domingos Carneyro, 1666.

RAMOS, S. *A Reforma ortográfica e a Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1926.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typografia de Jorge Seckler, 1881

RIBEIRO, H. *Cartilha Nacional: ensino simultaneo da leitura e calligraphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1986.

SÁ NOGUEIRA, R. *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em português*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937.

_____. *Elementos para um tratado de fonética portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1938.

SERVIÇO DE PUBLICIDADE DA IMPRENSA NACIONAL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

SILVA, M. P. da S. Jr & ANDRADE, B. P. L. de. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1894.

SILVA, J. P. da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2009.

SILVA, M. P. da. A academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica no Brasil. In _____ (org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, A. M. de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6 ed. Lisboa: Typhografia de Antonio José da Rocha, 1858.

SWIGGERS, P. *Histoire de la Pensée Linguistique Analyse Du langage ET réflexion Linguistique dans La Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIX Siècle*. Paris: Press Universitaires de France, 1997.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*, tradução de Celso Cunha, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Manual de língua portuguesa (Portugal – Brasil)*, tradução de Margarida Chorão de Carvalho, Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VERA, A. F. de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1631.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. (org. Antonio Salgado Júnior). Lisboa: Sá da Costa, 1949.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. Pará: editores Tavares Cardoso & Cia, livraria universal, 1890.

_____. *A questão Ortográfica. Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

VIANA, A. R. G.. & ABREU, G. V. *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VIANA, A. R. G. *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

_____. *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa conforme a Ortografia Nacional do mesmo autor*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1909.

XIMENES, E. E. *Alguns termos da linguística histórica*. Disponível em [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9\(25\)04.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9(25)04.htm) (acesso em 15 de março de 2010)

ANEXO

1. CARVALHO, Felisberto de. *Primeiro livro de leitura*, 36 ed. 1907.

Annos	Quaes
Quase	Phrases
Taes	Sobisse
Cousa-	Horisontaes
Annexa	Sahiu
Ecripta	Alumnos
Ennegrecendo	Dous
Cahiu	Quaesquer
Heroe	Capitales
Manuscripto	passeiavam
D'ahi	Verticaes
Efficaz	Sahe
Comprehendesse	Elles
Assumpto	Syllabario
Comprehensão	Horisontaes
Ilustrações	Adoptado
Offerecia	Calligraphicos
Instrucção	Logographicos
Collegas	Correcta
Didactica	Bella
Díficeis	Excellente
Produções	Sufficiente
Litterarias	Actividade
Attender	Appliação
Attrahentes	Intellectual

Occupados	Directamente
Permittindo	Distincção
Approvação	Extincta
Distinctos	Promptamente
Rectas	Communicação
Parallelas	Attenção
Reproducção	Paragrapho
Succede	Somno
Objecto	Omnipotencia
Licções	Psalmós
Factos	Heroe
Producções	Throno
Thesouro	Aggravo
Permittem	Allusão
Grillos	Appareccer
Annunciando	Collo
Approximação	Panno
Occasião	Gôtta
adstricto	collegio
adhesão	arithmetica
exhibe	sciencia
excepção	Apparecimento
Accessos	Methodos
Asthmaticos	Actualmente
Accordou	Phonico
Permittir	Ellas
Aggredidos	Lettra
Orphão	Attribue
Intelligencia	Approxima
Realisar	Successo
alli	Sanccionado

Diccionarios	Orthographia
Synthetisou	Analysada
Pugnam	Supprimir
Appetite	exhausta
Sympathias	Cavallo
Oppôsto	Applaudia
Exactamente	Soffria
Accrescentar	Sancção
Programma	Contradicção
	phosphoro

2. RIBEIRO, Hilario, *Cartilha Nacional* - ensino simultaneo da leitura e calligraphia, 1885.

Enxergão	Offícios
Calligraphia	Vogaes
Quasi	Hontem
Iniciaes -	ideia
Sapoty	Distinctos
Lyceu	Instrucção
Paraizo	Commendador
Typographia	Alumnos
Taes -	Actualmente
Didacticas	Adoptado
Vae –	Supportar
Grammatica	pequemnas
Cousa	Sciencia
Syllaba	Affirmar
Tympano	Hygienistas

Manuscripto	Aquelle
Apropriado	Penna
Immediato	Guella
Letras	Bahú
Cavallo	Gallinha
Fructas	Écho
Annos	Diphthongos
Insecto	Phrases
Antennas	Intelligencia
Panthera	Benmerito
Admirando	These
Alumno	Analyse
Facto	Objecto

3. GUALHARDO, Thomaz. *Cartilha da infancia* – ensino da leitura, 41 ed. 1908.

Methodo	Quaes -
Vogaes	Cahir
geito	Dous
Organisado	Attestado
socegado	Innumeraveis
cousa	Pecegos
Iguaes	Immediata
Offerecido	Taes
Vae	Livrae
Especiaes	Acceitação
Esripto	Activos
Illustre	Intelligente

Auctor	Appliação
Razão	Solettração
Correcção -	Condemnado
Signaes	Martyrisavam
Pae	Accento
Occupam	Desconnexas
Permitta	Nulló
Distincto	Lição
Systemas	Diphthongos
Syllabico	Accrescendo
Fructos	atención
philtro	exacto
phrase	pharol
lyra	phase
typo	phoca
typho	phalena
cysne	Actual
asylo	Phonico
distinctos	Phonotypico
annos	Phases
Prohibir	Comprehensão
Attenção	Difficuldades
Phantasma	Innumeros
Applicar	Physica
Signaes	Conjunctamente
Graphics	Acções
Extincção	Collocando
Distinctos	Applicar
Projecto	Fructo
Villa	Juncto
Gallo	Construcção

Aprompta	Officinas
Cavallos	Mattas
Penna	Hymno
Mãos	Extrahida
Falla	Céo

CONSTITUIÇÃO DE 1891

Accção	Accumulações
Acceitar	Exclue
Essenciaes	Accusação
Dous	Federaes
Accordo	Acquiescendo
Ahi	Circumscripções
Ruraes	Coacção
Alliança	Commando
Amnistia	Commercio
Substitue	Commetter
Analphabetos	Commissão
Anno	Annuencia
Lettras	Annullar
Naquelles	Anonymato
Nobiliarcquicos	Applicação
Offendam	Prohibido
Offerecidos	Actos

Officios	Adaptação
Optar	Admitte
Paragrapho	Legaes
Physica	Locaes
Producção	Adoptado
Commoção	Excepções
Estrictamente	Construcções
Quaesquer	Funcção
Commutar	Communidades
Comprehende	Contrahir
Condemnação	Aggravadas
Affins	Distincções
Nacionaes	Aggressão
Quaes	Communicação
Affirmação	Delicto
Supprimir	Directa
Contractos	Succedendo
Escripta	Effectuar
Suffragio	Thesouro
Effeitos	Electivo
Telegraphos	Intellectual
Usofructo	Sigillo
Typo	Funcionará
Illegalidade	Hierarchicos

Jurisdic ç ão	Im moveis
Honoríficas	Im mediatamente
Im minente	Im migração
Vehic ulos	Hon ra
Indem ni zações	Indistin ctamente
Vict im as	Respectivos
Restric ç ões	Instru ç ão
Sec ç ão	Remet terá
Jur y	Promet to
Sahir	Sci encias
Reac q uisição	Inscrip ç ão
San ç ão	Projectos
Submet ter	Sello
	Hypothese